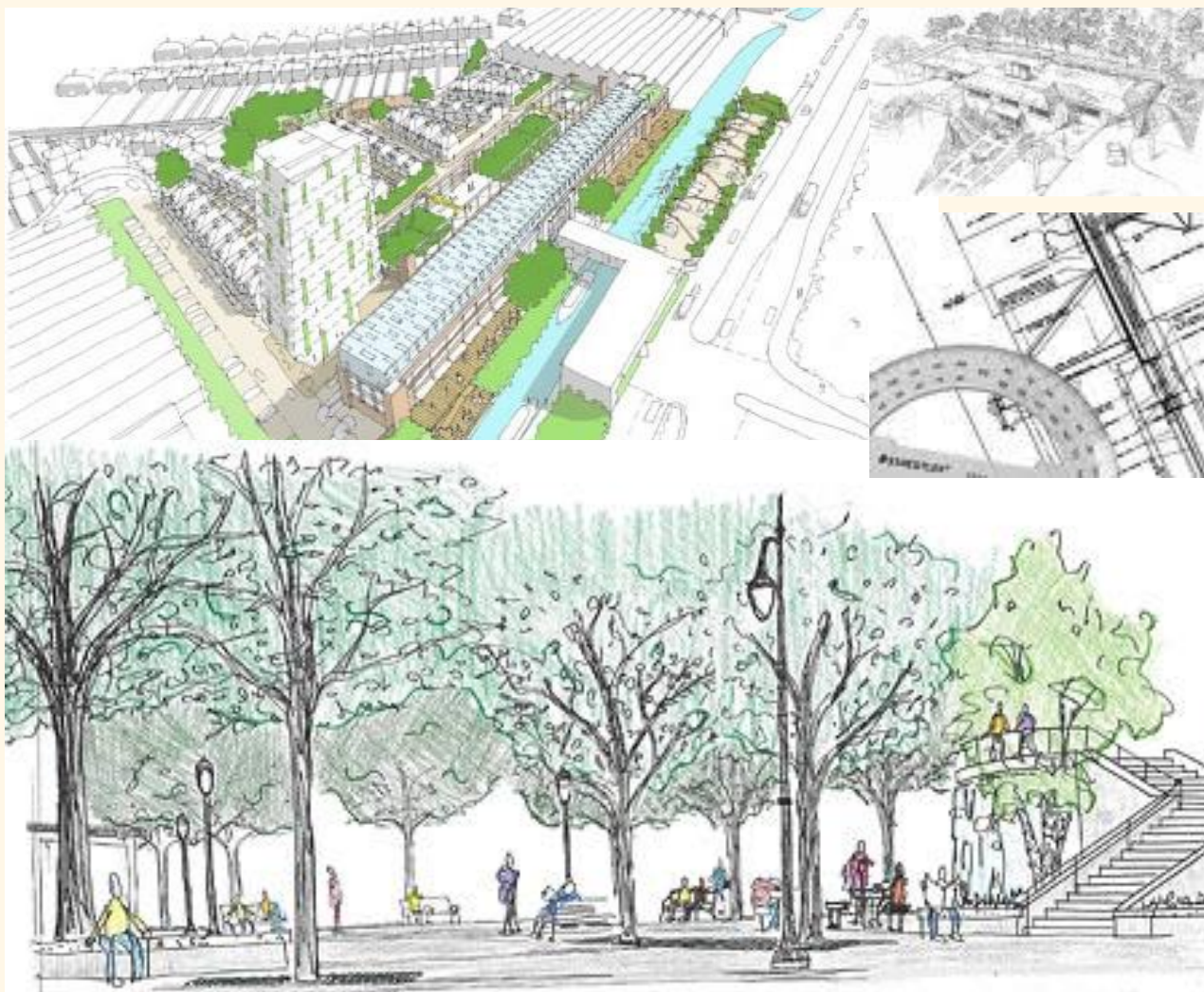


## PROCESSO Nº 2/2016 – AUDIT. 1.ª SECCÃO



### Relatório n.º 3/2017 – AUDIT. 1.ª SECCÃO

*Evolução dos acréscimos de custos nos contratos de empreitada, designadamente por força de adicionais*

Tribunal de Contas  
Lisboa

2017



## DECISÃO

Os Juízes do Tribunal de Contas, em Plenário da 1.<sup>a</sup> Secção, nos termos do artigo 77.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, decidem:

1. Aprovar o Relatório *“Evolução dos acréscimos de custos nos contratos de empreitada, designadamente por força de adicionais”*, em anexo.
2. Reiterar às entidades que sejam donos de obras públicas que observem as recomendações constantes daquele Relatório:
  - 2.1. Cumpram a sua obrigação legal e gestonária de aprovar projetos de obras públicas rigorosos, que definam, com a máxima precisão, as finalidades e características da obra a realizar e as características dos respetivos terrenos de implantação. Nesta matéria, deve, em especial, observar-se o disposto no artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e nas Instruções aprovadas pela Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho;
  - 2.2. Obtenham previamente os pareceres obrigatórios de entidades externas e zelem para que os projetos cumpram as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao tipo de obra em causa;
  - 2.3. Acompanhem, nos termos legalmente estabelecidos, a elaboração dos projetos, mesmo quando realizados por entidades externas, e procedam à sua avaliação crítica, à luz do respetivo ajustamento às efetivas necessidades;
  - 2.4. Promovam a cuidada revisão dos projetos antes da sua colocação a concurso, designadamente atualizando os projetos antigos e compatibilizando os projetos das várias especialidades ou de empreitadas relacionadas entre si;
  - 2.5. Adotem, quando aplicável, o procedimento de revisão de projetos estabelecido no artigo 43.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos;
  - 2.6. Pronunciem-se, expressa e cuidadosamente, sobre os erros e omissões identificados pelos concorrentes nos procedimentos para adjudicação de empreitadas durante o prazo para apresentação de propostas;
  - 2.7. Procedam à expressa autorização dos trabalhos adicionais, fundamentando a decisão de forma suficiente e adequada, o que inclui a explicitação das circunstâncias de facto que justificam os trabalhos e a qualificação legal que os legitima;



## Tribunal de Contas

---

- 2.8. Observem os requisitos legais fixados nos artigos 370.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos para a realização dos trabalhos adicionais e procedam à sua verificação rigorosa antes da respetiva autorização;
- 2.9. Tenham em atenção, para esse efeito, que “*circunstâncias imprevistas*” são apenas aquelas que sejam qualificáveis como inesperadas ou inopinadas, ou seja, como circunstâncias que o decisor público normal, colocado na posição do real decisor, não podia nem devia ter previsto;
- 2.10. Assegurem-se que só autorizam como trabalhos de suprimento de erros e omissões ou como trabalhos a mais prestações *estritamente necessárias* à integral execução da obra contratada, o que exclui as modificações resultantes das alterações de vontade do dono da obra e as melhorias dos projetos;
- 2.11. Respeitem escrupulosamente os limites quantitativos para trabalhos a mais e para trabalhos de suprimento de erros e omissões, fixados nos artigos 370.º e 376.º do Código dos Contratos Públicos, não procedendo a quaisquer operações de compensação com trabalhos a menos que também possam existir;
- 2.12. Observem, nas supressões de trabalhos que possam ser consideradas como modificações dos projetos, os princípios constantes dos artigos 311.º e seguintes e dos artigos 379.º a 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- 2.13. Formalizem, em contrato ou qualquer documento adicional aos contratos de empreitada, as alterações por trabalhos aditados ou suprimidos, discriminando-os sem operações de compensação, em respeito do estabelecido nos artigos 370.º e 376.º do Código dos Contratos Públicos;
- 2.14. Justifiquem a razão pela qual consideram essenciais à conclusão da obra trabalhos de suprimento de erros e omissões que, apesar de terem sido detetados na fase de formação do contrato, não tenham sido por si expressamente aceites;
- 2.15. Observem e promovam a adequada imputação de responsabilidades por erros e omissões detetados durante a execução da obra, nos termos do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos, assegurando a responsabilização do adjudicatário quando aplicável;
- 2.16. Acionem obrigatoriamente os pedidos de indemnização previstos no n.º 6 do artigo 378.º daquele Código, quando os erros e omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção perante si assumidas por terceiros;



# Tribunal de Contas

---

- 2.17. **Cumpram pontualmente o dever de remessa ao Tribunal de Contas dos atos, contratos ou documentos adicionais, no prazo fixado no artigo 47.º, n.º 2, da LOPTC;**
- 2.18. **Observem, de forma rigorosa, o disposto na Resolução n.º 1/2009, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2009.**
  
3. **Recomendar mais uma vez à Assembleia da República e ao Governo que, no quadro das respetivas atribuições e competências:**
  - 3.1. **Criem exigências e condições acrescidas para um maior rigor dos projetos de obras públicas;**
  - 3.2. **Regulem o seguro obrigatório de projeto;**
  - 3.3. **Ponderem o estabelecimento de normas legislativas que, de forma clara e inequívoca, impeçam que as decisões dos tribunais arbitrais legitimem despesas efetuadas em violação do regime legal aplicável, designadamente o previsto no Código dos Contratos Públicos para os trabalhos adicionais e de suprimento de erros e omissões.**
  
4. **Fixar que não são devidos emolumentos, por não determinação dos respetivos sujeitos passivos.**
  
5. **Remeter cópia desta Decisão e do Relatório:**
  - a) **À Assembleia da República;**
  - b) **Ao Primeiro-Ministro;**
  - c) **A todos os Ministros, para que, além do mais, divulguem as suas recomendações aos donos de obras públicas sob a sua hierarquia e tutela, incluindo empresas públicas;**
  - d) **À Associação Nacional de Municípios Portugueses, para que os divulgue junto dos Municípios e respetivas Associações, os quais, por sua vez, os devem divulgar junto das entidades que integram os respetivos sectores empresariais;**
  - e) **À Associação Nacional de Freguesias, para que os divulgue junto das Freguesias;**
  - f) **À Infraestruturas de Portugal, SA, ao Município de Lisboa, ao Município de Albufeira e ao Município de Ílhavo, com a indicação de que devem dar integral cumprimento aos limites quantitativos**



# Tribunal de Contas

---

estabelecidos nos artigos 370.º e 376.º do Código dos Contratos Públicos, para trabalhos a mais e para trabalhos de suprimento de erros e omissões, não procedendo a quaisquer operações de compensação com trabalhos a menos que também possam existir;

- g) À Parque Escolar, EPE e ao Hospital Garcia da Orta, EPE para que remetam, ao Tribunal de Contas, com cada ato/contrato adicional toda a documentação constante da Resolução n.º 1/2009, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2009.

6. Publicar esta Decisão e o Relatório aprovado na página de *Internet* do Tribunal de Contas, com destaque.

Lisboa, 30 maio de 2017

## OS JUÍZES CONSELHEIROS

Alberto Fernandes Brás  
(Relator)

Helena Abreu Lopes

José Mouraz Lopes



**Processo n.º 2/2016 - Audit. 1.ª Secção**

**RELATÓRIO**

\*

***EVOLUÇÃO DOS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS NOS CONTRATOS DE  
EMPREITADA, DESIGNADAMENTE POR FORÇA DE ADICIONAIS***

**Tribunal de Contas**

Lisboa

2017



## ÍNDICE

<b>I. Âmbito, objetivos, metodologia e condicionantes da ação</b>	13
<b>II. Observações</b>	16
<b>Contratos analisados</b>	
<b>Observação 1:</b> No ano de 2016, o número de adicionais a contratos de empreitada, remetidos ao Tribunal de Contas voltou a diminuir, mas o montante financeiro do acréscimo de encargos, bem como da supressão de trabalhos contratuais voltou a aumentar.	18
<b>Observação 2:</b> Aumentou a percentagem de contratos de empreitada de obras públicas em que não foram assinaladas alterações, 73,71%.	20
<b>Observação 3:</b> No universo dos contratos de empreitada de obras públicas que não foram objeto de alteração, a administração local outorgou o maior número de contratos, bem como o maior montante.	21
<b>Observação 4:</b> No universo dos contratos alterados, quer o maior número de contratos quer o montante mais elevado de alterações ocorreu no setor empresarial do Estado.	24
<b>Observação 5:</b> Os adicionais analisados representaram, globalmente, um acréscimo de encargos.	26
<b>Observação 6:</b> O aditamento de trabalhos ocorreu sobretudo no setor empresarial do Estado, embora, se conjugado com trabalhos suprimidos, tenha tido uma maior expressão líquida na administração local.	29
<b>Observação 7:</b> Durante o ano de 2016, o valor dos trabalhos aditados foi quase idêntico aos dos trabalhos suprimidos, mas no setor empresarial do Estado o acréscimo foi inferior ao da supressão de trabalhos.	34
<b>Observação 8:</b> As alterações aos contratos de empreitada de obras públicas continuam a distribuir-se por todos os tipos de obra, tendo uma especial incidência nas vias de comunicação e nos edifícios/reabilitação.	37



# Tribunal de Contas

---

<b>Observação 9:</b> As modificações contratuais respeitaram em especial a trabalhos de pavimentação, instalações elétricas e arquitetura.	40
<b>Observação 10:</b> Há entidades que procedem à formalização dos trabalhos adicionais sem respeitar o regime legal, o qual não permite a compensação entre trabalhos adicionados e trabalhos suprimidos.	42
<b>Observação 11:</b> Foi, em geral, respeitado o limite quantitativo para o aditamento de trabalhos, qualificados como trabalhos a mais. Porém, o limite legal para aditamento de trabalhos de suprimento de erros e omissões foi desrespeitado em cerca de 10,33% dos contratos.	43
<b>Observação 12:</b> A percentagem dos contratos adicionais remetidos ao Tribunal de Contas em que não foi prestada informação sobre a natureza dos trabalhos alterados diminuiu.	51
<b>Observação 13:</b> Em cerca de 84,19% das situações, as alterações ao objeto contratual das empreitadas resultaram de deficiências na conceção dos projetos.	52
<b>Observação 14:</b> As alterações contratuais decorreram de circunstâncias imprevistas em cerca de 7,90% das situações.	56
<b>Observação 15:</b> O regime introduzido pelo CCP para identificação dos erros e omissões dos projetos e partilha de responsabilidades pelos mesmos não tem sido nem devidamente observado nem eficaz para induzir maior rigor nos projetos de obras públicas.	58
<b>III. Recomendações</b>	61
<b>IV. Parecer do Ministério Público</b>	64
<b>Ficha Técnica</b>	65





# Tribunal de Contas

---

## **Anexos (formato eletrônico)**

**Anexo I – Lista de dossiês**

**Anexo II – Base de adicionais**

**Anexo III – Síntese de empreitadas com adicionais**

**Anexo IV – Síntese de entidades com adicionais**

**Anexo V – Síntese por setores com adicionais**

**Anexo VI – Síntese do tipo de empreitadas com adicionais**

**Anexo VII – Base de deficiências**

**Anexo VIII – Síntese de deficiências**

**Anexo IX – Parque Escolar, EPE – Síntese de alguns valores decididos por  
Tribunais Arbitrais**

**Anexo X – Base de empreitadas sem adicionais**

**Anexo XI – Síntese de entidades sem adicionais**

**Anexo XII – Síntese do tipo de empreitadas sem adicionais**

**Anexo XIII – Lista de todas as entidades/contratos**



# Tribunal de Contas

## ÍNDICE DOS QUADROS

<b>Quadro 1 -</b>	Contratos de empreitada de obras públicas analisados	16
<b>Quadro 2 -</b>	Contratos de empreitada de obras públicas com adicionais/supressão de trabalhos	16
<b>Quadro 3 -</b>	Contratos de empreitada de obras públicas sem adicionais	17
<b>Quadro 4 -</b>	Contratos adicionais registados no Tribunal de Contas entre 03.09.2006 e 31.12.2009	18
<b>Quadro 5 -</b>	Contratos adicionais registados no Tribunal de Contas entre 01.01.2011 e 31.12.2015	18
<b>Quadro 6 -</b>	Valor dos acréscimos/supressão de trabalhos registados no Tribunal de Contas, no ano de 2016	19
<b>Quadro 7 -</b>	Contratos de empreitada sem alterações, por setor	21
<b>Quadro 8 -</b>	Contratos de empreitada com e sem alterações, por setor	22
<b>Quadro 9 -</b>	Tipologia dos contratos de empreitada de obras públicas sem alterações	24
<b>Quadro 10 -</b>	Contratos de empreitada de obras públicas, por setor	25
<b>Quadro 11 -</b>	Contratos de empreitada com acréscimo e/ou supressão de trabalhos, por setor	25
<b>Quadro 12 -</b>	Valor dos acréscimos/supressão de trabalhos registados no Tribunal de Contas, no ano de 2016	27
<b>Quadro 13 -</b>	Organismos com o maior volume de trabalhos adicionais	28
<b>Quadro 14 -</b>	Organismos com o maior volume de trabalhos suprimidos	28
<b>Quadro 15 -</b>	Contratos de empreitada com acréscimo global de custos, por setor	30
<b>Quadro 16 -</b>	Organismos do SEE com maior volume de acréscimo de trabalhos (sem “compensação” com trabalhos suprimidos)	30
<b>Quadro 17 -</b>	Organismos do SEE com maior volume de acréscimo de trabalhos (com “compensação” com trabalhos suprimidos)	31
<b>Quadro 18 -</b>	Organismos da administração local com maior volume de acréscimo de trabalhos	32
<b>Quadro 19 -</b>	Organismos da administração local com maior volume de acréscimo de trabalhos (com “compensação” com trabalhos suprimidos)	32
<b>Quadro 20 -</b>	Organismos da administração central com maior volume de acréscimo de trabalhos	33
<b>Quadro 21 -</b>	Contratos de empreitada com acréscimo e/ou supressão de trabalhos, por setor	35
<b>Quadro 22 -</b>	Organismos do SEE com maior volume de supressão de trabalhos	35



# Tribunal de Contas

---

<b>Quadro 23</b> - Contratos de empreitada com maior percentagem de supressão de trabalhos	36
<b>Quadro 24</b> - Organismos da administração local com maior volume de supressão de trabalhos	36
<b>Quadro 25</b> - Organismos da administração central com maior volume de supressão de trabalhos	37
<b>Quadro 26</b> - Tipologia dos contratos de empreitada de obras públicas com alterações	38
<b>Quadro 27</b> - Modificações de trabalhos por tipos de obra	38
<b>Quadro 28</b> - Contratos de empreitada de obras públicas do tipo “Vias de Comunicação”, com alterações na sua execução	39
<b>Quadro 29</b> - Contratos de empreitada de obras públicas do tipo “Edifícios/Reabilitação”, com alterações na sua execução	39
<b>Quadro 30</b> - Tipo de trabalhos objeto de alteração	41
<b>Quadro 31</b> - Contratos de empreitada executados ao abrigo da redação inicial do CCP (com compensação)	45
<b>Quadro 32</b> - Contratos de empreitada executados ao abrigo da redação inicial do CCP, com qualificação dos trabalhos	46
<b>Quadro 33</b> - Contratos com percentagem mais elevada de trabalhos a mais	47
<b>Quadro 34</b> - Contratos com percentagem mais elevada de trabalhos de suprimento de erros e omissões (executados ao abrigo da atual redação do CCP)	48
<b>Quadro 35</b> - Justificações apresentadas para as alterações contratuais	53

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Regime jurídico aplicável aos contratos	17
<b>Gráfico 2</b> – Evolução do volume de trabalhos adicionados e de trabalhos suprimidos	20
<b>Gráfico 3</b> – Contratos de empreitada com e sem alterações	21
<b>Gráfico 4</b> – Acréscimo e supressão de trabalhos, “compensados”, por setor	31
<b>Gráfico 5</b> – Alterações (acréscimo) por deficiente conceção de projetos, por setor	53
<b>Gráfico 6</b> – Alterações (supressão) por deficiente conceção de projetos, por setor	54
<b>Gráfico 7</b> – Alterações derivadas de circunstâncias imprevistas	57



# Tribunal de Contas

---

## SIGLAS

<b>AC</b>	<i>Administração Central</i>
<b>AL</b>	<i>Administração Local</i>
<b>CCP</b>	<i>Código dos Contratos Públicos<sup>1</sup></i>
<b>DCC</b>	<i>Departamento de Controlo Concomitante</i>
<b>LOPTC</b>	<i>Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas<sup>2</sup></i>
<b>SEE</b>	<i>Setor Empresarial do Estado</i>
<b>SEL</b>	<i>Setor Empresarial Local</i>
<b>TdC</b>	<i>Tribunal de Contas</i>

---

<sup>1</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 (publicada no Diário da República, 1.ª S., n.º 62, de 28 de março de 2008), alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelos Decretos-Lei n.ºs 223/2009, de 11 de setembro e 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pelos Decretos-Lei n.ºs 149/2012, de 12 de julho, e 214-G/2015, de 2 de outubro.

<sup>2</sup> Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as alterações resultantes das Leis n.ºs 87-B/98, de 31 de dezembro, 1/2001, de 4 de janeiro, 55-B/2004, de 30 de dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 61/2011, de 7 de dezembro, 2/2012, de 6 de janeiro, 20/2015, de 9 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro.



# Tribunal de Contas

---



# Tribunal de Contas

---

## I. ÂMBITO, OBJETIVOS, METODOLOGIA E CONDICIONANTES DA AÇÃO

### Introdução

1. Desde 3 de setembro de 2006 que os atos e contratos adicionais a contratos de empreitada de obras públicas visados que titulem a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões estão dispensados de fiscalização prévia do TdC, sendo objeto de fiscalização concomitante ou sucessiva. Para esse efeito, devem ser enviados ao TdC num prazo que é atualmente de 60 dias a contar do início da sua execução<sup>3</sup>.
2. No quadro dos seus poderes de controlo *concomitante* sobre a execução de contratos visados<sup>4</sup>, a 1.ª Secção deste Tribunal tem vindo a proceder a uma análise seletiva dos referidos adicionais. Em função de critérios pré-definidos, que têm em conta o risco financeiro, a existência de indícios de ilegalidade e o grau de cobertura do universo, a 1.ª Secção tem selecionado parte desses contratos adicionais para a realização de auditorias, no âmbito das quais conduz uma análise aprofundada da justificação e legalidade dos trabalhos adicionais e procede à identificação de eventuais responsabilidades financeiras e sua comunicação ao Ministério Público.
3. Para além dessa apreciação seletiva, o Tribunal tem também efetuado uma análise global dessa informação, a fim de identificar riscos e formular observações e recomendações para uma melhor gestão dos dinheiros e valores públicos. Nesse âmbito, a 1.ª Secção deste Tribunal, nos Relatórios n.ºs 8/2010 – Audit. 1.ª Secção e 1/2016 – Audit. 1.ª Secção formulou diversas observações e recomendações, dirigidas quer aos donos de obras públicas quer à Assembleia da República e ao Governo, que incluíam a promoção de alterações ao CCP.
4. Tendo por objetivo continuar a acompanhar a situação, a 1.ª Secção do TdC analisou de forma global a informação relativa a trabalhos adicionais a contratos de empreitada de obras públicas remetida ao Tribunal durante o ano de 2016.

### Âmbito e Metodologia

5. A ação consistiu na análise da informação relativa a atos e contratos adicionais, registados no TdC, no ano de 2016, bem como a contratos de empreitada de

---

<sup>3</sup> Cfr. artigo 47.º, n.º 1, alínea d) e n.º 2 da LOPTC, na sua redação atual.

<sup>4</sup> Cfr. artigo 49.º, n.º 1, alínea a), da LOPTC.



# Tribunal de Contas

---

obras públicas visados ou homologados conforme, nos anos de 2015 e de 2016 (neste ano, apenas até 31.10.2016<sup>5</sup>).

6. Com vista a obter informação, consultaram-se as bases de dados existentes no TdC e elaboraram-se listagens em excel, as quais constam em anexo (em formato eletrónico) a este relatório.
7. Por outro lado, analisou-se a informação constante de cada um dos 359 dossiês de adicionais registados na base de dados GEDOC e que foram remetidos para o Departamento de Controlo Concomitante, no ano de 2016.
8. Nas auditorias entretanto realizadas neste período temporal foram abrangidos 3<sup>6</sup> dos 359 adicionais referidos no n.º 7, tendo, nessas auditorias, sido feita a análise da sua legalidade e regularidade financeira, a qual foi tomada em consideração nesta auditoria.

## Objetivos

9. A análise foi conduzida com os objetivos de:
  - ✓ Avaliar a evolução dos adicionais a contratos de empreitada de obras públicas relativamente à observada e relatada nos Relatórios n.ºs 8/2010 e 1/2016 – Audit. 1ª S.;
  - ✓ Comparar, quando pertinente, as situações de trabalhos adicionais verificadas no decurso da execução de empreitadas de obras públicas contratualizadas na vigência inicial do CCP, com as formalizadas após as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho (a maioria);
  - ✓ Caracterizar as situações de divergência entre as empreitadas contratualizadas e a respetiva execução;
  - ✓ Identificar riscos associados;
  - ✓ Identificar a situação quanto à imputação de responsabilidades pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões, bem como do acionamento de projetistas para ressarcimento de danos;
  - ✓ Identificar eventuais boas e más práticas;

---

<sup>5</sup> Data em foi decidido o último contrato de empreitada com adicional registado neste Tribunal. Mencione-se, também, que se incluem alguns contratos de empreitada decididos pelo TdC em anos anteriores a estes, em virtude de terem tido adicionais registados no ano de 2016.

<sup>6</sup> Proc.º n.º 1/2016 – Audit. 1.ª Secção – dossiês n.ºs 212/2015, **211 e 212/2016**; Proc.º n.º 4/2016 – Audit. 1.ª Secção – dossiê n.º **172/2016**. Neste ano, encontravam-se também em curso os Proc.ºs n.ºs 1 e 3/2014 – Audit. 1.ª Secção., relativos aos dossiês n.ºs 264, 306, 331 e 447/2013, 429/2014, 195, 186, 381 e 382/2015 (na 1.ª), 229/2012, 29/2013 e 334/2014, com relatório, entretanto, aprovado no início do ano de 2017.



# Tribunal de Contas

---

- ✓ Formular recomendações.

## Condicionantes

10. Na interpretação da informação constante deste relatório, importa ter em conta que:

- ✓ A análise efetuada respeita a entidades da administração central e local, dos setores empresariais do Estado e local, a fundações e a associações de direito privado de Portugal continental<sup>7</sup>.
- ✓ Os adicionais em causa são adicionais a contratos de empreitada *visados pelo Tribunal de Contas*. Ora, nos termos da lei, apenas estão sujeitos a esse visto os contratos de empreitada de obras públicas de valor igual ou superior ao estabelecido, anualmente, nas leis do orçamento<sup>8</sup> ou do valor estipulado no artigo 47.º, n.º 1, da LOPTC<sup>9</sup>. Assim sendo, a análise não incidiu sobre a totalidade das obras públicas realizadas pelas entidades sujeitas ao controlo prévio do Tribunal nos períodos em causa, mas apenas sobre as suas obras públicas de maior valor.
- ✓ Atendeu-se, apenas, à informação remetida no ano de 2016, o que significa que, em alguns casos, os acréscimos ou supressão de trabalhos que se indicam, podem não corresponder aos totais para cada empreitada (podem ter existido adicionais em anos anteriores ou ainda virem a ser formalizados).
- ✓ No decurso da execução dos contratos verificaram-se, nalguns casos, e em especial no âmbito da administração central e do setor empresarial do Estado, reestruturações e alterações no estatuto jurídico e na denominação das entidades públicas e consequentes alterações na titularidade dos contratos, o que pode, pontualmente, ter interferido na análise.
- ✓ Apenas se retirou informação dos dossiês criados para cada ato/contrato adicional, neste Tribunal, pelo que em alguns pontos deste relatório a informação referida pode ser escassa quando comparada com a recolhida e analisada no relatório de 2016 (em que se utilizaram questionários eletrónicos disponibilizados na página do TdC na internet).
- ✓ Seguiu-se a estrutura do relatório aprovado no ano de 2016, para melhor se visualizar a evolução ocorrida nesta área da contratação pública.

---

<sup>7</sup> Não se incluem quaisquer entidades da Administração Regional, as quais são fiscalizadas pelas respetivas Secções Regionais deste Tribunal.

<sup>8</sup> Cfr. artigos 46.º, n.º 1, alínea b) e 48.º da LOPTC.

<sup>9</sup> Nos anos relevantes para a auditoria esse valor era de 350.000,00 € ou 5.000.000,00 €, consoante o caso.





# Tribunal de Contas

## II. OBSERVAÇÕES

### Contratos analisados

11. Tal como consta detalhadamente dos anexos II e X ao relatório, na presente ação foi analisada informação relativa a 700 contratos (iniciais) de empreitada de obras públicas<sup>10</sup>, remetidos por 225 entidades públicas.

**Quadro 1 – Contratos de empreitada de obras públicas analisados**

Setor	N.º Entidades	N.º Obras	Valor inicial (€)
AL	146	417	409.462.571,10
SEE	25	159	<b>1.012.511.292,19</b>
AC	37	73	75.507.069,62
SEL	13	43	72.370.429,83
Fund.+ Assoc.	4	8	5.003.254,25
<b>Totais</b>	<b>225</b>	<b>700</b>	<b>1.574.854.616,99</b>

12. No ano de 2016, foram registados no TdC 359 atos/contratos adicionais relativos a 184 daqueles contratos de empreitada<sup>11</sup>, outorgados por 49 entidades públicas (anexo III).

**Quadro 2 – Contratos de empreitada de obras públicas com adicionais/supressão de trabalhos**

Setor	N.º Entidades	N.º Obras	Valor inicial (€)
SEE	9	92	<b>843.317.976,16</b>
AL	28	67	95.436.799,53
AC	9	15	19.296.532,26
SEL	2	6	10.870.123,07
Fund.	1	4	2.493.512,50
<b>Totais</b>	<b>49</b>	<b>184</b>	<b>971.414.943,52</b>

13. Assim, verificou-se que, dos contratos de empreitada decididos favoravelmente pelo TdC, nos anos de 2015 e 2016 (até 31.12.2016), não se registaram alterações

<sup>10</sup> Foram analisados, apenas 700 contratos, uma vez que não se atendeu a 35 contratos de empreitada visados no ano de 2015, mas que tinham tido modificações contratuais antes do ano de 2016.

<sup>11</sup> Alguns destes contratos de empreitada foram visados ou homologados conforme pelo TdC, em anos anteriores a 2015 e 2016, mas são identificados no relatório uma vez que tiveram atos/contratos adicionais registados no ano de 2016.



# Tribunal de Contas

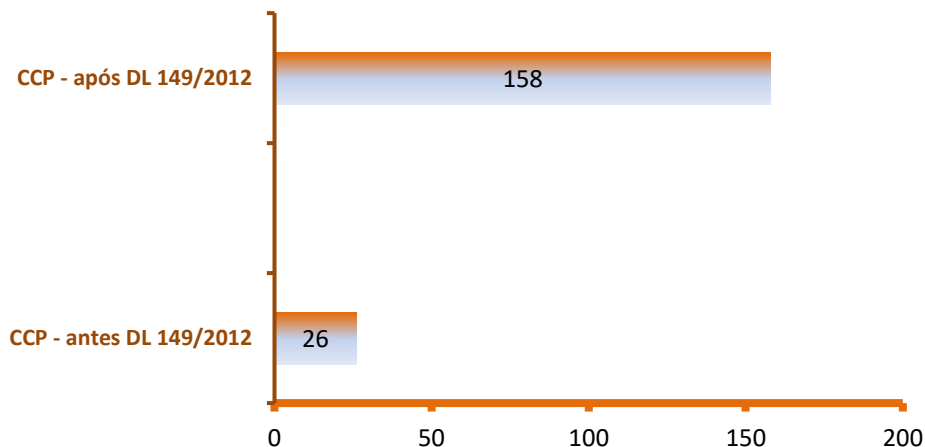
na sua execução (conhecidas neste Tribunal, até ao final do ano de 2016), em 516, outorgados por 204 entidades (anexo XI).

## Quadro 3 – Contratos de empreitada de obras públicas sem alterações

Setor	N.º Entidades	N.º Obras	Valor inicial (€)
AL	134	350	314.025.771,57
SEE	22	67	169.193.316,03
AC	32	58	56.210.537,36
SEL	13	37	61.500.306,76
Fund. + Assoc.	3	4	2.509.741,75
<b>Totais</b>	<b>204</b>	<b>516</b>	<b>603.439.673,47</b>

14. Importa referir que, destas 204 entidades, houve 28 que também enviaram 157 contratos de empreitada de obras públicas, nos quais ocorreu modificação no seu objeto, por força de trabalhos adicionados e/ou suprimidos.
15. Atendendo ao período temporal em que foram iniciados os procedimentos relativos aos contratos de empreitada que tiveram alterações na sua execução (184), todos decorreram já na vigência do CCP. No entanto, importa observar que alguns deles ainda foram celebrados antes das alterações introduzidas no CCP, em matéria de execução de contratos de empreitada de obras públicas (artigos 370.º a 380.º) pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12.07, como se identifica no gráfico.

## Gráfico 1 – Regime jurídico aplicável aos contratos





## Tribunal de Contas

16. A análise da informação referida permite formular as observações que se seguem.

**OBSERVAÇÃO 1:** No ano de 2016, o número de adicionais a contratos de empreitada, remetidos ao Tribunal de Contas, voltou a diminuir, mas o montante financeiro do acréscimo de encargos, bem como da supressão de trabalhos contratuais voltou a aumentar.

17. No Relatório n.º 8/2010 – Audit. 1.ª Secção reportaram-se os seguintes dados sobre adicionais a empreitadas:

**Quadro 4 – Contratos adicionais registados no Tribunal de Contas entre 03.09.2006 e 31.12.2009**

Ano		N.º contratos adicionais	Montante (€)
2006	De 03/09 a 31/12	359	40.230.252,45
2007	De 01/01 a 31/12	979	91.145.973,76
2008	De 01/01 a 31/12	747	83.026.221,69
2009	De 01/01 a 31/12	627	45.303.968,00
<b>Totais</b>		<b>2712</b>	<b>259.706.415,90</b>

18. No Relatório n.º 1/2016 – Audit. 1.ª Secção apurou-se a seguinte situação:

**Quadro 5 – Contratos adicionais registados no Tribunal de Contas entre 01.01.2011 e 31.12.2015**

Ano		N.º contratos adicionais	Montante (€)		
			TAdicionados (€)	TSuprimidos (€)	Total (€)
2011	De 01/01 a 31/12	693	77.116.734,04	-31.844.933,96	45.271.800,08
2012	De 01/01 a 31/12	616	30.300.292,65	-52.594.821,34	-22.294.528,69
2013	De 01/01 a 31/12	453	16.854.121,29	-11.952.241,92	4.901.879,37
2014	De 01/01 a 31/12	441	22.778.257,98	-10.294.656,65	12.483.601,33
2015	De 01/01 a 31/12	484	29.581.172,21	-13.803.944,17	15.777.228,04
<b>Totais</b>		<b>2687</b>	<b>176.630.578,17</b>	<b>-120.490.598,04</b>	<b>56.139.980,13</b>



## Tribunal de Contas

19. Conforme se retira da análise dos dados referidos, quer o número dos adicionais remetidos a este Tribunal, quer o seu montante financeiro, quer o acréscimo de encargos que deles resulta apresentou, até ao ano de 2013 (com exceção do ano de 2011), uma diminuição significativa. No ano de 2014, o volume de trabalhos adicionais recomeçou a subir, embora o número de adicionais ainda estivesse a decrescer.
20. No ano de 2015, observou-se que o número de adicionais recomeçou a subir, bem como o valor dos acréscimos financeiros que implicaram. No entanto, estes valores continuaram distantes dos verificados em 2007, 2008 e 2011.
21. Na presente auditoria apuraram-se os seguintes dados<sup>12</sup>:

**Quadro 6 – Valor dos acréscimos/supressão de trabalhos registados no Tribunal de Contas, no ano de 2016**

Empreitadas		Atos/Contratos Adicionais			
N.º	Valor inicial (€)	N.º	TAdicionados (€)	TSuprimidos (€)	Total (€)
184	971.414.943,52	359	34.971.095,52	-31.084.721,34	3.886.374,18

22. Como se verifica no quadro supra (anexo I), o número de adicionais voltou a reduzir (o valor igualou o verificado nos 4 meses de 2006), mas manteve-se a tendência crescente quanto ao volume de acréscimo de trabalhos adicionais (que, por força da lei não podem ser compensados com trabalhos a menos). Quanto ao valor da supressão de trabalhos contratuais, o mesmo também voltou a aumentar, tendo continuado a verificar-se, essencialmente, nas obras contratualizadas pela Infraestruturas de Portugal, SA e pela Parque Escolar, EPE e aproximando-se do valor negativo registado no ano de 2011.
23. Refira-se, no entanto, que o montante dos trabalhos suprimidos nos contratos de empreitada, como se mencionou no relatório de 2016, pode não significar um decréscimo efetivo da despesa pública deles resultante, como veremos mais à frente, a propósito de algumas empreitadas da Parque Escolar, EPE.

<sup>12</sup> Neste quadro apresentam-se os valores detalhados de todos os trabalhos adicionados e/ou suprimidos nas obras públicas. Estes valores divergem dos apresentados no relatório de atividades do TdC, do ano de 2016, porque nesse documento indicam-se os valores contratualizados que ascenderam a 33.338.585,94 € e a -8.696.269,22, perfazendo um total de 24.642.316,72 €.



24. Em termos gráficos, os montantes de trabalhos adicionados e de supressão de trabalhos contratuais apresenta a seguinte configuração<sup>13</sup>.

**Gráfico 2 – Evolução do volume de trabalhos adicionados e de trabalhos suprimidos**



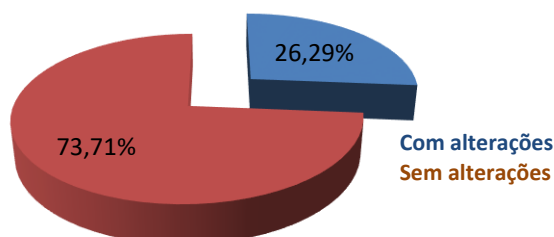
**OBSERVAÇÃO 2: Aumentou a percentagem de contratos de empreitada de obras públicas em que não foram assinaladas alterações, 73,71%.**

25. No Relatório n.º 8/2010 – Audit. 1.ª Secção concluiu-se que as empreitadas eram objeto de alteração por trabalhos adicionais, pelo menos, em 50% das situações. Esta tendência manteve-se no período analisado no Relatório n.º 1/2016 - Audit. 1.ª Secção em que se observou que, no universo analisado (1533 contratos de empreitada), 50,33%, não tinham sido sujeitas a qualquer alteração e 1513 tinham sido objeto de modificações, maioritariamente para supressão de trabalhos contratuais.
26. Na presente ação em que o período temporal de análise é mais reduzido, só no ano de 2016, observa-se que, dos 700 contratos de empreitada analisados, em 516 deles não foi registada, até 31.12.2016, qualquer modificação ao seu objeto, tendo, ao invés, ocorrido já modificação do objeto contratual em 184 contratos.

<sup>13</sup> Os trabalhos a menos apenas foram autonomizados a partir do ano de 2011, quando se verificou que o seu valor representava uma percentagem significativa do preço contratual.



**Gráfico 3 – Contratos de empreitada com e sem alterações**



**OBSERVAÇÃO 3:** No universo dos contratos de empreitada de obras públicas que não foram objeto de alteração a administração local outorgou o maior número de contratos, bem como o maior montante.

27. Relativamente aos 516 contratos de empreitada que não apresentaram quaisquer alterações no decurso da sua execução, até ao final de 2016, retira-se do quadro 3 (que se reproduz) o seguinte:

**Quadro 7 – Contratos de empreitada sem alterações, por setor**

Setor	N.º Entidades	N.º Obras	Valor inicial (€)
AL	134	350	314.025.771,57
SEE	22	67	169.193.316,03
AC	32	58	56.210.537,36
SEL	13	37	61.500.306,76
Fund. + Assoc.	3	4	2.509.741,75
<b>Totais</b>	<b>204</b>	<b>516</b>	<b>603.439.673,47</b>

28. Verifica-se, assim, que as entidades que outorgaram maior número de contratos sem modificações ao seu objeto integram-se na administração local (anexo XI).

29. Após uma análise cruzada com as entidades que promoveram alterações na execução de contratos, apura-se que o maior número de contratos alterados foi formalizado por entidades do setor empresarial do Estado.



**Quadro 8 – Contratos de empreitada com e sem alterações, por setor**

Setor	N.º Entidades	N.º Obras Alteradas	Valor inicial (€)	N.º Obras sem alteração	Valor inicial (€)
SEE	25	92	843.317.976,16	67	169.193.316,03
AL	146	67	95.436.799,53	350	314.025.771,57
AC	37	15	19.296.532,26	58	56.210.537,36
SEL	13	6	10.870.123,07	37	61.500.306,76
Fund.+ Assoc.	4	4	2.493.512,50	4	2.509.741,75
<b>Totais</b>	<b>225</b>	<b>184</b>	<b>971.414.943,52</b>	<b>516</b>	<b>603.439.673,47</b>

30. Importa mencionar que das 225 entidades públicas, 28 celebraram contratos de empreitada com e sem modificações, 21 tiveram alterações em todos os seus contratos e 176 não apresentaram qualquer modificação ao objeto dos contratos de empreitada que outorgaram (anexo XIII). Em qualquer das situações, as entidades públicas distribuíram-se por todos os setores acima identificados (com exceção do SEL, que não registou nenhuma situação de só ter empreitadas com adicionais).
31. Relativamente às entidades que contratualizaram maior número de empreitadas sem qualquer alteração, destacam-se o Município de Castelo Branco (22), a Infraestruturas de Portugal, SA (19), os Municípios de Pombal (18), Matosinhos (17) e Amadora (14). Acresce que os Municípios de Castelo Branco, de Matosinhos e Amadora não enviaram ao TdC, no ano de 2016, qualquer alteração a obras públicas.
32. Das obras contratualizadas e sem registo de alterações, salientam-se pelo seu maior valor, as seguintes empreitadas:
- ✓ Conceção, fornecimento, montagem e manutenção de sistemas de controlo - comando e sinalização de vários troços da rede ferroviária nacional, adjudicada pela Infraestruturas de Portugal, SA, no montante de 32.978.721,95 €;
  - ✓ Construção do circuito hidráulico Roxo-Sado do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, adjudicada pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA, no valor de 16.294.193,92 €;
  - ✓ Conceção-construção da ETAR de Faro-Olhão, adjudicada pelas Águas do Algarve, SA, no valor de 13.900.000,00 €;



## Tribunal de Contas

---

- ✓ "Ambiente em Matosinhos: ETAR - tratamento secundário", adjudicada pelo Município de Matosinhos, na importância de 13.899.729,07 €;
  - ✓ Construção do circuito hidráulico de S. Matias do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, também adjudicada pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A., no valor de 13.105.619,00 €.
33. Ora, os adicionais costumam ocorrer tardiamente, sobretudo em casos de obras maiores, com prazos de execução mais alargados ou com situações de contencioso entre dono da obra e empreiteiro, formalizando-se, nalguns casos, bastante tempo após o termo da execução das obras. Embora, nos últimos anos, se assista a uma tendência para enviar ao TdC, a documentação relativa a alterações nas obras, em prazos mais próximos da sua efetiva execução, importa salvaguardar que nada assegura que nos contratos acima identificados não venham ainda a ocorrer modificações.
34. A este propósito, vejam-se os exemplos das empreitadas "Construção do Centro de Alto Rendimento/CAR-SURF de São Jacinto", adjudicada pelo Município de Aveiro, pelo valor de 875.407,55 €<sup>14</sup> e "Manutenção nas especialidades de via e catenária - Lote 5", adjudicada pela ex-REFER, SA (atual Infraestruturas de Portugal, SA), pelo montante de 26.682.184,57 €<sup>15</sup>.

No Relatório n.º 1/2016-Audit. 1.ª Secções foram indicadas como obras sem modificações, mas no ano de 2016, foram enviados 2 contratos adicionais à primeira e um contrato adicional à segunda, nas importâncias de 30.405,87 € (3,47% do valor inicial) e 218.332,71 € (0,82%)<sup>16</sup>, respetivamente.

Igualmente se assinala que os adicionais remetidos pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA, no ano de 2016, apresentavam atrasos de 298, 268, 294, 296, 571, 339, 583 e 332 dias e respeitavam ao fecho das obras<sup>17</sup>. Ora, assinalando-se neste ponto, para esta mesma entidade, 2 empreitadas visadas no ano de 2014, não é de afastar a possibilidade de ainda virem a ser comunicadas modificações ao seu objeto.

---

<sup>14</sup> Processo de fiscalização prévia n.º 1001/2010.

<sup>15</sup> Processo de fiscalização prévia n.º 327/2012.

<sup>16</sup> Dossiês n.ºs 130, 315 e 57/2016.

<sup>17</sup> Dossiês n.ºs 40, 41, 42, 47, 53, 82, 91 e 259/2016, relativos aos processos de fiscalização prévia n.ºs 1267, 1786, 1529, 1296/2014, 939/2013, 2503/2015, 1020/2013 e 2530/2014.





## Tribunal de Contas

35. Se atendermos aos tipos de obra que constituem o objeto destes contratos, concluímos que a maioria respeita à categoria “Edifícios/Reabilitação”, tendo sido contratualizados em maior número por entidades da administração local (anexo XII).

### Quadro 9 – Tipologia dos contratos de empreitada de obras públicas sem alterações

Tipos de obra	N.º Obras	Distribuição por setores					Valor Inicial (€)
		Adm. Central	Adm. Local	SEE	SEL	Fund. Assoc.	
Edifícios/Reabilitação	126	30	69	5	21	1	132.878.440,05
Vias de comunicação	110	0	91	19	0	0	113.503.112,26
Infraestruturas	86	1	68	5	12	0	103.224.219,26
Edifícios	75	15	54	3	1	2	85.653.009,97
Obras de urbanização	53	1	49	1	1	1	30.596.323,65
Obras hidráulicas / Obras marítimas	49	11	7	31	0	0	77.850.815,58
Instalações elétricas e mecânicas	17	0	12	3	2	0	59.733.752,70
<b>Totais</b>	<b>516</b>	<b>58</b>	<b>350</b>	<b>67</b>	<b>37</b>	<b>4</b>	<b>603.439.673,47</b>

36. Saliente-se que no Relatório n.º 1/2016-Audit. 1.ª Secção se apontou que nesta tipologia de obras, “Edifícios/Reabilitação”, não se tinham então apurado contratos de empreitada sem alterações. Ora, tendo em conta a natureza destas obras que, em regra, apresentam sempre modificações no decurso da sua execução, é expectável que nos casos supra identificados, também ainda possam vir a ser registados acréscimos/supressões de trabalhos (ou que os mesmos tenham ocorrido e não tenham sido formalizados nem enviados ao TdC).

**OBSERVAÇÃO 4: No universo dos contratos alterados, quer o maior número de contratos quer o montante mais elevado de alterações ocorreu no setor empresarial do Estado.**

37. Em 2010 concluiu-se que, tanto as obras a que os adicionais recebidos se reportavam, como o número de alterações registadas se verificavam maioritariamente na administração local (com destaque para os municípios), pertencendo a esse setor mais de 80% dos casos.



## Tribunal de Contas

38. Essa tendência manteve-se, embora com uma ligeira diminuição nos anos de 2011 a 2013 (neste ano, analisada, apenas, até 30.06.2016). No relatório de 2016 conclui-se que 73,97% do total dos contratos identificados tinha sido contratualizado na administração local e 67% dos contratos alterados pertenciam a esse mesmo setor.
39. Na presente ação verifica-se que, embora com algum decréscimo, como se pode ver no quadro infra, as entidades integradas na administração local continuam a ser as que mais contratos de empreitada formalizaram, 59,57% do total das empreitadas (anexo XIII), assumindo, no entanto, os formalizados pelo SEE o maior volume financeiro.

**Quadro 10 – Contratos de empreitada de obras públicas, por setor**

Setor	N.º Entidades	N.º Obras	Valor inicial (€)
AL	146	417	409.462.571,10
SEE	25	159	<b>1.012.511.292,19</b>
AC	37	73	75.507.069,62
SEL	13	43	72.370.429,83
Fund.+ Assoc.	4	8	5.003.254,25
<b>Totais</b>	<b>225</b>	<b>700</b>	<b>1.574.854.616,99</b>

40. Porém, no que respeita a contratos que sofreram alterações no decurso da sua execução, observa-se, agora, que 50% dos mesmos foi contratualizada pelo setor empresarial do Estado, tendo a administração local sido responsável por 36,41% e os restantes setores por 13,59% (anexo V).

**Quadro 11 – Contratos de empreitada com acréscimo e/ou supressão de trabalhos, por setor**

Setor	N.º Obras	Valor inicial (€)	Acréscimos (€)	Supressão (€)
SEE	92	843.317.976,16	23.491.034,32	-27.975.329,61
AL	67	95.436.799,53	10.208.214,96	-2.486.022,70
AC	15	19.296.532,26	575.859,67	-146.508,74
SEL	6	10.870.123,07	479.814,70	-296.777,80
Fund.	4	2.493.512,50	216.171,87	-180.082,49
<b>Totais</b>	<b>184</b>	<b>971.414.943,52</b>	<b>34.971.095,52</b>	<b>-31.084.721,34</b>



## Tribunal de Contas

---

41. No relatório de 2016, mencionou-se que o maior número de obras alteradas pertencia à administração local, mas o maior volume financeiro de alterações encontrava-se já no setor empresarial do Estado. Esta evolução foi, então, interpretada como um cumprimento mais rigoroso dos deveres de submissão a controlo e de informação junto deste Tribunal, por aquelas entidades empresariais, assim se cumprindo uma das recomendações formuladas no relatório de 2010.
42. A situação atual confirma essa mesma evolução, tendo sido responsáveis por estas alterações 9 entidades, assumindo posição predominante a Infraestruturas de Portugal, SA, a Parque Escolar, EPE e a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA.
43. As obras contratualizadas pela administração central com modificações tiveram um peso de 8,15%.
44. Se atendermos ao setor empresarial local, as suas obras com modificações representaram, apenas, 3,26% e as das fundações, 2,18%.

---

### **OBSERVAÇÃO 5: Os adicionais analisados representaram, globalmente, um acréscimo de encargos.**

---

45. O relatório de 2010 concluiu que, dos adicionais então analisados, resultou um acréscimo global de custos de 161.255.237,94 €, representando um incremento total de 9,85%.
46. No relatório de 2016 mencionou-se que, embora o acréscimo de trabalhos tivesse representado, no universo total de contratos analisados, nos anos de 2011, 2012 e 1.º semestre de 2013, um incremento de custos na ordem de 6,75%, as alterações verificadas na execução dos contratos, considerando a compensação entre trabalhos aditados e trabalhos suprimidos, tinham originado globalmente um decréscimo dos custos iniciais no valor de -23.057.830,06 €, o que perfazia uma redução total de 0,34%.

Também, então, se assinalou que esta tendência para a diminuição global de encargos não era estável, uma vez que, nos anos de 2014 e 2015, se tinha



## Tribunal de Contas

---

invertido a situação, tendo-se verificado uma redução significativa de supressão de trabalhos e um acréscimo, ainda que ligeiro, de trabalhos adicionados, que globalmente tinham voltado a incrementar os custos finais das obras<sup>18</sup>.

47. No ano de 2016, como se vê do quadro 6 (que se reproduz, de novo), volta-se a assistir a um acréscimo de trabalhos adicionais e de trabalhos suprimidos nas obras, novamente com um incremento nos custos finais das obras, o que confirma a tendência que já se vinha registando.

### Quadro 12 – Valor dos acréscimos/supressão de trabalhos registados no Tribunal de Contas, no ano de 2016

Empreitadas		Atos/Contratos Adicionais			
N.º	Valor inicial (€)	N.º	TAdicionados (€)	TSuprimidos (€)	Total (€)
184	971.414.943,52	359	34.971.095,52	-31.084.721,34	3.886.374,18

48. Se se tomar como referência o universo dos 184 contratos objeto de alterações, o acréscimo significa 3,60%, do preço inicial, valor muito próximo da redução de trabalhos contratuais, 3,20%. No cômputo final temos um acréscimo global de custos das empreitadas de 0,40%, valor distante do identificado no relatório de 2010, 9,85%.
49. Importa relembrar que foram analisados os desvios financeiros resultantes, apenas, de trabalhos adicionais ou supressão de trabalhos contratuais.
50. Como se mencionou no Relatório n.º 1/2016 – Audit. 1.ª Secção, os desvios financeiros numa obra podem ser muito superiores aos que decorrem de atos/contratos adicionais. Neste relatório citaram-se, a título de exemplo, as apostilhas remetidas pela então Estradas de Portugal, SA, que titularam indemnizações na importância de 15.009.536,20 € e em que um dos fundamentos para a sua atribuição era a redução do objeto dos contratos.
51. Mas também as derrapagens de prazo de execução das obras podem gerar acréscimos de custos, a título de revisão de preços ou a título de indemnizações.

---

<sup>18</sup> Não se indicou a percentagem do acréscimo, uma vez que não tinha sido identificado o valor dos contratos iniciais a que o mesmo respeitou.



## Tribunal de Contas

52. Outra fonte de eventuais acréscimos de despesa são os litígios entre os contratantes dirimidos em tribunal arbitral. Como já se referia no relatório de 2016, a Parque Escolar, EPE, foi parte em diversos tribunais arbitrais. Nos contratos de empreitada desta entidade, com adicionais registados em 2016, foi possível extrair informação de que a mesma, nestas empreitadas com modificações, foi condenada a pagar aos seus cocontratantes 9.095.755,38 €, por litígios e juros de mora. Por outro lado e por atrasos do cocontratante foi decidido que teria a receber 10.814.128,90 € (cerca de 50% do valor que tinha peticionado, por este motivo, em tribunais arbitrais) - anexo IX.
53. Ainda quanto ao número e ao montante de acréscimos de trabalhos nas obras, constantes do quadro supra, salienta-se que os mesmos se devem essencialmente à Infraestruturas de Portugal, SA, 52,21% e ao Município de Lisboa, 19,97% (anexo IV).

**Quadro 13 – Organismos com maior volume de trabalhos adicionais**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	N.º adicionais	TAdicionados (€)
Infraestruturas de Portugal, SA	61	276.787.377,94	107	18.256.788,60
Município Lisboa	29	48.750.991,23	95	6.984.207,76
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA	9	145.343.603,22	10	2.755.064,18
Parque Escolar, EPE	16	375.324.560,21	43	1.960.512,72
Município Beja	1	2.236.215,86	1	894.486,35

54. No que respeita à supressão de trabalhos contratuais, verificamos que as entidades que autorizam os maiores acréscimos são as mesmas que adjudicaram também os maiores volumes de trabalhos suprimidos, embora, com exceção da Infraestruturas de Portugal, SA, por ordem diversa.

**Quadro 14 – Organismos com maior volume de trabalhos suprimidos**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	N.º adicionais	Supressão trab. (€)
Infraestruturas de Portugal, SA	61	276.787.377,94	107	-19.817.928,06
Parque Escolar, EPE	16	375.324.560,21	43	-7.537.160,54
Município Beja	1	2.236.215,86	1	-1.036.736,65
Município Lisboa	29	48.750.991,23	95	-558.564,86
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA	9	145.343.603,22	10	-524.522,86



## Tribunal de Contas

---

55. Como se pode constatar, quer a Infraestruturas de Portugal, SA, quer a Parque Escolar, EPE, no cômputo final, apresentam uma diminuição de custos nas suas obras. Esta é uma tendência que se mantém desde, pelo menos, o ano de 2011 e que no Relatório de 2016 foi justificada com erros de estimativa e de medição de quantidades, bem como com objetivos de redução de custos.
56. Correspondendo os dois casos assinalados aos contratos analisados com maior expressão financeira, bem como ao teor dos pontos supra, facilmente se conclui que a diminuição de encargos resultante dos adicionais às empreitadas poderá, a final, ser contrariados por outras circunstâncias.
57. Se atendermos ao modo de fixação dos preços da maioria dos trabalhos adicionados às obras (30.449.599,45 €), observamos que 72,51% foram preços contratuais (22.080.457,28 €) e 27,49% (8.369.142,45 €) foram preços novos, acordados entre as partes.
58. Os montantes mais elevados de trabalhos adicionais a preços de contrato foram adjudicados, por esta ordem: Infraestruturas de Portugal, SA, Município de Lisboa, EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA e Parque Escolar, EPE, tendo estas mesmas entidades adjudicado também os maiores volumes a preços novos (invertendo-se, apenas, a ordem da Parque Escolar, EPE que passou para o 2.º lugar).

---

**OBSERVAÇÃO 6: O aditamento de trabalhos ocorreu sobretudo no setor empresarial do Estado, embora, se conjugado com trabalhos suprimidos, tenha tido uma maior expressão líquida na administração local.**

---

59. Como se constata pelo quadro 6 (reproduzido também como quadro 12), se atendermos apenas aos trabalhos acrescidos, estes representaram, no conjunto dos 184 contratos alterados, um acréscimo de despesa de 3,60%.



## Tribunal de Contas

**Quadro 15 – Contratos de empreitada com acréscimo global de custos, por setor**

Setor	N.º Entid.	N.º Obras	Valor inicial (€)	TAdicionados (€)	Supressão (€)	Valor global (€)
AL	28	67	95.436.799,53	10.208.214,96	-2.486.022,70	<b>7.722.192,26</b>
AC	9	15	19.296.532,26	575.859,67	-146.508,74	429.350,93
SEL	2	6	10.870.123,07	479.814,70	-296.777,80	183.036,90
Fund.	1	4	2.493.512,50	216.171,87	-180.082,49	36.089,38
SEE	9	<b>92</b>	<b>843.317.976,16</b>	<b>23.491.034,32</b>	<b>-27.975.329,61</b>	-4.484.295,29
<b>Totais</b>	<b>49</b>	<b>184</b>	<b>971.414.943,52</b>	<b>34.971.095,52</b>	<b>-31.084.721,34</b>	<b>3.886.374,18</b>

60. Verifica-se que foi no setor empresarial do Estado que se verificou o maior número e volume de acréscimo de trabalhos decorrentes de adicionais.
61. Esse acréscimo resultou essencialmente dos contratos da Infraestruturas de Portugal, SA, que adjudicou 52,21% do total de trabalhos adicionais.

**Quadro 16 – Organismos do SEE com maior volume de acréscimo de trabalhos (sem “compensação” com trabalhos suprimidos)**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	N.º adicionais	TAdicionados (€)
Infraestruturas de Portugal, SA	61	276.787.377,94	<b>107</b>	<b>18.256.788,60</b>
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA	9	145.343.603,22	10	2.755.064,18
Parque Escolar, EPE	16	375.324.560,21	43	1.960.512,72
Centro Hospitalar do Porto, EPE	1	34.299.900,00	2	170.365,82
Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	1	501.949,00	2	154.610,85

62. No entanto, alguns dos acréscimos foram acompanhados da supressão de outros trabalhos. Se atendermos à “compensação” com trabalhos suprimidos, a situação é completamente diferente. Nem o setor empresarial do Estado responde significativamente pelo aditamento de trabalhos (apresentando antes um saldo global de redução) nem aquela empresa se destaca.



# Tribunal de Contas

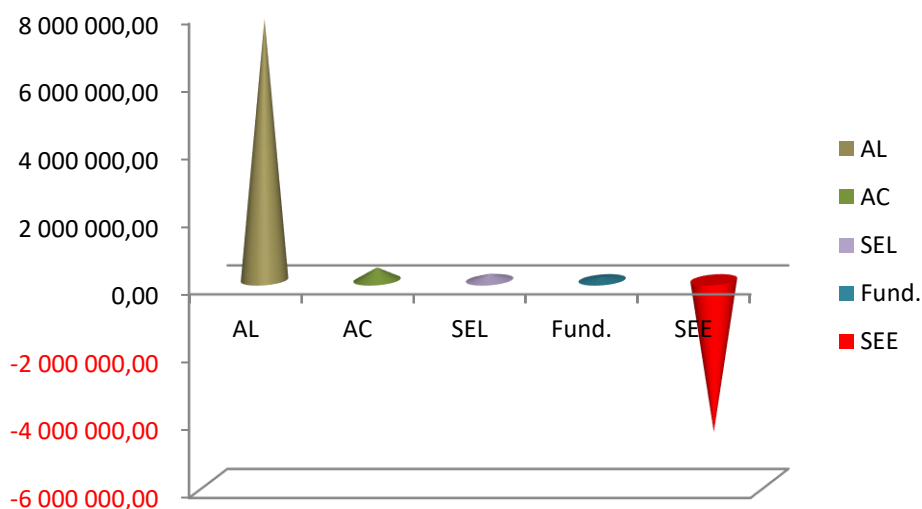
**Quadro 17 – Organismos do SEE com o maior volume de acréscimo de trabalhos (com “compensação” com trabalhos suprimidos)**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	N.º adicionais	TAdicionados (€)	Supressão (€)	Valor global (€)
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	9	145.343.603,22	10	2.755.064,18	-524.522,86	<b>2.230.541,32</b>
Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	1	501.949,00	2	154.610,85	0,00	154.610,85
Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, SA	1	1.278.223,89	1	145.897,10	0,00	145.897,10
Centro Hospitalar do Porto, EPE	1	34.299.900,00	2	170.365,82	-94.624,23	75.741,59
Metropolitano de Lisboa, EPE	1	8.795.074,38	2	24.780,90	0,00	24.780,90

63. No polo oposto, a entidade pública empresarial que registou o menor acréscimo de trabalhos na execução de 1 empreitada (na importância de 588.500,00 €) foi o Centro Hospitalar do Barreiro/Montijo, EPE, que aditou trabalhos no montante de 8.393,77 € (0,02%, do total aditado).

64. Caso se proceda à “compensação” entre o valor dos trabalhos aditados e dos suprimidos, é na administração local que se verifica o maior volume líquido de acréscimo de custos relativamente ao previsto inicialmente, respeitando a maioria dos contratos a municípios.

**Gráfico 4 – Acréscimo e supressão de trabalhos, “compensados”, por setor**







## Tribunal de Contas

65. No setor administração local, destacam-se, por ordem decrescente do valor adicional, por entidade, os seguintes:

**Quadro 18 – Organismos da administração local com o maior volume de acréscimo de trabalhos**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	N.º adicionais	TAdicionados (€)
Município Lisboa	29	48.750.991,23	95	6.984.207,76
Município Beja	1	2.236.215,86	1	894.486,35
Município Ponte de Lima	2	1.115.920,16	2	304.695,47
Município Santo Tirso	3	4.485.895,24	3	295.315,72
Município Águeda	2	4.703.710,13	3	224.305,07

66. Porém, se olharmos para o resultado da conjugação de trabalhos adicionais com trabalhos suprimidos, observamos que o Município de Lisboa se mantém como o que autorizou mais trabalhos e que o Município de Beja que autorizou o maior volume de supressão de trabalhos, na importância de -1.036.736,65 €, saiu deste topo da tabela.

**Quadro 19 – Organismos da administração local com o maior volume de acréscimo de trabalhos (com “compensação” com trabalhos suprimidos)**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	N.º adicionais	TAdicionados (€)	Supressão (€)	Valor global (€)
Município Lisboa	29	48.750.991,23	95	6.984.207,76	-558.564,86	6.425.642,90
Município Ponte de Lima	2	1.115.920,16	2	304.695,47	-55.709,78	248.985,69
Município Águeda	2	4.703.710,13	3	224.305,07	-18.851,15	205.453,92
Município Santo Tirso	3	4.485.895,24	3	295.315,72	-135.297,68	160.018,04
Município Albufeira	1	2.060.000,00	1	157.317,75	0,00	157.317,75

67. Se compararmos estas listas com as constantes do relatório de 2016, há uma significativa variação dos municípios que mais recorreram a adicionais, apenas o Município de Lisboa continuando a contar entre os que introduziram modificações mais significativas nos seus contratos de empreitada.
68. Importa, por outro lado, mencionar que os Municípios de Ovar e de Santa Maria da Feira foram as entidades locais que registaram menor volume de acréscimo de trabalhos, 7.217,79 €, para 1 empreitada contratualizada no valor de 894.256,51€ (sem compensação) e 5.278,40 € também para 1 empreitada



## Tribunal de Contas

contratualizada no valor de 435.000,01 € (resultado da diferença entre 10.380,90 € e -5.102,50 €).

69. No âmbito da administração central, identificam-se os organismos que procederam ao maior aditamento de trabalhos, salientando-se que o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP e o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP já constavam, em situação semelhante, nos relatórios anteriores.

### Quadro 20 – Organismos da administração central com maior volume de acréscimo de trabalhos

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	N.º adicionais	TAdicionados (€)
DGRDN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	3	2.620.213,99	3	235.950,10
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	2	1.598.275,00	2	101.422,87
DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	2	780.383,75	2	77.682,23
IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	3	10.584.641,83	3	64.530,26
Universidade de Coimbra	1	953.470,76	2	61.262,92

70. Na administração central, ainda, se atendermos ao valor global dos trabalhos aditados, verifica-se que se mantêm as mesmas entidades indicadas no quando anterior.
71. Neste setor observa-se que o organismo que menor acréscimo de trabalhos autorizou foi a Secretaria-Geral da Presidência da República, apenas, 8.004,84 € (resultado de 10.284,05 € e de -2.279,21 €), o que representou 2,07% do preço inicial.
72. No **setor empresarial local**, identificaram-se, apenas, duas entidades: a Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A. que, em 4 obras, adjudicou globalmente 155.277,72 € (resultado de 3.925.833,32 € e -274.337,35), 3,96% do preço inicial e a VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA, que, em 2 obras, adjudicou globalmente 27.759,18 € (resultado de 50.199,63 € e -22.440,45 €), 0,40% do valor inicial.



## Tribunal de Contas

---

73. Nas **fundações** temos, apenas, a Universidade do Porto que adjudicou, 36.089,38€ (resultado de 216.171,87 € e -180.082,49 €), que representou um acréscimo de despesa na obra de 1,45%.

---

**OBSERVAÇÃO 7: Durante o ano de 2016, o valor dos trabalhos aditados foi quase idêntico aos dos trabalhos suprimidos, mas no setor empresarial do Estado o acréscimo foi inferior ao da supressão de trabalhos.**

---

74. Na análise concluída em 2010 verificou-se que, apenas, em 3,99% dos casos havia ocorrido uma diminuição da despesa, entre menos 0,01% e menos 16,71%, motivada pela supressão de trabalhos contratuais e pela existência de saldo negativo resultante da compensação entre trabalhos a mais e a menos.
75. No universo analisado nos anos de 2011, 2012 e 1.º semestre de 2013, observou-se, ao invés, uma elevada incidência de trabalhos suprimidos (no valor total de -483.481.370,36 €), superior à dos trabalhos aditados, que, num cenário de compensação, originou uma redução global da despesa de 0,34% (sem compensação, representou 10,76% do montante dos contratos alterados).
76. No 2.º semestre de 2013 e no ano de 2014 assinalou-se que os valores de supressão de trabalhos tinham tido uma diminuição muito significativa (-4.5551.235,57 € e 10.294.656,65 €) e uma ligeira subida no ano de 2015 (-13.803.944,17 €), sendo que em qualquer destes anos, o saldo final do acréscimo de custos era positivo e com tendência crescente.
77. Na presente ação apurou-se que a tendência crescente do volume de supressão de trabalhos contratuais, do ano de 2015, se mantinha, -31.084.721,34 €, isto é, 3,20% do montante dos 184 contratos alterados.
78. Feita a “compensação” com trabalhos aditados, a diminuição efetiva de despesa ocorreu em 16 contratos (8,70% dos contratos alterados).
79. Em 7 contratos, a modificação contratual foi exclusivamente no sentido da supressão de trabalhos contratuais (-2.762.267,05 €) e representou um decréscimo de despesa inicial de 2% (preço inicial total, 138.281.435,76 €). Os



## Tribunal de Contas

outorgantes públicos destes contratos foram a Infraestruturas de Portugal, SA e a Parque Escolar, EPE (anexo III).

80. Conforme se constata do quadro infra, a tendência para a supressão de trabalhos distribuiu-se por todos os setores, mas foi no setor empresarial do Estado que ocorreu o maior volume de trabalhos suprimidos.

**Quadro 21 – Contratos de empreitada com acréscimo e/ou supressão de trabalhos, por setor**

Setor	N.º Obras	Valor inicial (€)	Acréscimos (€)	Supressão (€)	Valor global (€)
SEE	92	843.317.976,16	23.491.034,32	-27.975.329,61	-4.484.295,29
AL	67	95.436.799,53	10.208.214,96	-2.486.022,70	7.722.192,26
AC	15	19.296.532,26	575.859,67	-146.508,74	429.350,93
SEL	6	10.870.123,07	479.814,70	-296.777,80	183.036,90
Fund.	4	2.493.512,50	216.171,87	-180.082,49	36.089,38
<b>Totais</b>	<b>184</b>	<b>971.414.943,52</b>	<b>34.971.095,52</b>	<b>-31.084.721,34</b>	<b>3.886.374,18</b>

81. Apesar de estarmos perante uma tendência geral, deve notar-se que, em termos financeiros, reitera-se o que se afirmou no relatório de 2016, no sentido de que os valores globais negativos acima identificados resultam em muito da supressão de trabalhos efetuada em empreitadas contratualizadas por duas entidades do setor empresarial do Estado – Infraestruturas de Portugal, SA e Parque Escolar, EPE, como a seguir se visualiza.

**Quadro 22 – Organismos do SEE com maior volume de supressão de trabalhos**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	Supressão (€)	Valor global (€)
Infraestruturas de Portugal, SA	61	276.787.377,94	-19.817.928,06	-1.561.139,46
Parque Escolar, EPE	16	375.324.560,21	-7.537.160,54	-5.576.647,82
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	9	145.343.603,22	-524.522,86	2.230.541,32
Centro Hospitalar do Porto, EPE	1	34.299.900,00	-94.624,23	75.741,59
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	1	588.500,00	-1.093,92	7.643,36



## Tribunal de Contas

82. O quadro seguinte ilustra os casos dos contratos em que se verificou maior percentagem de supressão de trabalhos contratuais.

**Quadro 23 – Contratos de empreitada com maior percentagem de supressão de trabalhos**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	Supressão (€)	% de supressão
Município Beja	1	2.236.215,86	-1.036.736,65	-46,36
Casa Pia de Lisboa	1	394.349,27	-60.913,11	-15,45
Município Ourém	1	819.749,00	-119.110,00	-14,53
Município Vila Nova de Cerveira	1	1.530.000,00	-204.240,84	-13,35
Município Monção	1	671.062,96	-49.548,78	-7,38

83. Como se retira dos quadros supra:

- ✓ O volume maior de supressão foi autorizado pela Infraestruturas de Portugal, SA;
- ✓ A diminuição maior de despesa contratual (após a “compensação” entre mais e menos trabalhos) ocorreu nos contratos outorgados pela Parque Escolar, EPE.
- ✓ A maior percentagem de supressão de trabalhos ocorreu numa obra do Município de Beja.

84. No que respeita aos restantes setores, os quadros seguintes evidenciam onde se localizaram as principais situações de trabalhos suprimidos.

**Quadro 24 – Organismos da administração local com maior volume de supressão de trabalhos**

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	Supressão (€)
Município Beja	1	2.236.215,86	-1.036.736,65
Município de Lisboa	29	49.750.991,23	-558.564,86
Município Vila Nova de Cerveira	1	1.530.000,00	-204.240,84
Município de Santo Tirso	3	4.485.895,24	-135.297,68
Município Ourém	1	819.749,00	-119.110,00



## Quadro 25 – Organismos da administração central com maior volume de supressão de trabalhos

Entidade	N.º Obras	Valor inicial (€)	Supressão (€)
Casa Pia de Lisboa	1	394.349,27	-60.913,11
DGRDN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	3	2.620.213,99	-39.379,51
ARS Alentejo, IP	1	1.522.000,00	-29.285,64
DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	2	780.383,75	-8.832,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP	2	1.598.275,00	-5.819,27

85. No âmbito do **setor empresarial local**, as duas entidades, a Lisboa Ocidental, SRU, EM, SA e a VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA, no conjunto de 4 e 2 contratos de empreitada, com os valores iniciais de 3.925.833,32 € e 6.944.289,75 €, autorizaram supressão de trabalhos nos montantes de -274.337,35 € e -22.440,45 €, respetivamente.
86. No setor das **fundações**, apenas a Universidade do Porto autorizou, no cômputo de 4 contratos, com o valor inicial de 2. 493.512,50 € e supressão de -180.082,49 €.

---

**OBSERVAÇÃO 8: As alterações aos contratos de empreitada de obras públicas continuam a distribuir-se por todos os tipos de obra, tendo uma especial incidência nas vias de comunicação e nos edifícios/reabilitação.**

---

87. No relatório de 2016 evidenciou-se que o tipo de empreitada mais contratualizada respeitava à tipologia “Edifícios”, embora a maior percentagem quer de acréscimo quer de supressão de trabalhos ocorresse nas obras relativas a “Vias de Comunicação” e os montantes mais elevados de acréscimo e redução de trabalhos tivessem sido registados no tipo “Edifícios/Reabilitação”.
88. Na presente ação e como se vê do quadro 9 o tipo de empreitada mais contratada e sem alterações na sua execução respeitou à tipologia “Edifícios/Reabilitação”.



# Tribunal de Contas

89. A tipologia de obras com maior número de contratos iniciais que sofreram modificações no decurso da sua realização foi a de “Vias de Comunicação”.

**Quadro 26 – Tipologia dos contratos de empreitada de obras públicas com alterações**

Tipos de obra	N.º contratos	Distribuição por setores				
		Adm. Central	Adm. Local	SEE	SEL	Fund.
Vias de comunicação	81	0	19	62	0	0
Edifícios/Reabilitação	55	9	22	18	2	4
Edifícios	18	4	12	1	1	0
Obras hidráulicas/obras marítimas	15	2	2	11	0	0
Infraestruturas	10	0	7	0	3	0
Obras de urbanização	4	0	4	0	0	0
Instalações elétricas e mecânicas	1	0	1	0	0	0
	<b>184</b>	<b>15</b>	<b>67</b>	<b>92</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

90. Também como se observa no quadro supra, o maior número de obra relativas ao tipo “Vias de comunicação” foi contratualizado no setor empresarial do Estado, bem como o relativo a obras hidráulicas e marítimas. Já na tipologia de edifícios/reabilitação, de edifícios e de infraestruturas e urbanização, o maior número pertenceu à administração local (anexo VI).

91. Observa-se também que a maior percentagem quer de acréscimo quer de supressão de trabalhos ocorreu nas obras relativas a vias de comunicação.

**Quadro 27 – Modificações de trabalhos por tipos de obra**

Tipos de obra	Nº contratos iniciais	Valor inicial (€)	Valor acréscimo (€)	% Acréscimo	Valor supressão (€)	% Supressão	% Valor global
Vias de comunicação	81	315.472.083,91	<b>24.527.440,95</b>	<b>7,77</b>	<b>-20.449.193,07</b>	<b>-6,48</b>	1,29
Edifícios/Reabilitação	55	414.292.167,23	3.967.556,91	0,96	-8.239.613,18	-1,99	-1,03
Edifícios	18	65.142.783,60	2.022.475,37	3,10	-1.286.720,41	-1,98	1,13
Obras hidráulicas/obras marítimas	15	149.074.687,61	3.325.001,49	2,23	-541.480,30	-0,36	1,87
Infraestruturas	10	17.082.224,19	894.144,87	5,23	-386.836,49	-2,26	<b>2,97</b>
Obras de urbanização	4	9.456.740,47	227.263,14	2,40	-180.877,89	-1,91	0,49
Instal. elétricas e mecânicas	1	894.256,51	7.212,79	0,81	0	0,00	0,81
<b>Totais</b>	<b>184</b>	<b>971.414.943,52</b>	<b>34.971.095,52</b>	<b>3,60</b>	<b>-31.084.721,34</b>	<b>3,20</b>	<b>0,40</b>



## Tribunal de Contas

92. Os contratos de empreitada relativos à tipologia “Vias de Comunicação”, outorgados na sua maioria pela Infraestruturas de Portugal, SA, reportou-se, com maior expressão, a estradas.

**Quadro 28 – Contratos de empreitada de obras públicas do tipo “Vias de Comunicação”, com alterações na sua execução**

Área a que se destinam	Nº contratos iniciais	Valor inicial (€)	Valor acréscimo (€)	% Acréscimo	Valor supressão (€)	% Supressão	Valor global (€)	% Valor global
Estradas	74	235.947.666,01	24.031.466,94	10,19	-20.304.570,53	-8,61	3.726.896,41	1,58
Caminho-de-ferro	4	63.549.795,78	461.588,31	0,73	-138.627,97	-0,22	322.960,34	0,51
Estação de metropolitano	1	8.795.074,38	24.780,90	0,28	0,00	0,00	24.780,90	0,28
Obras de arte	1	6.992.031,33	9.604,80	0,14	0,00	0,00	9.604,80	0,14
Sinalização	1	187.516,41	0,00	0,00	-5.994,57	-3,20	-5.994,57	-3,20
<b>Totais</b>	<b>81</b>	<b>315.472.083,91</b>	<b>24.527.440,95</b>	<b>7,77</b>	<b>-20.449.193,07</b>	<b>-6,48</b>	<b>4.078.247,88</b>	<b>1,29</b>

93. O maior acréscimo percentual de despesa (resultante de “compensação” entre trabalhos a mais e a menos) respeitou a obras inseridas na categoria “Infraestruturas”, que compreende as subcategorias de infraestruturas, propriamente ditas (5), saneamento básico (3), emissários (1) e atividades desportivas (1).
94. Quanto aos contratos de empreitada de obras do tipo “Edifícios/Reabilitação”, no qual se verificou um elevado número de contratos iniciais, bem como de alterações no seu objeto, o valor final global da despesa foi reduzido.
95. Se atendermos aos fins a que se destinaram os edifícios reabilitados, na sua maioria formalizados pela Parque Escolar, EPE, verificamos da análise do mapa seguinte que essa maioria de contratos e de montantes alterados se reportou à área da “Educação”.

**Quadro 29 – Contratos de empreitada de obras públicas do tipo “Edifícios/Reabilitação”, com alterações na sua execução**

Área a que se destinam	Nº contratos iniciais	Valor inicial (€)	Valor acréscimo (€)	% Acréscimo	Valor supressão (€)	% Supressão	Valor global (€)	% Valor global
Educação	26	386.862.123,76	2.391.758,84	0,01	-7.624.582,24	-0,02	-5.232.823,40	-1,35
Edifícios	10	7.270.026,69	553.078,94	0,08	-205.308,15	-0,03	347.770,79	4,78





## Tribunal de Contas

Saúde	5	2.847.134,91	216.651,52	7,61	-24.503,30	-0,86	192.148,22	6,75
Cultura	4	7.130.886,61	243.409,34	3,41	-60.616,85	-0,85	182.792,49	2,56
Serviços	4	2.230.279,22	188.303,86	8,44	-82.743,30	-3,71	105.560,56	4,73
Social	2	938.816,04	48.077,47	5,12	-33.367,97	-3,55	14.709,50	1,57
Desporto	1	669.900,00	96.201,43	<b>14,36</b>	-4.250,53	-0,63	91.950,90	<b>13,73</b>
Lazer	1	1.530.000,00	199.545,81	13,04	-204.240,84	<b>-13,35</b>	-4.695,03	<b>-0,31</b>
Justiça	2	4.813.000,00	30.529,70	0,63	0,00	0,00	30.529,70	0,63
<b>Totais</b>	<b>55</b>	<b>414.292.167,23</b>	<b>3.967.556,91</b>	<b>0,96</b>	<b>-8.239.613,18</b>	<b>-1,99</b>	<b>-4.272.056,27</b>	<b>-1,03</b>

96. Se, por outro lado, atentarmos às percentagens de acréscimo de trabalhos, constatamos que a maior (quer individualizada, 14,36%, quer “compensada” com trabalhos suprimidos, 13,73%) se verificou na subcategoria de desporto e tratou-se de uma única empreitada adjudicada pelo Município de Chaves.
97. Quanto à maior percentagem de supressão de trabalhos, 13,35%, ela ocorreu na subcategoria de lazer e tratou-se, também, de uma única empreitada adjudicada pelo Município de Vila Nova de Cerveira.
98. A percentagem mais baixa de acréscimo de despesa derivada de adicionais a obras de reabilitação de edifícios, 0,63%, verificou-se na área da justiça (remodelação de 2 palácios da justiça).

### **OBSERVAÇÃO 9: As modificações contratuais respeitaram em especial a trabalhos de pavimentação, instalações elétricas e arquitetura.**

99. A análise da informação constante dos contratos adicionais enviados ao Tribunal no período em referência<sup>19</sup> permitiu identificar as valências<sup>20</sup> ou áreas em que foram introduzidas alterações (anexo VII). Muitos dos contratos adicionais reportavam-se a trabalhos incluídos em mais de uma das tipologias acima identificadas, tendo-se considerado todas as tipologias.

<sup>19</sup> Apenas foi possível obter informação em 311 dos 359 contratos adicionais remetidos no período. Nos 43 contratos remetidos pela Parque Escolar, EPE não constava este tipo de informação, assim como nos enviados pelo Hospital Garcia da Orta, EPE, (2), Município de Oeiras (2) e Município de Lisboa (2).

<sup>20</sup> Agrupados de acordo com a divisão por capítulos que, em regra, é utilizada nos mapas de quantidades.



100.O quadro seguinte evidencia a frequência dessas ocorrências.

**Quadro 30 – Tipo de trabalhos objeto de alteração**

Áreas	N.º de casos	%
Pavimentações	137	20,63
Instalações elétricas e telecomunicações	83	12,50
Arquitetura	69	10,39
Redes de água e drenagem de esgotos	59	8,89
Diversos	59	8,89
Fundações e Estruturas	47	7,08
Betão	37	5,57
Drenagem	35	5,27
Movimentos de terras	33	4,97
Obras acessórias	26	3,92
Demolições	23	3,46
Instalações eletromecânicas especiais	22	3,31
Obras de arte especiais	19	2,86
Arranjos exteriores e Ajardinamento	13	1,96
Redes de gás	2	0,30
<b>Totais</b>	<b>664</b>	<b>100,00</b>

101.Se compararmos estes dados com os apurados em 2010 e 2016, observa-se uma alteração na tendência que se vinha notando de a ocorrência das modificações se inserir nas áreas da arquitetura, redes de água e drenagem de esgotos e movimentos de terras.

102.Os trabalhos relativos a instalações elétricas e de telecomunicações e pavimentações que então já mostravam uma significativa propensão a alterações, confirmam-se agora na presente ação, uma vez que dos adicionais analisados, resulta que é na área das pavimentações que se regista maior incidência de modificações. Esta situação é consistente com o facto de o tipo de obra que sofreu mais alterações ter respeitado a vias de comunicação.



---

**OBSERVAÇÃO 10: Há entidades que procedem à formalização dos trabalhos adicionais sem respeitar o regime legal, o qual não permite a compensação entre trabalhos adicionados e trabalhos suprimidos.**

---

- 103.** Vimos já que nas obras públicas existem, com frequência, não apenas acréscimos com trabalhos adicionais, mas também redução de custos por trabalhos não realizados, designados como trabalhos a menos. A possibilidade da sua compensação é relevante para a definição dos montantes dos adicionais e para a respetiva contabilização, designadamente para efeitos da aferição de limites legais aplicáveis.
- 104.** Ainda que se possa fazer uma leitura global (compensada) dos acréscimos e decréscimos financeiros resultantes de trabalhos aditados e suprimidos, como, aliás, até agora se tem vindo a fazer neste relatório, a verdade é que, em termos legais e para os efeitos referidos, a compensação desses trabalhos e montantes obedece a um regime específico.
- 105.** O CCP, na sua versão original, previu a possibilidade de compensar trabalhos a mais com trabalhos a menos mas afastou a possibilidade de compensação quando estivessem em causa trabalhos de suprimento de erros e omissões [vide artigo 370º, nº 2, alínea c)].
- 106.** O Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12.07, que introduziu alterações ao CCP, veio, no entanto, estender a impossibilidade de compensação também aos trabalhos a mais.
- 107.** Ou seja, atualmente, não é possível, para efeitos do cálculo de percentagem de acréscimo verificado em cada obra, compensar trabalhos a menos com trabalhos a mais ou com trabalhos de suprimento de erros e/ou omissões, razão por que os contratos ou documentos devem respeitar e mencionar os valores de uns e de outros.
- 108.** Ora, o que se observou é que o regime aplicável à compensação entre o valor dos trabalhos não é rigorosamente observado pelas entidades contratantes. Por exemplo, a Infraestruturas de Portugal, SA, uma das grandes responsáveis pelas



## Tribunal de Contas

---

alterações contratuais analisadas, continuou, durante quase todo o ano de 2016, a formalizar os contratos adicionais considerando sempre o valor resultante da compensação entre trabalhos adicionais e trabalhos a menos, o que nem sempre deveria nem poderia ser legalmente feito<sup>21</sup> (inclusivamente compensando trabalhos de suprimento de erros e omissões que o CCP nunca permitiu efetuar, como adiante se descreverá). Várias outras entidades procederam, pontualmente, do mesmo modo (VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA, Município de Lisboa, Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos).

---

**OBSERVAÇÃO 11: Foi, em geral, respeitado o limite quantitativo para o aditamento de trabalhos, qualificados como trabalhos a mais. Porém, o limite legal para aditamento dos trabalhos de suprimento de erros e omissões foi desrespeitado em cerca de 10,33% dos contratos.**

---

**109.** Para aferir do cumprimento dos limites legais ao aditamento de trabalhos no período em análise, importa atender ao regime previsto na redação do CCP e às alterações nele introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho. De facto, considerando as datas de realização dos procedimentos e aquela alteração legislativa sobre esta matéria, a execução dos contratos analisados não se subordinou sempre ao mesmo regime jurídico (identificado no gráfico 1).

**110.** O CCP estabeleceu, inicialmente, no seu artigo 370.º, n.º 2, alínea c), que o preço atribuído a todos os trabalhos a mais deduzido do preço atribuído a eventuais trabalhos a menos não podia exceder 5% do preço contratual inicial. Este limite podia subir a 25% quando estivessem em causa obras cuja execução fosse afetada por condicionalismos naturais com especiais características de imprevisibilidade, como as obras marítimas-portuárias e as obras complexas do ponto de vista geotécnico, em especial as de reabilitação ou restauro de bens imóveis e a construção de túneis (artigo 370.º, n.º 3).

---

<sup>21</sup> Não obstante a recomendação feita por este Tribunal em 06.01.2016, e notificada ao abrigo do ofício n.º 498/2016, de 07.01.2016, no sentido de que “A entidade em causa deverá formalizar os contratos adicionais pelo valor efetivo dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, não deduzindo a esse valor o correspondente aos trabalhos a menos, cumprindo-se, assim, o disposto nos art.ºs 376.º, n.º 3 e 379.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos”. Igual recomendação foi de novo reiterada em 16.06.2016, nas Decisões n.ºs 15 a 17/2016.



## Tribunal de Contas

---

- 111.** Por sua vez, a alínea d) do nº 2 do citado artigo 370.º e o nº 3 do artigo 376.º estabeleciam que o somatório do preço de todos os trabalhos a mais com os dos de suprimento de erros e omissões não podia exceder 50% do preço contratual inicial.
- 112.** No âmbito deste regime, os trabalhos a mais podiam ser compensados com quaisquer trabalhos a menos. No entanto, tal já não se admitia legalmente quando estivessem em causa trabalhos de suprimento de erros e omissões, que não podiam ser legalmente compensados com trabalhos a menos.
- 113.** Os trabalhos a menos deveriam ser abatidos ao preço contratual inicial (artigo 379.º do CCP).
- 114.** Em qualquer dos casos, quando fosse excedida qualquer daquelas percentagens legais, os trabalhos adicionais deviam ser contratualizados mediante procedimento pré-contratual legalmente previsto no título I da parte II do CCP (artigos 370.º, nº 5, e 376.º, nº 8).
- 115.** Na presente ação, identificaram-se 26 contratos de empreitada de obras públicas com decisão de contratar proferida na vigência da redação inicial do CCP, pelo que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho, a sua execução regia-se pelo regime legal inicialmente nele previsto, isto é, era legalmente possível:
- ✓ Compensar trabalhos a mais com trabalhos menos;
  - ✓ Adjudicar trabalhos a mais até 5% do preço contratual inicial;
  - ✓ Adjudicar trabalhos de suprimento de erros e omissões (sem qualquer compensação) até 45% (ou somados aos trabalhos a mais, até 50%) do preço inicial.



## Quadro 31 – Contratos de empreitadas executados ao abrigo da redação inicial do CCP<sup>22</sup> (com compensação)

Organismo	Valor inicial (€)	Acréscimo (€)	% Acréscimo
Município Albufeira	2.060.000,00	157.317,75	<b>7,64</b>
Município Ílhavo	1.873.309,09	128.713,12	6,87
Município Aveiro	875.407,55	30.405,87	3,47
Infraestruturas de Portugal, SA	26.682.184,57	<b>218.332,71</b>	0,82
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA	19.730.000,00	29.877,26	0,15
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA	19.952.550,00	28.928,32	0,14

**116.** Como se verifica, nas empreitadas acima identificadas, se não atendermos à qualificação dos trabalhos aditados, o limite quantitativo globalmente fixado no CCP, 50%, foi respeitado em todos os casos.

**117.** Porém, tal já não acontece nos dois primeiros casos quando se procede à qualificação dos trabalhos adicionais e se constata que se tratou, apenas, de trabalhos a mais, cujo volume ultrapassou, assim, o limite legal de 5%. Mencione-se que estamos perante empreitadas do tipo “Edifícios” (construção de edifício com fins administrativos e de extensão de saúde), pelo que não lhes era aplicável a exceção legal então prevista que permitia para certas obras que o limite fosse alargado até 25% do preço contratual inicial.

<sup>22</sup> Contratos com adicionais que só foram remetidos ao TdC a partir de 01.01.2016. Mencione-se que os restantes contratos de empreitada de 2010 a 2013, tiveram adicionais registados em anos anteriores, absorvidos nos relatórios de auditoria anteriores, pelo que a indicação, agora, apenas dos adicionais de 2016, induziria a conclusões erradas. De qualquer forma, salienta-se que a maioria foi celebrada pela Parque Escolar, EPE, com valores negativos.



## Quadro 32 – Contratos de empreitados executados ao abrigo da redação inicial do CCP, com qualificação dos trabalhos

Organismo	Valor inicial (€)	Acréscimo (€) (compensado)	% Acréscimo	Supressão (€)	Trabalhos a Mais	% TMais	Erros e Omissões (€)	% E/O
Município Albufeira	2.060.000,00	157.317,75	7,64	0,00	157.317,75	7,64	0,00	0,00
Município Ílhavo	1.873.309,09	128.713,12	6,87	-14.967,75	143.680,87	7,67	0,00	0,00
Município Aveiro	875.407,55	30.405,87	3,47	0,00	13.733,21	1,57	16.672,66	1,90
Infraestruturas de Portugal, SA	26.682.184,57	218.332,71	0,82	0,00	218.332,71	0,82	0,00	0,00
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA	19.730.000,00	29.877,26	0,15	-52.687,15	82.564,41	0,42	0,00	0,00
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA	19.952.550,00	28.928,32	0,14	-337.012,91	346.776,18	1,74	19.165,05	0,10

**118.** No Relatório de 2016 já se tinha concluído que os limites quantitativos para os acréscimos de trabalhos, em regra, eram respeitados, com algumas exceções relativas a trabalhos a mais contratualizados por municípios, designadamente o Município de Ílhavo.

**119.** No Relatório nº 8/2010 – Audit. 1.ª Secção, este Tribunal pronunciou-se quanto aos limites fixados pelo CCP, designadamente quanto ao limite permitido para os trabalhos de suprimento de erros e omissões, que podiam ir até 50% do preço contratual inicial. O Tribunal considerou então que este limite era muito permissivo, nomeadamente por contraponto com a maior exigência de rigor exigido para o caderno de encargos (artigo 43.º do CCP). O Tribunal de Contas recomendou, então, que quer o Governo quer a Assembleia da República deveriam ponderar uma revisão legal nesta matéria (pontos 13.4 e 13.9 do referido relatório).

**120.** Ora, o Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados a partir da data da sua entrada em vigor, 11 de agosto de 2012 (artigo 5.º, nº 1), veio introduzir diversas alterações ao CCP, salientando-se, como nova disposição na matéria em apreço, que:

- ✓ O preço atribuído aos trabalhos a mais numa empreitada não pode ultrapassar 40% do preço contratual;



- ✓ O preço de trabalhos de suprimento de erros e omissões não pode exceder 5% do preço contratual. Este limite pode ser elevado para 10% quando estejam em causa obras cuja execução seja afetada por condicionalismos naturais com especiais características de imprevisibilidade, nomeadamente as obras marítimo-portuárias e as de especial complexidade do ponto de vista geotécnico, como a construção de túneis, reabilitação ou restauro de bens imóveis;
- ✓ Não se faz qualquer referência à possibilidade de compensação entre trabalhos a mais e a menos;
- ✓ Mantém-se o regime já vigente de que os trabalhos a menos devem ser abatidos ao preço contratual inicial (artigo 379.º do CCP);
- ✓ Caso seja excedida qualquer uma daquelas percentagens legais, os trabalhos adicionais devem ser contratualizados mediante procedimento pré-contratual legalmente previsto no título I da parte II do CCP (artigos 370.º, nº 5 e 376.º, nº 9).

**121.** Confrontando os 111<sup>23</sup> contratos iniciais de empreitada de obras públicas que sofreram alterações na sua execução com os limites legais que lhes eram aplicáveis em termos quantitativos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 149/2012, constatou-se que um deles apresentou percentagem de acréscimo superior ao limite legal.

### Quadro 33 – Contratos com percentagem mais elevada de trabalhos a mais

Organismo	Valor inicial (€)	Supressão (€)	Trabalhos a mais (€)	%
Município Lisboa	400.000,01	-185.517,22	207.521,09	51,88
Município Beja	2.236.215,86	-1.036.736,65	894.486,35	40,00
Município Ponte de Lima	447.250,16		171.645,10	38,38
Infraestruturas de Portugal, SA	809.565,66	-299.180,87	299.066,32	36,94
Município Lisboa	2.761.918,97		856.908,71	31,03
Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	501.949,00		154.610,85	30,80

<sup>23</sup> Contratos com adicionais que foram remetidos ao TdC, só a partir de 01.01.2016. Mencione-se que os restantes contratos de empreitada, tiveram adicionais registados em anos anteriores, absorvidos nos relatórios de auditoria anteriores, pelo que a indicação, agora, apenas dos adicionais de 2016, induziria a conclusões erradas.





# Tribunal de Contas

Município Lisboa	2.761.918,97		708.973,66	25,67
Infraestruturas de Portugal, SA	667.952,51	-75.182,71	160.795,00	24,07
Município Lisboa	597.796,96		129.519,39	21,67
DGRDN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	419.032,50	-22.780,46	84.720,09	20,22
Município Ponte de Lima	668.670,00	-55.709,78	133.050,37	19,90
Município Mafra	649.727,76	-8.323,08	97.150,20	14,95
Universidade do Porto	525.000,00	-41.593,61	74.180,77	14,13
Município Chaves	669.900,00	-4.250,53	90.084,84	13,45
Município Mafra	479.850,00	-10.037,29	64.143,07	13,37
Município Vila Nova de Cerveira	1.530.000,00	-204.240,84	199.545,81	13,04
DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	396.600,00	-8.832,00	46.883,00	11,82
Município Lisboa	969.940,18	-9.513,69	113.876,74	11,74
Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, SA	1.278.223,89		145.897,10	11,41

122. Verifica-se, assim, que o Município de Lisboa na empreitada “Reforço dos pilares e fundações do viaduto da Av. General Norton de Matos, Frente ao Centro Comercial Fonte Nova”, desrespeitou o limite legal de 40% legalmente previsto para a adjudicação de trabalhos a mais. Tal não teria ocorrido, se ainda tivesse sido legalmente possível compensar aquele acréscimo com os trabalhos a menos (-185.517,22 €, caso em que a percentagem de acréscimo seria de 5,50%).

123. Se atentarmos, agora, nos acréscimos de trabalhos adjudicados como trabalhos de suprimento de erros e omissões, verificamos o seguinte:

**Quadro 34 – Contratos com percentagem mais elevada de trabalhos de suprimento de erros e omissões (executados ao abrigo da atual redação do CCP)**

Organismo	Valor inicial (€)	Supressão (€)	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%
Infraestruturas de Portugal, SA	557.000,00	-322.272,01		0,00	334.046,95	59,97
Infraestruturas de Portugal, SA	126.907,25	-65.117,50		0,00	65.035,00	51,25



## Tribunal de Contas

Infraestruturas de Portugal, SA	967.277,85	-464.349,17		0,00	464.320,24	48,00
Infraestruturas de Portugal, SA	999.691,97	-375.058,88	16.122,07	1,61	358.865,85	35,90
Infraestruturas de Portugal, SA	1.718.772,80	-531.009,79	84.185,45	4,90	432.013,18	25,13
Infraestruturas de Portugal, SA	61.944,50	-14.945,25		0,00	14.935,00	24,11
Infraestruturas de Portugal, SA	153.836,05	-27.880,56		0,00	27.785,15	18,06
Infraestruturas de Portugal, SA	2.894.720,11	-640.502,46	156.228,35	5,40	<b>483.739,80</b>	16,71
Infraestruturas de Portugal, SA	2.870.070,00	-655.499,52	242.355,23	8,44	413.140,59	14,39
Infraestruturas de Portugal, SA	898.498,44	-127.988,75		0,00	122.389,00	13,62
Infraestruturas de Portugal, SA	121.903,54	-15.941,33	343,60	0,28	15.596,88	12,79
Infraestruturas de Portugal, SA	4.254.342,38	-414.850,70	15.804,00	0,37	399.022,44	9,38
Infraestruturas de Portugal, SA	896.576,68	-82.575,06		0,00	82.568,98	9,21
Infraestruturas de Portugal, SA	886.588,36	-142.420,42	61.038,00	6,88	81.382,40	9,18
Infraestruturas de Portugal, SA	773.000,00	-70.736,57		0,00	69.396,40	8,98
Município Lisboa	978.837,64	-3.663,02	51.180,49	5,23	83.249,19	8,50
Município Lisboa	524.316,04	-31.658,18	4.515,00	0,86	40.137,51	7,66
Infraestruturas de Portugal, SA	75.873,82	-5.643,71		0,00	5.643,71	7,44
Universidade do Porto	395.062,95	-107.228,94	14.281,52	3,61	29.223,54	7,40
Universidade de Coimbra	953.470,76			0,00	61.262,92	6,43
Município Lisboa	6.991.276,76	-160.398,52		0,00	418.158,29	5,98
Infraestruturas de Portugal, SA	6.083.859,58	-484.757,02	135.021,54	2,22	349.681,45	5,75
Município Lisboa	2.100.000,00			0,00	107.967,98	5,14

**124.** Em todas estas empreitadas se verifica que o limite legal, 5%, para adjudicação de trabalhos de suprimento de erros e omissões, foi desrespeitado.

**125.** Porém, atendendo a que as empreitadas adjudicadas pelo Município de Lisboa (duas primeiras) e pelas Universidades do Porto (1) e de Coimbra (1) se inserem no tipo “Edifícios/Reabilitação”, a percentagem de trabalhos de suprimento de erros e omissões podia ascender a 10% do preço inicial, pelo que, as



## Tribunal de Contas

---

percentagens atingidas (8,50%, 7,66%, 7,40% e 6,43%), não ultrapassaram esse limite legal.

- 126.** Nas restantes 19 obras, o limite legal foi ultrapassado. Mais uma vez se menciona que, se a lei admitisse a compensação destes trabalhos com trabalhos a menos, apenas, no Município de Lisboa (último contrato indicado no quadro), se teria verificado uma (5,14%) percentagem superior ao limite legal, do preço inicial.

Quanto à Infraestruturas de Portugal, SA, esta ilegalidade está relacionada com a prática não permitida por lei de compensar trabalhos de suprimento de erros e omissões “positivos” com “trabalhos de suprimento de erros e omissões negativos” e consequente indicação nos contratos adicionais do resultado dessa compensação, como acima se referiu. Presentemente, encontra-se em curso um processo de auditoria<sup>24</sup> à empreitada “EN10 entre Porto Alto (Km 110+646) e Vila Franca de Xira (Km 118+560) – Reabilitação”, adjudicada por esta entidade e fundamentada em indícios de compensação ilegal de trabalhos e ultrapassagem do limite legal para admissibilidade de trabalhos de suprimento de erros e omissões (25,13%), acima identificada no quadro.

- 127.** Importa mencionar que esta matéria dos limites pressupõe e tem de ser vista em ligação com o cumprimento de outras exigências legais fixadas, de cariz qualitativo, nomeadamente quanto à natureza e justificação dos trabalhos adicionais envolvidos, a qual só pode ser aferida em sede de auditoria (nesta ação atendeu-se, apenas, à qualificação dada pelas entidades).

- 128.** Por fim, salienta-se que em todos os casos em que foi ultrapassado o limite legal quantitativo para adjudicação de mais trabalhos numa empreitada, estes deveriam ter sido objeto de contrato a celebrar na sequência de procedimento a adotar nos termos legais (artigos 370.º, n. 5 e 376.º, n.º 9, do CCP).

- 129.** Igual situação de desrespeito do limite legal permitido para adjudicar trabalhos a mais foi assinalada no relatório da auditoria ao contrato de empreitada “Terraplanagens, Infraestruturas e Pavimentação do Pólo 1 (Gonçalves) da Plataforma Logística de Leixões”. No caso apurou-se a percentagem de 9,71% (redação inicial do CCP), tendo-se qualificado a adjudicação dos trabalhos, na

---

<sup>24</sup> Processo n.º 4/2016 – Audit. 1.ª Secção.



## Tribunal de Contas

---

importância de 540.601,87 €, de ilegal e com preterição do procedimento de concurso público ou limitado por prévia qualificação.

---

### **OBSERVAÇÃO 12: A percentagem dos contratos adicionais remetidos ao Tribunal de Contas em que não foi prestada informação sobre a natureza dos trabalhos alterados diminuiu.**

---

- 130.** Nos termos da Resolução n.º 1/2009, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2009, os atos/contratos adicionais devem ser remetidos a este Tribunal acompanhados de informação e documentação relevante, que, entre outros aspetos, permita identificar a natureza das alterações e dos trabalhos a que se reportam.
- 131.** Já no Relatório n.º 8/2010-Audit. 1.ª Secção se tinha observado que 182 adicionais (11,33% do universo de 1607) não tinham sido instruídos com a documentação necessária, nos termos das Instruções constantes da Resolução acima referida, nomeadamente com o mapa de trabalhos ou qualquer outro documento com base no qual fosse possível identificar a natureza dos trabalhos envolvidos.
- 132.** No Relatório n.º 1/2016-Audit. 1.ª Secção tinha-se salientado que em 469 (30,25% do universo de 1550) não tinha sido possível identificar a natureza dos trabalhos adicionais e que todos esses contratos tinham sido remetidos pela Parque Escolar, EPE com omissão deste tipo de informação.
- 133.** Na presente ação observou-se omissão de informação em 48 adicionais, isto é, 13,37% (universo de 359). Reiteradamente, a Parque Escolar, EPE, continua a não enviar informação sobre os trabalhos adicionais e/ou supressão, em todos os seus contratos (43), bem como o Hospital Garcia da Orta, EPE (2), assim, como, pontualmente, o Município de Lisboa (2) e o Município de Oeiras (1).



## Tribunal de Contas

---

---

**OBSERVAÇÃO 13: Em cerca de 84,19% das situações, as alterações ao objeto contratual das empreitadas resultaram de deficiências na conceção dos projetos.**

---

**134.**No relatório de 2010 o Tribunal reconheceu que cerca de 50% dos trabalhos adicionais então considerados decorriam de os projetos conterem erros, omissões e deficiências manifestas, que podiam e deviam ter sido acauteladas por uma atuação medianamente diligente por parte dos projetistas e por um cuidado acompanhamento e revisão dos projetos por parte dos donos de obra.

**135.**No Relatório n.º 1/2016 - Audit. 1.ª Secção foi efetuada uma análise muito detalhada das situações que justificaram as modificações ao objeto dos contratos, tendo-se, então, elaborado um questionário eletrónico, cujas respostas permitiram identificar cerca de 6445 justificações para essas alterações, distribuídas da seguinte forma.

- ✓ Falta de rigor dos projetos de execução 43,07%, incompatibilidade de projetos, 8,92%, desajustamentos de projetos, 2,81%, alterações de projeto por mudança de pressupostos, 1,57%;
- ✓ Circunstâncias imprevistas, 10,69%;
- ✓ Outras causas, 11,93%, nas quais se salientaram razões económicas e de redução de custos.

Confirmou-se, assim, que a principal causa de modificações dos contratos, deficiências dos projetos, não se tinha alterado significativamente desde 2008.

**136.**Na presente ação, em que 184 contratos sofreram alterações no objeto contratual, apenas se recolheu informação dos documentos que acompanharam os atos/contratos adicionais (anexos VII e VIII), a qual permitiu identificar as seguintes causas:

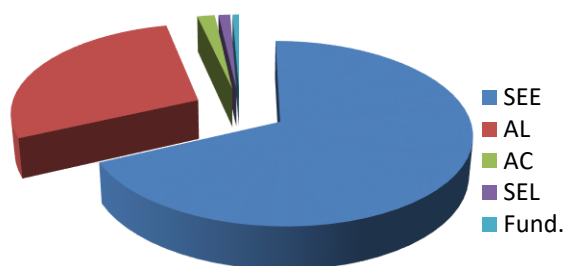


### Quadro 35 – Justificações apresentadas para as alterações contratuais

Justificação	N.º de casos	%	Valor aditado (€)	Valor suprimido (€)
Falta de rigor dos projetos de execução	274	83,28	28.180.577,29	-19.167.951,59
Desajustamento dos projetos às necessidades	3	0,91	611.404,37	-470.599,37
Alterações e/ou modificações do projeto	26	7,90	1.825.600,21	-2.182.770,93
Circunstâncias imprevistas	26	7,90	2.373.445,07	-1.726.238,91
<b>Totais</b>	<b>329</b>	<b>100,00</b>	<b>32.991.026,94</b>	<b>-23.547.560,80</b>

137. Mais uma vez se constata que a maioria das alterações, 84,19%<sup>25</sup>, foi justificada com circunstâncias relacionadas com a deficiente conceção dos projetos. Se atentarmos aos organismos que invocaram estas causas, observamos a seguinte distribuição por setores.

### Gráfico 5 – Alterações (acréscimo) por deficiente conceção de projetos, por setor



138. No setor empresarial do Estado encontra-se 68,06% (19.596.126,65 €) do valor aditado decorrente de alterações ocorridas por deficiências dos projetos (28.791.981,65 €), salientando-se, pelo seu volume, as contratações efetuadas pela Infraestruturas de Portugal, SA.

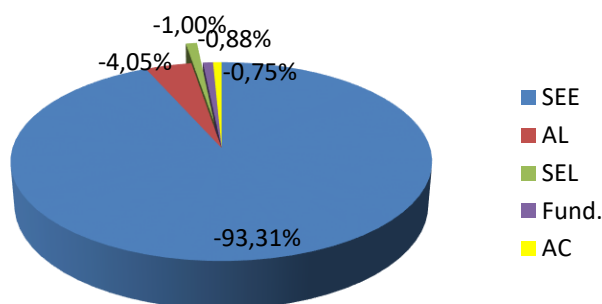
<sup>25</sup> Não se contabiliza o valor relativo a alterações e/ou modificação dos projetos, uma vez que se incluem aqui eventuais alterações solicitadas pelo dono da obra ou pelo empreiteiro. Assim, não se alteram também os itens de comparação com os relatórios de auditoria anteriores.



## Tribunal de Contas

- 139.** Na administração local, com um valor global de 8.180.746,59 €, correspondente a 28,41% deste tipo de fundamentos, salienta-se, com maior peso, o Município de Lisboa.
- 140.** Nos restantes setores, o peso destas deficiências foi pouco significativo: na administração central, 498.177,44 € (1,73%), no setor empresarial local, 333.368,91 € (1,16%) e nas fundações, 183.562,06 € (0,64%).
- 141.** Por outro lado, também se apurou que a supressão de trabalhos motivada por deficiências do projeto apresentou distribuição semelhante, pelos setores empresarial do Estado e administração local, apenas se alterando a ordem pelo setor empresarial local, fundações e administração central.

**Gráfico 6 – Alterações (supressão) por deficiente conceção de projetos, por setor**



- 142.** Como este Tribunal tem referido em inúmeros Acórdãos e Relatórios, é obrigação do dono da obra colocar a concurso projetos rigorosos e detalhados das obras a realizar. Tal implica que o projeto deva contemplar e prever todas as situações tidas por necessárias e adequadas, tanto do ponto de vista técnico como do funcional ou do estético, não deixando para a execução da obra a procura das soluções mais adequadas à prossecução do interesse público.
- 143.** O necessário rigor dos projetos impõe também que os donos de obra:
- ✓ Forneçam aos projetistas dados corretos e atualizados;
  - ✓ Exijam aos projetistas que eles visitem os locais de implantação das obras;
  - ✓ Promovam a revisão e atualização de projetos, sobretudo os realizados externamente e os feitos há algum tempo.



## Tribunal de Contas

---

**144.** Esta obrigação, para além de ser uma decorrência dos vários princípios aplicáveis à contratação pública, à atividade financeira e à boa gestão pública, tem clara consagração no artigo 43.º do CCP, que estabelece que o programa e o projeto de execução da obra fazem parte do caderno de encargos e que o caderno de encargos é nulo quando:

- ✓ O projeto de execução não seja integrado pela lista *completa* de todas as espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar e pelo respetivo mapa de quantidades;
- ✓ Não seja acompanhado dos estudos necessários, designadamente os estudos geológicos e geotécnicos;
- ✓ O programa e o projeto de execução não observem o conteúdo obrigatório fixado em portaria.

**145.** Por sua vez, a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, que aprovou as *Instruções para a elaboração de projetos de obras*, fixa o conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução referido naquele artigo 43.º e estabelece ainda os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas.

**146.** Ora, nas Instruções aprovadas por esta Portaria definem-se várias fases para a elaboração do projeto, que preveem a apresentação de diversos documentos preliminares<sup>26</sup> que vão sendo aprovados pelo dono da obra antes da elaboração do *Projeto de Execução*. Estes documentos visam estabelecer um permanente e progressivo diálogo entre o *dono da obra* e o projetista até à fixação da solução final. O Projeto de Execução é o produto desse diálogo e é definido como “o documento elaborado pelo Projetista, a partir do estudo prévio ou do anteprojecto aprovado pelo Dono da Obra, destinado a facultar todos os elementos necessários à definição rigorosa dos trabalhos a executar”<sup>27</sup>.

**147.** Da conjugação do teor das Instruções aprovadas pela Portaria referida com o estabelecido nos vários n.ºs do artigo 43.º do CCP, resulta que os donos de obra, sob pena de nulidade do caderno de encargos e, conseqüentemente, do procedimento, da adjudicação e do contrato, devem realizar ou obter *previamente* à elaboração e aprovação dos projetos, os necessários:

---

<sup>26</sup> Programa Preliminar, Programa Base, Estudo Prévio e Anteprojecto.

<sup>27</sup> Cfr. artigos 1.º, alínea t), e 7.º da Portaria n.º 701-H/2008.





## Tribunal de Contas

---

- ✓ Estudos geológicos e geotécnicos;
- ✓ Estudos ou declarações ambientais;
- ✓ Estudos de impacto social, económico ou cultural;
- ✓ Pareceres vinculativos de entidades externas;
- ✓ Quaisquer outros elementos exigidos pela legislação e regulamentação aplicável ao tipo de obras em causa.

**148.** O não cumprimento de toda a regulamentação específica aplicável existente à data da aprovação dos projetos não é uma questão de mera deficiência, mas sim de invalidade jurídica dos cadernos de encargos em que os mesmos se integram e dos procedimentos por eles sustentados.

---

### **OBSERVAÇÃO 14: As alterações contratuais decorreram de circunstâncias imprevistas em cerca de 7,90% das situações.**

---

**149.** As modificações ao objeto de uma empreitada podem também decorrer de situações não previsíveis aquando da elaboração dos projetos.

**150.** O regime aplicável aos trabalhos cuja espécie ou quantidade não foi prevista no contrato consta do artigo 370.º do CCP. Neles se estabelece que o dono da obra pode determinar ao empreiteiro a realização desses trabalhos apenas quando:

- ✓ Se destinem à realização da mesma obra;
- ✓ Se tenham tornado necessários na sequência de uma circunstância imprevista;
- ✓ Não possam ser técnica ou economicamente separados do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra; ou
- ✓ Ainda que separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra.

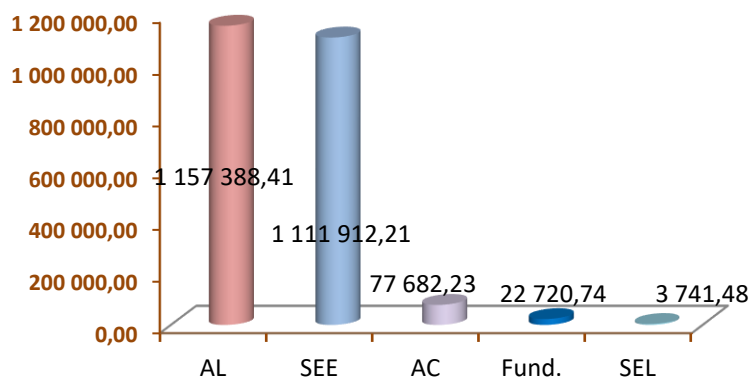
**151.** De acordo com a jurisprudência uniforme deste Tribunal só estaremos perante uma “*circunstância imprevista*”, para este efeito, quando ela seja qualificável como inesperada ou inopinada, como uma circunstância que o decisor público normal, colocado na posição do real decisor, não podia nem devia ter previsto.



## Tribunal de Contas

- 152.** O Tribunal de Contas tem, assim, sempre rejeitado a qualificação de uma circunstância imprevista como aquela que simplesmente não foi prevista, exigindo que também se demonstre que o não podia nem devia ter sido. Como se refere em vários Acórdãos e Relatórios do Tribunal<sup>28</sup>, se a circunstância podia e devia ter sido prevista, o que se verificou não foi a ocorrência de uma circunstância imprevista mas sim um erro do decisor público.
- 153.** No relatório de 2016 identificaram-se 689 casos em que as circunstâncias imprevistas foram o fundamento para as modificações do objeto contratual, o que representava 10,69% do universo então identificado (6445 casos).
- 154.** Na presente ação e de acordo com a análise dos dados colhidos nos dossiês, identificaram-se situações caracterizadas pelas entidades fiscalizadas como constituindo circunstâncias imprevistas, fonte das alterações contratuais, em 7,90% das situações (26 casos) – quadro 35.
- 155.** A maior parte dessas situações respeitaram a problemas técnicos, imposições de autoridades externas e achados arqueológicos.
- 156.** Se olharmos para os setores onde as mesmas foram apuradas, observa-se que o maior volume ocorreu na administração local, logo seguida do setor empresarial do Estado.

**Gráfico 7 – Alterações derivadas de circunstâncias imprevistas**



<sup>28</sup> Cfr, entre muitos outros, os Acórdãos n.ºs 2/2006, de 09.01, 47/2006, de 07.02, 49/2006, 52/2006 e 53/2006, de 14.02, 73/2006, de 03.03, 94/2006, de 21.03, 121/2006, de 04.04, 127/2006 e 128/2006, de 19.04, 164/2006 e 165/2006, de 11.05, 166/2006, de 16.05 e 190/2006, de 06.06.



157. Importa atender, uma vez mais, que a informação aqui apresentada é muito sucinta quando comparada com a recolhida para o relatório de 2016 e que a mesma resulta da documentação remetida pelas entidades fiscalizadas, não tendo sido objeto de análise de legalidade, o que só ocorre com realização de auditoria.

158. Ora, nas duas auditorias concluídas<sup>29</sup>, entretanto, apurou-se que, naquelas obras, constituíram circunstâncias imprevistas as que se relacionaram com surpresas geológicas (tinham sido efetuados atempadamente os estudos geológicos e geotécnicos) e com a inexistência de cadastro. Ao invés, considerou-se que não revestiam essa qualidade a incompatibilidade entre projetos, bem como a introdução de melhorias de soluções ou de procedimentos.

---

**OBSERVAÇÃO 15: O regime introduzido pelo CCP para identificação dos erros e omissões dos projetos e partilha de responsabilidades pelos mesmos não tem sido nem devidamente observado nem eficaz para induzir maior rigor nos projetos de obras públicas.**

---

159. No relatório de 2016, foi apontado que, em 56,93% dos casos, as alterações contratuais tinham decorrido da deficiente conceção dos projetos, mas não existia nem uma prática dos donos de obra acionarem os projetistas nem de corresponsabilizarem os empreiteiros por trabalhos de suprimento de erros e omissões que podiam ter sido detetados na fase pré-contratual e não o tinham sido<sup>30</sup>.

160. Um dos objetivos do CCP, como já mencionou, é assegurar o rigor dos projetos, impondo, por isso, o dever de identificar os erros e omissões desses projetos logo na fase pré-contratual. Esse dever foi estabelecido para todos os

---

<sup>29</sup> Processo n.º 1/2014-Audit. 1.ª Secção – Relatório n.º 1/2017-Audit. 1.ª Secção e Processo n.º 3/2014-Audit. 1.ª Secção – Relatório n.º 2/2017-Audit. 1.ª Secção

<sup>30</sup> Algumas destas situações tinham sido identificadas em relatos e relatórios de auditoria e só na sequência de recomendação deste Tribunal tinham sido concretizadas algumas ações de responsabilização, como se pode ler no Relatório n.º 1/2016-Audit. 1.ª Secção.



## Tribunal de Contas

---

interessados no procedimento, os quais, se afirma, devem atuar *com a diligência objetivamente exigível face às circunstâncias concretas*.

**161.** Este poder/dever de identificação dos erros e omissões dos projetos na fase pré-contratual tem posterior influência no regime de partilha da responsabilização por eventuais erros e omissões que venham a ser considerados necessários na fase de execução da obra. Com este mecanismo e como já se disse nos anteriores relatórios, procurou-se, ao mesmo tempo:

- ✓ Acionar a responsabilidade do dono da obra pelo fornecimento dos elementos necessários e pelo devido acompanhamento e revisão dos projetos;
- ✓ Evitar que os adjudicatários beneficiem com as faltas de rigor dos projetos que poderiam ter identificado, compensando-se, na fase de execução das obras, de preços baixos que poderão ter apresentado na fase do procedimento pré-contratual;
- ✓ Introduzir o princípio de responsabilização dos projetistas.

**162.** Com este desiderato, os artigos 376.º e 378.º do CCP estabelecem que:

- ✓ O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro, designadamente os elementos da solução da obra;
- ✓ O empreiteiro é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões dos projetos que lhe caiba elaborar (exceto quando eles tenham sido induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo dono da obra);
- ✓ O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, exceto quando eles tenham sido identificados pelos concorrentes e não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra<sup>31</sup>;
- ✓ Sempre que, na fase de execução contratual, o dono da obra considere necessário suprir erros e omissões que tenham sido detetados na fase procedimental, mas que não tenham sido então expressamente aceites, o mesmo deve justificar a razão pela qual os considera então necessários à

---

<sup>31</sup> Nos termos do artigo 61.º do CCP, os erros e omissões dos cadernos de encargos e dos projetos devem ser reclamados e decididos durante o prazo para apresentação de propostas. O contrato é, pois, celebrado já após essa clarificação.



## Tribunal de Contas

---

conclusão da obra, fazer constar esse facto no relatório final da obra e satisfazer o respetivo encargo;

- ✓ O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimento de erros e omissões cuja deteção não lhe era exigível na fase de formação do contrato, mas que não sejam por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que estava em condições de o fazer;
- ✓ Quando os erros ou omissões dos projetos decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidos por terceiros perante o dono da obra, deve este exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte desses terceiros;
- ✓ A responsabilidade dos terceiros, quando se funde em título contratual e não resulte de dolo ou de *negligência grosseira* no cumprimento das obrigações de conceção, é limitada ao triplo dos honorários fixados no contrato.

**163.**No conjunto (184) dos contratos objeto de alterações contratuais, 110 (59,78%) incluíram no seu objeto trabalhos qualificados como de suprimento de erros e omissões. Estes trabalhos corresponderam a 51,46% dos acréscimos de trabalhos (17.996.283,52 € num universo de 34.971.095,52 €).

**164.**Não obstante este valor, verificou-se da informação contida nos dossiês que os donos de obra, apenas, dividiram responsabilidades com os empreiteiros em 394.094,81 € desses trabalhos e só lhes atribuíram responsabilidade no montante de 26.193,01 € (tendo assumido o restante de 367.901,80 €), o que representa um valor insignificante daquela importância total.

**165.**Quanto ao acionamento de projetistas para ressarcimento de danos por prejuízos resultantes da necessidade de efetuar trabalhos de suprimento de erros e omissões nada foi informado pelas entidades fiscalizadas.

**166.**Nesta matéria o TdC na já referida auditoria à Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA<sup>32</sup>, recomendou que esta entidade continuasse a providenciar pelo ressarcimento de danos junto do projetista, uma vez que, em sede de contraditório, os responsáveis tinham afirmado que aguardavam o fecho da conta da empreitada para calcular os danos e, caso o projetista não os pagasse voluntariamente, intentar a respetiva ação judicial.

---

<sup>32</sup> Relatório n.º 1/2017-Audit. 1.ª Secção.



# Tribunal de Contas

---

## III. RECOMENDAÇÕES

### Recomendações formuladas nos Relatórios n.º 8/2010-Audit. 1.ª Secção e 1/2016-Audit. 1.ª Secção

1. Nos relatórios aprovados em 2010 e 2016 este Tribunal formulou recomendações aos donos de obras públicas e também à Assembleia da República e ao Governo.
2. Quanto às recomendações de 2010, dirigidas à Assembleia da República e ao Governo, deve assinalar-se que foram maioritariamente cumpridas, como se assinalou no relatório de 2016.
3. No que respeita às recomendações formuladas aos donos de obras públicas, os quais estão integrados num conjunto vasto e indeterminado de entidades, apurou-se o tendencial cumprimento de algumas delas, designadamente:
  - ✓ Um crescente cumprimento do dever de remessa dos contratos ou instrumentos adicionais ao Tribunal de Contas, no prazo fixado no artigo 47.º, n.º 2, da LOPTC;
  - ✓ O crescente cumprimento do referido dever por parte das entidades do setor público empresarial.
4. Em relação às restantes recomendações, a análise global da evolução da situação, no ano de 2016, identificou que continuavam a ocorrer situações que justificam a reiteração dessas recomendações.

### Recomendações formuladas

Considerando os aspetos já cumpridos e as observações formuladas na análise agora efetuada, constantes da parte II do presente relatório, o Tribunal de Contas reitera as seguintes recomendações:

1. Às entidades que sejam donos de obras públicas que:
  - 1.1. Cumpram a sua obrigação legal e gestonária de aprovar projetos de obras públicas rigorosos, que definam, com a máxima precisão, as finalidades e características da obra a realizar e as características dos respetivos terrenos de implantação. Nesta matéria, deve, em especial, observar-se o disposto no artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e nas Instruções aprovadas pela Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho;



# Tribunal de Contas

---

- 1.2. Obtenham previamente os pareceres obrigatórios de entidades externas e zelem para que os projetos cumpram as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao tipo de obra em causa;
- 1.3. Acompanhem, nos termos legalmente estabelecidos, a elaboração dos projetos, mesmo quando realizados por entidades externas, e procedam à sua avaliação crítica, à luz do respetivo ajustamento às efetivas necessidades;
- 1.4. Promovam a cuidada revisão dos projetos antes da sua colocação a concurso, designadamente atualizando os projetos antigos e compatibilizando os projetos das várias especialidades ou de empreitadas relacionadas entre si;
- 1.5. Adotem, quando aplicável, o procedimento de revisão de projetos estabelecido no artigo 43.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos;
- 1.6. Pronunciem-se, expressa e cuidadosamente, sobre os erros e omissões identificados pelos concorrentes nos procedimentos para adjudicação de empreitadas durante o prazo para apresentação de propostas;
- 1.7. Procedam à expressa autorização dos trabalhos adicionais, fundamentando a decisão de forma suficiente e adequada, o que inclui a explicitação das circunstâncias de facto que justificam os trabalhos e a qualificação legal que os legitima;
- 1.8. Observem os requisitos legais fixados nos artigos 370.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos para a realização dos trabalhos adicionais e procedam à sua verificação rigorosa antes da respetiva autorização;
- 1.9. Tenham em atenção, para esse efeito, que “*circunstâncias imprevistas*” são apenas aquelas que sejam qualificáveis como inesperadas ou inopinadas, ou seja, como circunstâncias que o decisor público normal, colocado na posição do real decisor, não podia nem devia ter previsto;
- 1.10. Assegurem-se que só autorizam como trabalhos de suprimento de erros e omissões ou como trabalhos a mais prestações *estritamente necessárias* à integral execução da obra contratada, o que exclui as modificações resultantes das alterações de vontade do dono da obra e as melhorias dos projetos;
- 1.11. Respeitem escrupulosamente os limites quantitativos para trabalhos a mais e para trabalhos de suprimento de erros e omissões, fixados nos artigos 370.º e 376.º do Código dos Contratos Públicos, não procedendo a quaisquer operações de compensação com trabalhos a menos que também possam existir;
- 1.12. Observem, nas supressões de trabalhos que possam ser consideradas como modificações dos projetos, os princípios constantes dos artigos 311.º e seguintes e dos artigos 379.º a 381.º do Código dos Contratos Públicos;



# Tribunal de Contas

---

- 1.13.** Formalizem, em contrato ou qualquer documento adicional aos contratos de empreitada, as alterações por trabalhos aditados ou suprimidos, discriminando-os sem operações de compensação, em respeito do estabelecido nos artigos 370.º e 376.º do Código dos Contratos Públicos;
  - 1.14.** Justifiquem a razão pela qual consideram essenciais à conclusão da obra trabalhos de suprimento de erros e omissões que, apesar de terem sido detetados na fase de formação do contrato, não tenham sido por si expressamente aceites
  - 1.15.** Observem e promovam a adequada imputação de responsabilidades por erros e omissões detetados durante a execução da obra, nos termos do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos, assegurando a responsabilização do adjudicatário quando aplicável;
  - 1.16.** Acionem obrigatoriamente os pedidos de indemnização previstos no n.º 6 do artigo 378.º daquele Código, quando os erros e omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção perante si assumidas por terceiros;
  - 1.17.** Cumpram pontualmente o dever de remessa ao Tribunal de Contas dos atos, contratos ou documentos adicionais, no prazo fixado no artigo 47.º, n.º 2, da LOPTC;
  - 1.18.** Observem, de forma rigorosa, o disposto na Resolução n.º 1/2009, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2009.
- 2.** À Assembleia da República e ao Governo que, no quadro das respetivas atribuições e competências:
- 2.1.** Criem exigências e condições acrescidas para um maior rigor dos projetos de obras públicas;
  - 2.2.** Regulem o seguro obrigatório de projeto;
  - 2.3.** Ponderem o estabelecimento de normas legislativas que, de forma clara e inequívoca, impeçam que as decisões dos tribunais arbitrais legitimem despesas efetuadas em violação do regime legal aplicável, designadamente o previsto no Código dos Contratos Públicos para os trabalhos adicionais e de suprimento de erros e omissões.





# Tribunal de Contas

---

## IV. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tendo o processo sido submetido a vista do Ministério Público, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 29.º da LOPTC, e do artigo 73.º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas, republicado em anexo à Resolução n.º 13/2010, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 95, de 17 de maio de 2010, emitiu aquele magistrado em 25 de maio de 2017, parecer, no qual se refere que:

“(…)

*O Ministério Público emite parecer de concordância com o douto projeto de relatório.”*

Lisboa, 30 maio de 2017



## FICHA TÉCNICA

<b>Equipa Técnica</b>	<b>Categoria</b>	<b>Serviço</b>
<b>Supervisão</b> Ana Luísa Nunes	Auditora - Coordenadora	DCPC
<b>Equipa</b> Helena Santos ( <i>que também coordenou a equipa</i> )  Paula Rodrigues  Maria Palmira Ferrão ( <i>Lic. Engenharia Civil</i> )  Elisabete Luz Maria Lurdes Cardoso	Auditora – Chefe  Técnica Verificadora Superior  Técnica Superior  Técnicas Verificadoras	DCC



## **ANEXOS**

**(em suporte eletrónico)**

## ANEXO I - LISTA DE DOSSIÉS

N.º	Ano	Valor	Entidade	N.º Proc. Visto	Ano Proc. Visto
1	2016	6 196,48	Município Mealhada	857	2014
2	2016	1 609,74	Município Mealhada	857	2014
3	2016	123 215,09	Infraestruturas de Portugal, S. A.	804	2014
4	2016	135 021,54	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1101	2015
5	2016	24 984,67	Infraestruturas de Portugal, S. A.	162	2015
6	2016	50 199,63	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E. M., S. A.	19	2014
7	2016	-46 019,00	Parque Escolar, E.P.E.	350	2011
8	2016	169 716,65	Parque Escolar, E.P.E.	350	2011
9	2016	79 205,86	Parque Escolar, E.P.E.	291	2011
11	2016	-5 994,57	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1889	2014
12	2016	46 883,00	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	1375	2012
13	2016	30 799,23	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	1794	2015
14	2016	23 250,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1318	2015
15	2016	11 013,14	Município Lisboa	1369	2015
16	2016	84 190,04	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	1304	2014
17	2016	84 720,09	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	1386	2014
18	2016	67 039,97	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	1833	2014
19	2016	792 440,74	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1192	2014
20	2016	162 792,39	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1624	2014
21	2016	36 536,00	Município Aveiro	1612	2011
22	2016	-60 913,11	Casa Pia de Lisboa, I. P.	1617	2015
23	2016	10 284,05	Secretaria-Geral da Presidência da República	2104	2014
24	2016	51 570,03	Município Águeda	833	2015
26	2016	180 746,22	Parque Escolar, E.P.E.	887	2011
27	2016	24 727,24	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	435	2015
28	2016	11 838,13	Município Lisboa	2379	2014
29	2016	145 897,10	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do L	2142	2014
30	2016	73 228,81	Parque Escolar, E.P.E.	568	2015
31	2016	19 264,36	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	1798	2013
32	2016	0,00	Parque Escolar, E.P.E.	487	2011
33	2016	41 621,19	Município Lisboa	1056	2015
34	2016	46 165,41	Município Lisboa	1294	2015
35	2016	43 189,16	Município Lisboa	1367	2015
36	2016	12 578,49	Município Lisboa	1309	2015
37	2016	24 476,65	Município Pombal	402	2014
38	2016	45 034,45	Município Lisboa	500	2014
40	2016	222 866,29	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A	1267	2014
41	2016	455 384,30	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A	1786	2014
42	2016	42 932,55	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A	1529	2014
43	2016	27 988,08	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A	1264	2014
47	2016	692 491,20	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A	1296	2014
48	2016	-681 676,01	Parque Escolar, E.P.E.	487	2011
49	2016	-448 879,28	Parque Escolar, E.P.E.	487	2011
50	2016	0,00	Município Lisboa	1056	2015
51	2016	785 870,05	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1742	2014
52	2016	794,28	Parque Escolar, E.P.E.	304	2011
53	2016	29 877,26	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A	939	2013
55	2016	7 956,72	Município Lisboa	1309	2015
56	2016	-10 203,90	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E. M., S. A.	1445	2014
57	2016	218 332,71	Infraestruturas de Portugal, S. A.	327	2012
59	2016	229 062,97	Município Lisboa	1367	2015
61	2016	-38 993,41	Município Tondela	598	2015
62	2016	151 345,68	Município Arronches	1653	2013
63	2016	116 370,31	Município Lisboa	1294	2015
64	2016	171 645,10	Município Ponte de Lima	1234	2015
65	2016	138 470,90	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização d	360	2015
66	2016	16 883,72	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
67	2016	128 713,12	Município Ílhavo	1357	2012
68	2016	6 013,20	Município Lisboa	1369	2015
69	2016	199 545,81	Município Vila Nova de Cerveira	2245	2014
70	2016	21 824,94	Município Lisboa	1367	2015
71	2016	1 341,48	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	2736	2015
72	2016	75 513,88	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	1798	2013
73	2016	150 959,60	Parque Escolar, E.P.E.	1217	2015
74	2016	87 199,00	Município Lisboa	1822	2015
75	2016	26 591,16	Município Lisboa	1367	2015
76	2016	10 904,42	Município Lisboa	1368	2015
77	2016	13 323,99	Hospital de Garcia de Orta, E.P.E. - Almada	1901	2014

N.º	Ano	Valor	Entidade	N.º Proc. Visto	Ano Proc. Visto
78	2016	209 495,49	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1742	2014
79	2016	7 212,79	Município Santa Maria da Feira	878	2015
80	2016	186 967,71	Município Santo Tirso	936	2013
81	2016	1 636,99	Universidade do Porto - Reitoria	2503	2015
82	2016	553 161,70	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.	1268	2014
83	2016	81 748,23	Município Lisboa	1294	2015
84	2016	90 880,78	Município Lisboa	1309	2015
85	2016	50 952,32	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1317	2015
86	2016	157 317,75	Município Albufeira	21	2009
87	2016	1 526,26	Parque Escolar, E.P.E.	1217	2015
88	2016	-482 940,01	Parque Escolar, E.P.E.	1317	2010
89	2016	913,87	Município Lisboa	2230	2014
90	2016	19 950,29	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.	100	2015
91	2016	28 928,32	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.	1020	2013
92	2016	74 330,10	Município Lisboa	1295	2015
93	2016	627 957,74	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1697	2014
94	2016	111 153,64	Infraestruturas de Portugal, S. A.	161	2015
95	2016	-3 665,38	Parque Escolar, E.P.E.	1732	2010
96	2016	116 082,11	Município Lisboa	1367	2015
97	2016	277 451,57	Município Lisboa	1295	2015
98	2016	10 540,90	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	869	2015
99	2016	-1 144 292,17	Parque Escolar, E.P.E.	1820	2010
100	2016	3 618,40	Município Lisboa	1310	2015
101	2016	462 276,53	Infraestruturas de Portugal, S. A.	946	2014
102	2016	261 406,03	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	1798	2013
103	2016	952,88	Hospital de Garcia de Orta, E.P.E. - Almada	1901	2014
104	2016	-266 649,58	Parque Escolar, E.P.E.	1381	2010
105	2016	-82 778,76	Parque Escolar, E.P.E.	1381	2010
106	2016	83 989,08	Município Lisboa	1309	2015
107	2016	129 474,41	Infraestruturas de Portugal, S. A.	935	2014
108	2016	129 907,07	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1104	2015
109	2016	96 723,85	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1071	2014
110	2016	317 277,03	Infraestruturas de Portugal, S. A.	804	2014
111	2016	3 054,50	Município Aveiro	89	2014
112	2016	20 755,27	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1106	2015
113	2016	21 051,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	652	2015
114	2016	34 553,22	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1105	2015
115	2016	81 761,65	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1159	2015
116	2016	277 921,81	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1156	2015
117	2016	38 191,21	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
118	2016	37 356,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1154	2015
119	2016	261 710,32	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1154	2015
120	2016	4 098,00	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	1798	2013
121	2016	14 240,00	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	869	2015
122	2016	129 305,20	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1544	2014
123	2016	253 649,97	Infraestruturas de Portugal, S. A.	803	2014
124	2016	14 705,46	Município Odemira	1577	2015
125	2016	167 216,30	Infraestruturas de Portugal, S. A.	790	2014
126	2016	131 509,39	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1018	2014
127	2016	200 606,05	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1019	2014
128	2016	128,42	Município Lisboa	380	2016
129	2016	2 749,85	Município Aveiro	1109	2014
130	2016	20 524,47	Município Aveiro	1001	2010
131	2016	52 875,34	Município Alandroal	1060	2013
132	2016	277 344,41	Município Lisboa	1295	2015
133	2016	5 578,64	Município Lisboa	1367	2015
134	2016	10 579,41	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.	947	2015
136	2016	33 726,76	Município Lisboa	1057	2015
137	2016	4 176,87	Município Lisboa	395	2015
138	2016	15 581,30	Município Lisboa	1369	2015
139	2016	109 680,48	Infraestruturas de Portugal, S. A.	652	2015
140	2016	17 115,44	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1826	2015
141	2016	35 756,30	Município Lisboa	547	2015
142	2016	22 084,21	Município Lisboa	1293	2013
143	2016	11 725,16	Município Lisboa	1057	2015
144	2016	42 720,06	Município Oeiras	2135	2014
145	2016	-76 222,24	Parque Escolar, E.P.E.	304	2011
146	2016	5 355,00	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
147	2016	-126,32	Parque Escolar, E.P.E.	1732	2010
148	2016	-15 722,04	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
149	2016	20 275,00	Universidade de Coimbra - Reitoria	1229	2014

N.º	Ano	Valor	Entidade	N.º Proc. Visto	Ano Proc. Visto
150	2016	12 803,16	Município Moita	1224	2015
151	2016	11 613,48	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Alm	1597	2015
152	2016	496,08	Parque Escolar, E.P.E.	304	2011
153	2016	540 923,79	Infraestruturas de Portugal, S. A.	947	2014
154	2016	2 511,09	Município Lisboa	2230	2014
155	2016	3 654,00	Município Ovar	1513	2015
156	2016	342 943,64	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1897	2014
157	2016	28 345,15	Infraestruturas de Portugal, S. A.	225	2013
158	2016	218 564,70	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1158	2015
159	2016	9 139,68	Município Lisboa	1310	2015
160	2016	18 677,31	Município Lisboa	547	2015
161	2016	773 946,99	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1742	2014
162	2016	28 145,52	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1893	2014
163	2016	31 890,92	Município Lisboa	1367	2015
164	2016	11 861,60	Município Lisboa	1295	2015
165	2016	6 726,90	Município Ovar	1513	2015
166	2016	185 517,22	Município Lisboa	900	2016
167	2016	1 599,00	Município Moita	1225	2015
168	2016	53 288,95	Município Santo Tirso	213	2015
169	2016	3 921,17	Parque Escolar, E.P.E.	2669	2015
170	2016	894 486,35	Município Beja	1219	2015
171	2016	55,00	Município Lisboa	772	2015
172	2016	516 198,63	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1766	2015
173	2016	7 311,46	Infraestruturas de Portugal, S. A.	161	2015
174	2016	162 364,51	Município Lisboa	380	2016
175	2016	23 820,95	Infraestruturas de Portugal, S. A.	161	2015
176	2016	41 404,86	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1104	2015
177	2016	13 737,93	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1147	2015
178	2016	113 876,64	Município Lisboa	898	2015
179	2016	3 355,71	Município Lisboa	395	2015
180	2016	-282 879,70	Parque Escolar, E.P.E.	489	2011
181	2016	16 811,77	Parque Escolar, E.P.E.	1820	2010
182	2016	79 513,42	Município Lisboa	1309	2015
183	2016	33 970,56	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.	867	2012
184	2016	30 459,22	Município Lisboa	1057	2015
185	2016	655 495,82	Infraestruturas de Portugal, S. A.	163	2015
186	2016	147 463,11	Infraestruturas de Portugal, S. A.	917	2014
187	2016	93 025,27	Município Lisboa	1295	2015
188	2016	55 059,06	Município Santo Tirso	1069	2014
189	2016	229 815,36	Município Lisboa	1367	2015
190	2016	12 044,87	Município Lisboa	1369	2015
191	2016	2 425,00	Parque Escolar, E.P.E.	304	2011
192	2016	82 568,98	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1103	2015
193	2016	20 565,59	Município Aveiro	315	2012
194	2016	14 935,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1829	2015
195	2016	-22 747,76	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1518	2013
196	2016	724 116,66	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1624	2014
197	2016	-20 650,50	Infraestruturas de Portugal, S. A.	934	2014
198	2016	197 858,68	Infraestruturas de Portugal, S. A.	934	2014
199	2016	57 295,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1832	2015
200	2016	-151 484,98	Infraestruturas de Portugal, S. A.	2136	2014
201	2016	825,00	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
202	2016	1 480,00	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
203	2016	2 476,33	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
204	2016	178,95	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
205	2016	2 816,11	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
206	2016	2 210,00	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
207	2016	5 543,14	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
208	2016	14 962,60	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
209	2016	707,59	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
210	2016	779,60	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
211	2016	8 174,42	Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	757	2010
212	2016	67 567,17	Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	757	2010
213	2016	-91 369,96	Parque Escolar, E.P.E.	350	2011
214	2016	-851 330,89	Parque Escolar, E.P.E.	291	2011
215	2016	-846 442,86	Parque Escolar, E.P.E.	291	2011
216	2016	-40 339,30	Parque Escolar, E.P.E.	350	2011
217	2016	16 139,95	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização d	360	2015
218	2016	123 048,80	Parque Escolar, E.P.E.	2669	2015
221	2016	177 674,30	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A	1786	2014
222	2016	36 141,09	Município Lisboa	1368	2015

N.º	Ano	Valor	Entidade	N.º Proc. Visto	Ano Proc. Visto
223	2016	237 465,31	Município Lisboa	1295	2015
224	2016	14,15	Município Lisboa	1681	2015
225	2016	19 055,87	Município Lisboa	1367	2015
226	2016	251 898,71	Município Lisboa	1309	2015
227	2016	116 761,31	Município Lisboa	1310	2015
228	2016	44 924,80	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.	2040	2015
229	2016	231 123,45	Infraestruturas de Portugal, S. A.	788	2014
230	2016	-2 192,59	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1849	2015
231	2016	90 130,61	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1102	2015
232	2016	520 068,96	Infraestruturas de Portugal, S. A.	790	2014
233	2016	2 435,66	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	2262	2015
234	2016	2 400,00	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	2262	2015
235	2016	55 000,00	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	2262	2015
236	2016	1 790,70	Município Lisboa	1057	2015
238	2016	31 052,91	Município Lisboa	547	2015
239	2016	639 968,15	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1588	2015
240	2016	6 116,59	Município Chaves	1194	2016
241	2016	90 084,84	Município Chaves	1194	2016
242	2016	46 666,28	Município Lisboa	380	2016
243	2016	456 694,01	Município Lisboa	379	2016
244	2016	414 826,44	Infraestruturas de Portugal, S. A.	805	2014
245	2016	-9 210,77	Infraestruturas de Portugal, S. A.	663	2014
246	2016	542 201,38	Município Lisboa	380	2016
247	2016	131 979,64	Município Lisboa	1309	2015
248	2016	16 236,67	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
249	2016	-27 729,84	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
250	2016	7 422,28	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	797	2016
251	2016	76 386,01	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1317	2015
252	2016	-1 996,02	Infraestruturas de Portugal, S. A.	693	2013
253	2016	-1 672 262,59	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1697	2014
254	2016	48 104,18	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1317	2015
255	2016	-327 661,26	Parque Escolar, E.P.E.	14	2011
256	2016	-38 778,85	Parque Escolar, E.P.E.	14	2011
257	2016	-29 285,64	Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.	195	2014
258	2016	11 442,88	Município Lisboa	1822	2015
259	2016	134 060,12	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.	2530	2014
260	2016	17 899,85	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Sintra	506	2015
261	2016	-1 438,81	Universidade do Porto - Reitoria	1114	2016
262	2016	-724,46	Universidade do Porto - Reitoria	1114	2016
263	2016	11 312,57	Município Lisboa	900	2016
264	2016	46 505,19	Município de Monção	212	2015
265	2016	215 454,23	Município Lisboa	685	2016
266	2016	6 379,70	Município Lisboa	1833	2015
267	2016	-119 110,00	Município Ourém	1895	2014
268	2016	504,95	Parque Escolar, E.P.E.	304	2011
269	2016	-11 555,03	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1106	2015
270	2016	37 259,74	Município Lisboa	2380	2014
271	2016	11 652,31	Infraestruturas de Portugal, S. A.	934	2014
272	2016	9 326,10	Município Lisboa	1822	2015
273	2016	54 028,94	Universidade do Porto - Reitoria	2649	2015
274	2016	133 050,37	Município Ponte de Lima	118	2016
277	2016	1 136,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	2279	2015
278	2016	104 451,28	Infraestruturas de Portugal, S. A.	947	2014
279	2016	34 843,18	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1105	2015
280	2016	5 331,06	Infraestruturas de Portugal, S. A.	790	2014
281	2016	19 262,61	Infraestruturas de Portugal, S. A.	161	2015
282	2016	-2 537,90	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1104	2015
283	2016	192 796,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1102	2015
284	2016	-144 537,03	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1766	2015
285	2016	16 873,20	Município Lisboa	1220	2016
286	2016	5 296,16	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	2736	2015
287	2016	2 859,50	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	1488	2016
288	2016	306 505,49	Município Lisboa	1367	2015
289	2016	64 143,07	Município Mafra	2606	2015
290	2016	20 102,03	Município Águeda	74	2016
291	2016	185 687,79	Município Lisboa	1309	2015
292	2016	4 540,36	Município Lisboa	547	2015
293	2016	-23 549,38	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1826	2015
294	2016	-33 818,80	Infraestruturas de Portugal, S. A.	226	2014
295	2016	-71 154,55	Parque Escolar, E.P.E.	1820	2010
296	2016	19 219,16	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Alm	1597	2015

N.º	Ano	Valor	Entidade	N.º Proc. Visto	Ano Proc. Visto
297	2016	40 627,35	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1159	2015
298	2016	7 740,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1832	2015
299	2016	-369 930,66	Parque Escolar, E.P.E.	349	2011
300	2016	44 287,38	Infraestruturas de Portugal, S. A.	947	2014
301	2016	142 420,40	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1155	2015
302	2016	188 404,05	Município Lisboa	379	2016
304	2016	61 398,26	Município Lisboa	380	2016
305	2016	46 942,96	Município Lisboa	1367	2015
306	2016	145 198,01	Município Lisboa	1295	2015
307	2016	156 423,22	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1158	2015
308	2016	289 307,72	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1157	2015
309	2016	-19 373,45	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
310	2016	4 625,00	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
311	2016	1 315,00	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	797	2016
312	2016	82 135,73	Município Lisboa	1402	2015
313	2016	152 633,01	Município Águeda	833	2015
314	2016	10 691,30	Município Lisboa	900	2016
315	2016	9 881,40	Município Aveiro	1001	2010
316	2016	3 510,00	Universidade do Porto - Reitoria	1446	2014
317	2016	6 484,39	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1830	2015
318	2016	15 940,48	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1828	2015
319	2016	16 479,20	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1830	2015
320	2016	319 788,71	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1319	2015
321	2016	5 643,71	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1827	2015
322	2016	93 936,44	Município Lisboa	1309	2015
323	2016	97 150,20	Município Mafra	435	2016
324	2016	40 987,92	Universidade de Coimbra - Reitoria	1229	2014
325	2016	17 640,33	Universidade do Porto - Reitoria	2649	2015
326	2016	0,00	Município Lisboa	684	2016
327	2016	56 498,07	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.	1039	2015
328	2016	9 673,95	Município Lisboa	395	2015
329	2016	47 568,49	Município Lisboa	1833	2015
330	2016	97 486,79	Município Lisboa	685	2016
331	2016	52 070,66	Infraestruturas de Portugal, S. A.	2279	2015
332	2016	349 681,45	Infraestruturas de Portugal, S. A.	789	2014
333	2016	4 821,56	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1830	2015
336	2016	19 118,83	Município Lisboa	1057	2015
337	2016	88 351,45	Município Lisboa	1367	2015
338	2016	107 409,63	Município Estremoz	568	2013
339	2016	2 315,40	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
340	2016	-2 349,41	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
341	2016	6 915,66	Município Lisboa	1057	2015
342	2016	9 604,80	Infraestruturas de Portugal, S. A.	2322	2015
343	2016	34 401,30	Município Lisboa	1309	2015
344	2016	307 564,19	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1018	2014
345	2016	371 454,60	Infraestruturas de Portugal, S. A.	790	2014
346	2016	390 985,45	Infraestruturas de Portugal, S. A.	803	2014
347	2016	135 000,20	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1071	2014
348	2016	186 398,43	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1156	2015
349	2016	450 377,43	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1192	2014
350	2016	669 098,20	Infraestruturas de Portugal, S. A.	935	2014
351	2016	63 875,60	Município Lisboa	379	2016
352	2016	266 469,19	Infraestruturas de Portugal, S. A.	917	2014
353	2016	234 877,18	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1624	2014
354	2016	73 879,17	Município Lisboa	380	2016
356	2016	20 956,25	Município Lisboa	380	2016
357	2016	264 730,80	Infraestruturas de Portugal, S. A.	788	2014
358	2016	311 281,50	Infraestruturas de Portugal, S. A.	946	2014
359	2016	31 236,00	Infraestruturas de Portugal, S. A.	947	2014
360	2016	52 293,95	Município Lisboa	1402	2015
361	2016	17 284,10	Município Lisboa	395	2015
362	2016	5 279,00	Município Oeiras	1679	2015
363	2016	77 198,45	Município Figueira da Foz	60	2016
364	2016	7 390,16	Município Lisboa	2231	2014
365	2016	166 776,88	Infraestruturas de Portugal, S. A.	804	2014
366	2016	51 120,34	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1102	2015
367	2016	-57 161,73	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
368	2016	-52 503,94	Parque Escolar, E.P.E.	1379	2010
369	2016	11 179,75	Universidade do Porto - Reitoria	2649	2015
370	2016	43 505,06	Universidade do Porto - Reitoria	1114	2016
371	2016	59 235,16	Município Lisboa	1309	2015



N.º	Ano	Valor	Entidade	N.º Proc. Visto	Ano Proc. Visto
372	2016	6 903,91	Infraestruturas de Portugal, S. A.	1236	2016
373	2016	8 542,54	Município Lisboa	2231	2014
374	2016	-5 084,78	Infraestruturas de Portugal, S. A.	652	2015
375	2016	16 819,83	Município Cuba	2125	2016
376	2016	124 220,00	Município Lisboa	684	2016
377	2016	111 217,27	Município Lisboa	685	2016
379	2016	19 727,00	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Alm	1597	2015

A verde admite compensação de Tmais com Tmenos

**Total: 359 dossies**

Valor negativo = -8.696.269,22

Valor positivo = 33.338.585,94

Valor total dos adicionais = 24.642.316,72

Estes valores são diferentes do outro mapa porque:

Há trabalhos a mais compensados com trab. a menos

Se há Tmais com tmenos ou E/O só aparece o valor positivo

Aqui indicou-se como valor do adicional o valor legal sem atender a compensações quando estas são ilegais













N.º Dossê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Valor indicado no Adicional (€)	% Contrato inicial	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsab. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensão de prazo concedida (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.	
141	Município Lisboa	Administração Local	547/2015	Requalificação e conservação do Palácio das Galveias - Financiamento Piparu	Edifícios/Reabilitação	Cultura	1 787 812,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	35 756,30	2,00	Trabalhos a mais e a menos	-11 156,25	-0,62	35 756,30	2,00		0,00		35 756,30						24.04.2015	330				11.11.2016	Não foi celebrado contrato adicional	
142	Município Lisboa	Administração Local	1293/2013	Consolidação estrutural de 3 edifícios em Alameda Rua 5, João da Praça 6-8 com Beco do Guedes 2-4, Rua S. João da Praça 2-4 com Rua da Adiga 1 e Rua da Adiga 3-3A Freguesia de S. Miguel - Financiamento de Piparu	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	396 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	5	22 084,21	5,58	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-14 724,59	-3,72	12 103,06	3,06	9 981,15	2,52								03.10.2013	180	454			15.09.2015	Não foi celebrado contrato adicional	
143	Município Lisboa	Administração Local	1057/2015	Instalação da Escola da Baixa (II +EB1) - Adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora - Financiamento Piparu	Edifícios/Reabilitação	Educação	2 279 213,41	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	11 725,16	0,51	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-999,77	-0,04	5 038,76	0,22	6 686,40	0,29								30.07.2015	540			26.01.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
144	Município Oeiras	Administração Local	2135/2014	Construção do Centro de Saúde de Carnaxide	Edifícios	Saúde	2 099 800,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	42 720,06	2,03	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-61 729,29	-2,94		0,00	42 720,06	2,03							04.05.2015	270		81	31.05.2016	Sem inf.			
145	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	304/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EL8 - Escola Secundária de D. João V e Escola	Edifícios/Reabilitação	Educação	28 512 253,92	CCP - Versão Inicial	31	-76 222,24	-0,27	Trabalhos a mais e a menos	-147 767,81	-0,52	71 545,57	0,25		0,00		71 545,57					641 563,60	22.02.2011	540				31.05.2016	Tribunal Arbitral pendente	
146	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3L3 - Escola Secundária de M. M.	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	14	5 355,00	0,02	Trabalhos a mais		0,00	5 355,00	0,02		0,00		5 355,00					1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540				17.10.2016	Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra
147	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1732/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3L1 - Escola Básica e Secundária Frei Gonçalo Azevedo, Escola Secundária Quinta	Edifícios/Reabilitação	Educação	35 995 206,72	CCP - Versão Inicial	14	-126,23	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-4 946,90	-0,01	2 582,51	0,01	2 238,16	0,01		4 820,67					4 525 919,66	2 172 096,29	23.11.2010	540	58	31.07.2016	Sem inf.	Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - quebra de rendimentos; - juros por pagamentos em atraso; - encargos financeiros; - sobrecustos de manutenção de garantias bancárias; - trabalhos executados e não pagos. Multas já decididas em Tribunal Arbitral e outra ainda pendente	
148	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3L3 - Escola	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	15	-15 722,04	-0,06	Trabalhos a mais e a menos	-170 767,46	-0,61	155 045,42	0,55		0,00		155 045,42					1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540				17.10.2016	Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra
149	Universidade de Coimbra	Administração Central	1229/2014	Reabilitação das estufas e espaço Ciência in Situ do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra	Edifícios/Reabilitação	Educação	953 470,76	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	20 275,00	2,13	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	20 275,00	2,13		20 275,00						15.09.2014	180	282			21.12.2015		
150	Município Moita	Administração Local	1224/2015	Infraestruturas do Pentead - Bairro Central e Operário	Infraestruturas	Infraestruturas	795 843,26	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	12 803,16	1,61	Trabalhos a mais		0,00	12 803,16	1,61		0,00								18.06.2015	420				25.10.2016		
151	SMAS Almada	Administração Local	1597/2015	Construção e remodelação de infraestruturas da ETAR do Valdeão	Infraestruturas	Saneamento básico	1 032 374,04	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	11 613,48	1,12	Trabalhos a mais		0,00	11 613,48	1,12		0,00								29.10.2015	210				28.06.2016		
152	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	304/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EL8 - Escola Secundária de D. João V e Escola	Edifícios/Reabilitação	Educação	28 512 253,92	CCP - Versão Inicial	32	496,08	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	496,08	0,00							641 563,60	22.02.2011	540				31.07.2016	Tribunal Arbitral pendente	
153	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	947/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Setúbal	Vias de comunicação	Estradas	6 443 963,55	CCP-DL 149/2012, de 12.07	4	-0,06	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-540 923,85	-8,39		0,00	540 923,79	8,39	338 578,01	202 345,78					28.07.2014	1095			27.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
154	Município Lisboa	Administração Local	2230/2014	Reabilitação de conjunto de edifícios - Pátio José Pereira - Rua do Reconhecimento 35 e Beco do Leão 2-4, Freguesia do Castelo	Edifícios/Reabilitação	Social	414 500,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	9	2 511,09	0,61	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-353,72	-0,09		0,00	2 511,09	0,61	1 710,92	800,17						27.01.2015	180		153		30.07.2016	Não foi celebrado contrato adicional	
155	Município Ovar	Administração Local	1513/2015	Beneficiação da Rua Camilo Castelo Branco, Rua dos Irmãos Oliveira Lopes e envolventes - Ovar	Vias de comunicação	Estradas	435 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	3 654,00	0,84	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-2 008,50	-0,46		0,00	3 654,00	0,84	3 654,00							27.08.2015	300				25.06.2016		
156	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1897/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Évora	Vias de comunicação	Estradas	5 625 833,18	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	-2,38	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-342 946,03	-6,10	48 087,84	0,85	294 855,80	5,24	293 456,30	49 487,34						01.10.2014	1095			30.09.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
157	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	225/2013	EN15 Penafiel (Km31+600) e Amarante (Km57+800) - Reabilitação	Vias de comunicação	Estradas	3 699 625,89	CCP - Versão Inicial	6	-30 711,01	-0,83	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-59 056,16	-1,60		0,00	28 345,15	0,77	28 345,15							21.05.2013	270			31.07.2015	Sem inf.	Compensação legalmente admissível	
158	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1158/2015	Sinalização vertical 2015 - Lote V	Vias de comunicação	Estradas	999 691,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	-19,50	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-218 584,20	-21,87	9 630,08	0,96	208 934,62	20,90	187 632,87	30 931,83						09.07.2015	365				31.10.2016	Foi efetuada a compensação de trabalhos	







N.º Dossil (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Valor indicado no Adicional (€)	% Contrato inicial	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsab. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensão de prazo concedida (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.
200	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	2136/2014	ER385 - Safara (Km 37+070) e Vila Verde de Ficalho (km 54+510) - Reabilitação	Vias de comunicação	Estradas	3 110 614,26	CCP-DL 149/2012, de 12.07	6	-151 484,98	-4,87	Trabalhos a menos	-151 484,98	-4,87	0,00	0,00										26.01.2015	270			23.10.2015	Sem inf.	
201	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	5	825,00	0,07	Trabalhos a mais		0,00	825,00	0,07			825,00							26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
202	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	6	740,00	0,06	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00			1 480,00	0,13	1 480,00		740,00	740,00				26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
203	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	7	2 476,33	0,21	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-1 105,65	-0,09			2 476,33	0,21	2 476,33							26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
204	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	8	130,26	0,01	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-40,78	0,00			178,95	0,02	178,95		89,48	89,48				26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
205	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	9	1 408,06	0,12	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00			2 816,11	0,24	2 816,11		1 408,06	1 408,06				26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
206	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	10	2 210,00	0,19	Trabalhos a mais e a menos	-335,94	-0,03	2 210,00	0,19			2 210,00							26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
207	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	11	5 548,14	0,47	Trabalhos a mais e a menos	-3 261,38	-0,28	5 548,14	0,47				5 548,14						26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
208	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	12	14 962,60	1,27	Trabalhos a mais		0,00	14 962,60	1,27				14 962,60						26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
209	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	13	707,59	0,06	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00			707,59	0,06		707,59						26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
210	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	14	779,60	0,07	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00			779,60	0,07		779,60	389,80	389,80				26.06.2014	365	193	27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
211	Centro Hospitalar do Porto, EPE	Setor empresarial do Estado	757/2010	Construção do Centro Materno Infantil do Norte, Hospital Maria Pia, Maternidade Júlio Dinis	Edifícios	Saúde	34 299 900,00	CCP - Versão inicial	21	8 174,42	0,02	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00			8 174,42	0,02	8 174,42							27.09.2010	852		26.05.2016	Sem inf.		
212	Centro Hospitalar do Porto, EPE	Setor empresarial do Estado	757/2010	Construção do Centro Materno Infantil do Norte, Hospital Maria Pia, Maternidade Júlio Dinis	Edifícios	Saúde	34 299 900,00	CCP - Versão inicial	20	67 567,17	0,20	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-94 624,23	-0,28	102 278,47	0,30	59 912,93	0,17	162 191,40		161 230,78	960,62				27.09.2010	852		26.05.2016	Sem inf.		
213	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	350/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EN8 - Escola Secundária Soares	Edifícios/Reabilitação	Educação	17 192 156,36	CCP - Versão inicial	7	-91 369,96	-0,53	Trabalhos a menos	-91 369,96	-0,53												22.02.2011	720		31.01.2016	Sem inf.	Reequilíbrio financeiro por suspensão da obra e juros de mora	
214	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	291/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EN7 - Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva	Edifícios/Reabilitação	Educação	33 304 536,76	CCP - Versão inicial	22	-851 330,89	-2,56	Trabalhos a menos	-851 330,89	-2,56												21.02.2011	720		31.01.2016	Sem inf.	Juros por atraso de pagamentos	

N.º Dossil (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Valor indicado no Adicional (€)	% Contrato inicial	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsab. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensões de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.	
215	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	291/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EN7 - Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva e Escola Básica e Secundária de Vale de Cambra	Edifícios/Reabilitação	Educação	33 304 536,76	CCP - Versão Inicial	23	-846 442,86	-2,54	Trabalhos a menos	-846 442,86	-2,54	0,00	0,00							Não	138 686,38		21.02.2011	720			31.01.2016	Sem inf.	Juros por atraso de pagamentos	
216	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	350/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EN8 - Escola Secundária Soares de Basto, em Vila Verde	Edifícios/Reabilitação	Educação	17 192 156,36	CCP - Versão Inicial	8	-40 339,30	-0,23	Trabalhos a menos	-40 339,30	-0,23	0,00	0,00							Não	415 309,72		22.02.2011	720			31.01.2016	Sem inf.	Reequilíbrio financeiro por suspensão da obra e juros de mora	
217	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	Setor Empresarial do Estado	360/2015	Qualificação e valorização dos portinhos de Odemira	Obras marítimas	Proteção costeira	501 949,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	16 139,95	3,22	Trabalhos a mais		0,00	16 139,95	3,22							Não			22.04.2015	240	40	133	29.08.2016	Sem inf.		
218	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	2669/2015	Conclusão da empreitada de execução das obras de modernização da Escola Secundária de Ponte de Lima	Edifícios/Reabilitação	Educação	9 948 068,08	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	79 080,89	0,79	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-43 967,91	-0,44	0,00	123 048,80	1,24	123 048,80		123 048,80			Não			28.01.2016	450	251		28.04.2017		Foi efetuada a compensação de trabalhos	
221	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Setor Empresarial do Estado	1786/2014	Construção das infraestruturas de rega, viárias e de drenagem do Bloco Roxo-Sado	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	12 998 538,77	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	177 674,30	1,37	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	0,00	177 674,30	1,37	177 674,30		169 571,49			Não			27.10.2014	510		96		31.07.2016		
222	Município Lisboa	Administração Local	1368/2015	Conservação de pavimentos betuminosos na zona ocidental de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	590 704,80	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	36 141,09	6,12	Trabalhos a mais		0,00	36 141,09	6,12			36 141,09				Não			20.07.2015	365			19.07.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
223	Município Lisboa	Administração Local	1295/2015	Reabilitação de pavimentos e estruturas de drenagem na cidade de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	3 204 890,92	CCP-DL 149/2012, de 12.07	8	237 465,31	7,41	Trabalhos a mais		0,00	237 465,31	7,41			237 465,31				Não			31.07.2015	730			30.07.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
224	Município Lisboa	Administração Local	1681/2015	Conservação e manutenção da rede pública de saneamento nas zonas centro e centro histórico	Vias de comunicação	Estradas	523 611,73	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	14,15	0,00	Trabalhos a mais		0,00	14,15	0,00	0,00	14,15				Não			07.09.2015	365			06.09.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
225	Município Lisboa	Administração Local	1367/2015	Reabilitação de arranjos e infraestruturas de saneamento - Zona norte de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	3 099 986,21	CCP-DL 149/2012, de 12.07	12	19 055,87	0,61	Trabalhos a mais		0,00	19 055,87	0,61	0,00	19 055,87				Não			10.08.2015	730			09.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
226	Município Lisboa	Administração Local	1309/2015	Reabilitação de arranjos e infraestruturas de saneamento - Zona Sul de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 800 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	7	251 898,71	9,00	Trabalhos a mais		0,00	251 898,71	9,00	0,00	251 898,71				Não			24.08.2015	730			23.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
227	Município Lisboa	Administração Local	1310/2015	Conservação de pavimentos betuminosos na zona oriental da cidade de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	597 796,96	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	116 761,31	19,53	Trabalhos a mais		0,00	116 761,31	19,53	0,00	116 761,31				Não			06.07.2015	365			07.07.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
228	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	Administração Central	2040/2015	SFP Coimbra - Remodelação do Pavilhão 2 - 1ª Fase	Edifícios	Edifícios	548 280,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	44 924,80	8,19	Trabalhos a mais		0,00	44 924,80	8,19	0,00	44 924,80				Não			02.11.2015	100	10	130	28.07.2016	Sem inf.			
229	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	788/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Portalegre	Vias de comunicação	Estradas	5 116 450,32	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	-18,19	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-231 141,64	-4,52	0,00	231 123,45	4,52	231 123,45		231 123,45			Não			02.07.2014	1095			01.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
230	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1849/2015	EN120 - Ponte sobre a ribeira do Torgal / ER267 - Ponte do rio Oeiras. Reabilitação e reafirmação das obras de arte	Vias de comunicação	Estradas	463 569,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	-2 192,59	-0,47	Trabalhos a menos	-2 192,59	-0,47	0,00	0,00							Não			07.09.2015	180		7	12.03.2016	Sem inf.		
231	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1102/2015	ção Rodoviária 2015	Vias de comunicação	Estradas	557 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	-29,39	-0,01	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-90 160,00	-16,19	0,00	90 130,61	16,18	90 130,61		89 266,01			Não			12.08.2015	180		150	07.07.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
232	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	790/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito do Porto	Vias de comunicação	Estradas	6 389 306,87	CCP-DL 149/2012, de 12.07	6	-0,09	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-520 069,05	-8,14	0,00	520 068,96	8,14	520 068,96				Não			02.07.2014	1095			01.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
233	Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	Setor Empresarial Local	2262/2015	Reabilitação do edifício municipal Teatro Luís de Camões, na Calçada da Ajuda, n.º 76 a 80, em Lisboa	Infraestruturas	Infraestruturas	1 111 252,25	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	2 435,66	0,22	Trabalhos a mais		0,00	2 435,66	0,22	0,00	2 435,66				Não				03.03.2016	450			02.06.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
234	Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	Setor Empresarial Local	2262/2015	Reabilitação do edifício municipal Teatro Luís de Camões, na Calçada da Ajuda, n.º 76 a 80, em Lisboa	Infraestruturas	Infraestruturas	1 111 252,25	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	2 400,00	0,22	Trabalhos a mais		0,00	2 400,00	0,22	0,00	2 400,00		2 400,00			Não				03.03.2016	450			02.06.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional
235	Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	Setor Empresarial Local	2262/2015	Reabilitação do edifício municipal Teatro Luís de Camões, na Calçada da Ajuda, n.º 76 a 80, em Lisboa	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	1 111 252,25	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	55 000,00	4,99	Trabalhos a mais e a menos	-9 510,48	-0,86	55 000,00	4,95	0,00			55 000,00			Não				03.03.2016	450			02.06.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional

N.º Dossê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Valor indicado no Adicional (€)	% Contrato inicial	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsab. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação s/suspensão de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.
236	Município Lisboa	Administração Local	1057/2015	Instalação da Escola da Baixa (I + EB1) - Adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora - Financiamento Piparu	Edifícios/Reabilitação	Educação	2 279 213,41	CCP-DL 149/2012, de 12.07	4	1 790,70	0,08	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	0,00	0,00	1 790,70	0,08				1 790,70			Não			30.07.2015	540		26.01.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
238	Município Lisboa	Administração Local	547/2015	Requalificação e conservação do Palácio das Galveias - Financiamento Piparu	Edifícios/Reabilitação	Cultura	1 787 812,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	31 052,91	1,74	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-3 539,38	-0,20	24 857,11	1,39	6 195,80	0,35		31 052,91			Não			24.04.2015	330		11.11.2016	Não foi celebrado contrato adicional		
239	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1588/2014	EN15 - Requalificação entre Paredes (Km 26+944 e EN 106 Km 29+444)	Vias de comunicação	Estradas	2 894 720,11	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	-534,31	-0,02	Trabalhos a mais e a menos	-640 502,46	-22,13	156 228,35	5,40	483 739,80	16,71	78 100,82	561 867,33			Não			02.07.2014	1095		01.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
240	Município Chaves	Administração Local	1194/2016	Remodelação e beneficiação do estádio municipal Eng.º Branco Teixeira - 1ª fase	Edifícios/Reabilitação	Desporto	669 900,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	6 116,59	0,91	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	0,00	0,00	6 116,59	0,91			4 409,09	1 707,50			Não			17.05.2016	75	2	04.08.2016	Sem inf.		
241	Município Chaves	Administração Local	1194/2016	Remodelação e beneficiação do estádio municipal Eng.º Branco Teixeira - 1ª fase	Edifícios/Reabilitação	Desporto	669 900,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	90 084,84	13,45	Trabalhos a mais e a menos	-4 250,53	-0,63	90 084,84	13,45				90 084,84			Não			17.05.2016	75	5	04.08.2016	Sem inf.		
242	Município Lisboa	Administração Local	380/2016	Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento - Zona Oriental de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 761 918,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	46 666,28	1,69	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	0,00	0,00	41 440,00	1,50	5 226,28	0,19		46 666,28			Não			17.03.2016	365		07.04.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
243	Município Lisboa	Administração Local	379/2016	Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento - Zona Ocidental de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 761 918,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	456 694,01	16,54	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	0,00	0,00	456 694,01	16,54				456 694,01			Não			17.03.2016	365		07.04.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
244	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	805/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Faro	Vias de comunicação	Estradas	4 254 342,38	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	-26,24	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	-414 850,70	-9,75	15 804,00	0,37	399 022,44	9,38	399 022,44	15 804,00			Não			21.07.2014	1095		20.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
245	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	663/2014	Uniformização, Reparação e Manutenção de equipamentos Semáforicos - 2014 - Lote III	Vias de comunicação	Estradas	177 150,06	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	-9 210,77	-5,20	Trabalhos a menos	-9 210,77	-5,20		0,00							Não			01.04.2014	365		29.08.2015	Sem inf.		
246	Município Lisboa	Administração Local	380/2016	Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento - Zona Oriental de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 761 918,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	4	542 201,38	19,63	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	0,00	0,00	542 201,38	19,63							Não			17.03.2016	365		07.04.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
247	Município Lisboa	Administração Local	1309/2015	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Sul de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 800 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	8	131 979,64	4,71	Trabalhos a mais	0,00	0,00	131 979,64	4,71			131 979,64				Não			24.08.2015	730		23.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
248	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 313 - Escola Secundária de Mem Martins e Escola Secundária de Henriques Nogueira	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	17	16 236,67	0,06	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-24 597,48	-0,09	36 679,72	0,13	4 154,43	0,01		40 834,15			Não	1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540		17.10.2016			Indemnização - Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra
249	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 313 - Escola	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	16	-27 729,84	-0,10	Trabalhos a mais e a menos	-178 685,19	-0,64	150 955,35	0,54				150 955,35			Não	1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540		17.10.2016			Indemnização - Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de
250	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	Setor Empresarial do Estado	797/2016	Execução de obras de beneficiação e remodelação do Serviço de esterilização no hospital do Barreiro	Edifícios/Reabilitação	Saúde	588 500,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	6 328,36	1,08	Trabalhos a mais e a menos	-1 093,92	-0,19	7 422,28	1,26							Não			17.06.2016	90		15.09.2016	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
251	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1317/2015	EN1/IC2 P.S. ao caminho-de-ferro, ao Km 235,459 da linha do Norte - substituição do tabuleiro	Vias de comunicação	Estradas	667 952,51	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	76 386,01	11,44	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	0,00	0,00	61 738,51	9,24	14 647,50	2,19	38 008,20	38 377,81			Não			09.09.2015	120		30.06.2016	Sem inf.		
252	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	693/2013	Marcação Rodoviária - Lote IV - C0C5	Vias de comunicação	Estradas	998 537,42	CCP - Versão Inicial	5	-1 996,02	-0,20	Trabalhos a menos	-1 996,02	-0,20		0,00							Não			15.07.2013	180		23.10.2014	Sem inf.		
253	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1697/2014	IPAJ(A1) - Subloço Túnel do Marão/No de Parada de Cunhos	Vias de comunicação	Estradas	28 800 100,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	-1 672 262,59	-5,81	Trabalhos menos	-1 672 262,59	-5,81		0,00							Não			23.09.2014	450	89	15.03.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
254	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1317/2015	EN1/IC2 P.S. ao caminho-de-ferro, ao Km 235,459 da linha do Norte - substituição do tabuleiro	Vias de comunicação	Estradas	667 952,51	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	23 873,79	3,57	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	-24 230,39	-3,63	48 104,17	7,20			5 900,47	42 203,70			Não			09.09.2015	120		30.06.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
255	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	14/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 1858 - Escola Secundária Cunha Rivara, ES de Montemor-o-Novo e ES Conde Monsaraz	Edifícios/Reabilitação	Educação	31 974 896,00	CCP - Versão Inicial	9	-327 661,26	-1,02	Trabalhos a menos	-327 661,26	-1,02		0,00							Não	498 873,17		24.01.2011	450	30	11.11.2015	Sem inf.	Juros por anulação de multas aplicadas pela Parque Escolar, EPE	





N.º Dossil (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Valor indicado no Adicional (€)	% Contrato inicial	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsabil. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensão de prazo concedida (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.	
301	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1155/2015	Sinalização vertical 2015 - Lote II - COGP	Vias de comunicação	Estradas	886 588,36	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	-0,02	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-147 420,42	-16,06	61 038,00	6,88	81 382,40	9,18	81 382,40	61 038,00			Não			04.09.2015	365			03.09.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
302	Município Lisboa	Administração Local	379/2016	Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento - Zona Ocidental de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 761 918,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	188 404,05	6,82	Trabalhos a mais		0,00	188 404,05	6,82		0,00	188 404,05				Não			17.03.2016	365			07.04.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
304	Município Lisboa	Administração Local	380/2016	Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento - Zona Oriental de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 761 918,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	5	61 398,26	2,22	Trabalhos a mais		0,00	61 398,26	2,22		0,00	188 404,05				Não			17.03.2016	365			07.04.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
305	Município Lisboa	Administração Local	1367/2015	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona norte de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	3 099 986,21	CCP-DL 149/2012, de 12.07	14	46 942,96	1,51	Trabalhos a mais		0,00	46 942,96	1,51		0,00	46 942,96				Não			10.08.2015	730			09.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
306	Município Lisboa	Administração Local	1295/2015	Reabilitação de pavimentos e estruturas de drenagem na cidade de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	3 204 890,92	CCP-DL 149/2012, de 12.07	9	145 198,01	4,53	Trabalhos a mais		0,00	145 198,01	4,53		0,00	145 198,01				Não			31.07.2015	730			30.07.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
307	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1158/2015	Sinalização vertical 2015 - Lote V	Vias de comunicação	Estradas	999 691,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	-51,46	-0,01	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-156 474,68	-15,65	6 491,99	0,65	149 931,23	15,00	148 043,31	8 379,91			Não			09.07.2015	365	114			31.10.2016	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
308	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1157/2015	Sinalização vertical 2015 - Lote IV	Vias de comunicação	Estradas	924 247,41	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	0,00	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-289 307,72	-31,30		0,00	289 307,72	31,30	258 522,18	30 785,54			Não			29.05.2015	365			28.06.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
309	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 313 - Escola Secundária de Mem Martins e Escola	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	18	-19 373,45	-0,07	Trabalhos a mais e a menos	-43 956,96	-0,16	24 583,51	0,09		0,00	12 133,51	12 450,00			Não	1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540				17.10.2016		Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra
310	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 313 - Escola Secundária de Mem Martins e Escola Secundária de Henriques Nogueira	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	19	4 625,00	0,02	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	4 625,00	0,02		4 625,00			Não	1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540				17.10.2016		Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra
311	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	Setor Empresarial do Estado	797/2016	Execução de obras de beneficiação e remodelação do Serviço de esterilização no hospital do Barreiro	Edifícios/Reabilitação	Saúde	588 500,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	1 315,00	0,22	Trabalhos a mais		0,00	1 315,00	0,22		0,00					Não			17.06.2016	90				15.09.2016		
312	Município Lisboa	Administração Local	1402/2015	Obras de remodelação do edifício municipal sito na rua do Arsenal n.ºs 44/54, Torneja para a praça do Município n.º 1/7 - Financiamento Piparu	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	978 837,64	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	82 135,73	8,39	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-3 663,02	-0,37	10 747,94	1,10	71 387,79	7,29	46 386,66	35 749,07			Não			07.09.2015	180				27.11.2016		Não foi celebrado contrato adicional
313	Município Águeda	Administração Local	833/2015	Construção do Centro de Artes de Águeda	Edifícios	Cultura	3 980 432,54	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	152 633,01	3,83	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-4 655,22	-0,12	140 797,93	3,54	11 835,08	0,30	43 882,51	108 750,50			Não			12.02.2015	720			11.02.2017	Sem inf.		
314	Município Lisboa	Administração Local	900/2016	Reforço dos pilares e fundações do viaduto da Av. General Norton de Matos Frente ao C.C. Fonte Nova	Vias de comunicação	Estradas	400 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	10 691,30	2,67	Trabalhos a mais		0,00	10 691,30	2,67		0,00		10 691,30			Não			02.05.2016	180				29.10.2016		Não foi celebrado contrato adicional / Os trabalhos a mais correspondem a 51,88%
315	Município Aveiro	Administração Local	1001/2010	Construção do Centro de Alto Rendimento/CAB-SURF de São Jacinto	Edifícios	Desporto	875 407,55	CCP - Versão Inicial	2	9 881,40	1,13	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	9 881,40	1,13					Não			30.03.2011	365				31.12.2015		Houve um contrato de cessão da posição contratual, no valor de 282.013,96 €, consignada em 11.11.2015, enviado ao TdC em 03.12.2015
316	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	15	3 510,00	0,30	Trabalhos a mais		0,00		0,00	3 510,00	0,30		3 510,00			Não			26.06.2014	365	193		27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
317	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1830/2015	Reparação e manutenção de equipamentos semaforicos 2015 - Lote IV - COCS	Vias de comunicação	Estradas	153 836,05	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	-41,51	-0,03	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-6 525,90	-4,24		0,00	6 484,39	4,22	6 484,39				Não			30.09.2015	365			28.09.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
318	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1828/2015	Reparação e manutenção de equipamentos semaforicos 2015 - Lote II - COGP	Vias de comunicação	Estradas	121 903,54	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	-0,85	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-15 941,33	-13,08	343,60	0,28	15 596,88	12,79	15 596,88	343,60			Não			30.09.2015	365			29.09.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
319	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1830/2015	Reparação e manutenção de equipamentos semaforicos 2015 - Lote IV - COCS	Vias de comunicação	Estradas	153 836,05	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	-53,90	-0,04	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-16 533,10	-10,75		0,00	16 479,20	10,71	16 479,20				Não			30.09.2015	365			28.09.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
320	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1319/2015	Conservação corrente e operação na rede de alta prestação Norte 2015-2018	Vias de comunicação	Estradas	6 856 870,59	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	276 151,83	4,03	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	-43 636,86	-0,64	274 989,31	4,01	44 799,40	0,65	44 799,40	274 989,31			Não			04.09.2015	1093			01.09.2018	Sem inf.		



N.º Dossê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Valor indicado no Adicional (€)	% Contrato inicial	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsab. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação s/suspensão de prazo concedida (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.	
321	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1827/2015	Reparação e manutenção de equipamentos semaforicos 2015 - Lote I - CDSP	Vias de comunicação	Estradas	75 873,82	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	0,00	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões,	-5 643,71	-7,44	0,00		5 643,71	7,44	5 643,71							28.09.2015	365			27.09.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
322	Município Lisboa	Administração Local	1309/2015	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Sul de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 800 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	10	93 936,44	3,35	Trabalhos a mais		0,00	93 936,44	3,35		0,00	93 936,44							24.08.2015	730			23.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
323	Município Mafra	Administração Local	435/2016	Reabilitação e adaptação do edifício das futuras instalações da GNR da Ericeira	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	649 727,76	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	97 150,20	14,95	Trabalhos a mais e a menos	-8 323,08	-1,28	97 150,20	14,95		0,00								15.02.2016	240	18		31.10.2016	Sem inf.		
324	Universidade de Coimbra	Administração Central	1229/2014	Reabilitação das estufas e espaço Cência in Situ do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra	Edifícios/Reabilitação	Educação	953 470,76	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	40 987,92	4,30	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	40 987,92	4,30	40 987,92	40 987,92						15.09.2014	180	282		...	21.12.2015		
325	Universidade do Porto	Fundação	2649/2015	Museus da UP - Intervenção Parcial I	Edifícios/Reabilitação	Educação	525 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	17 640,33	3,36	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-2 604,00	-0,50	11 360,53	2,16	6 279,80	1,20	6 279,80	11 360,53						26.01.2016	240	39		31.10.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
326	Município Lisboa	Administração Local	684/2016	Requalificação de espaço público nos Largos da Graça, Santos e na Rua de Campolide	Obras de urbanização	Arranjos exteriores	4 275 104,66	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	0,00	0,00	Trabalhos a mais		0,00		0,00		0,00								09.05.2016	150			...	06.10.2016	Não foi celebrado contrato adicional e também não foram quantificados os trabalhos a mais que decorrem de achados arqueológicos no Largo da Graça	
327	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	Administração Central	1039/2015	Edifício das Orlas - Remodelação dos Pisos 1 e 2	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	1 049 995,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	50 678,80	4,83	Trabalhos a mais	-5 819,27	-0,55	56 498,07	5,38		0,00	19 140,21	37 357,86						14.09.2015	135	30		14.10.2016	Sem inf.		
328	Município Lisboa	Administração Local	395/2015	Beneficência geral, ampliação e espaços exteriores da EB1/JI Mestre Querubim Lappa - Financiamento Piparu	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 459 999,98	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	9 673,95	0,66	Trabalhos a mais		0,00	9 673,95	0,66		0,00		9 673,95						24.04.2015	300	121		29.12.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
329	Município Lisboa	Administração Local	1833/2015	Reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro Padre Cruz - Quarteirão Piloto (lote 2) - Financiamento PIPARU	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	1 089 699,82	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	47 568,49	4,37	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-23 284,64	-2,14		0,00	47 568,49	4,37	6 408,08	41 160,41						07.10.2015	365			02.11.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
330	Município Lisboa	Administração Local	685/2016	Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	6 991 276,76	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	97 486,79	1,39	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-27 868,03	-0,40		0,00	97 486,79	1,39								02.05.2016	365			02.05.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
331	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	2279/2015	Linha do Norte - Modernização do subtrópo 2.3 Alfaiões - Pampilhosa, renovação integral de via entre as estações de Alfaiões (PK 194,500) e Pampilhosa (PK 230,630), excluindo a estação de coimbra B (PK 216,800 - 218,000)	Vias de comunicação	Caminhos de ferro	30 542 288,25	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	47 135,01	0,15	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	52 070,66	0,17	52 070,66	47 135,01	4 935,65						15.03.2016	750			04.04.2018	Sem inf.	
332	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	789/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Leiria	Vias de comunicação	Estradas	6 083 859,58	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	-17,30	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-349 698,76	-5,75		0,00	349 681,45	5,75	349 681,45							15.07.2014	1095			14.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
333	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1830/2015	Reparação e manutenção de equipamentos semaforicos 2015 - Lote IV - CDSC	Vias de comunicação	Caminhos de ferro	153 836,05	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	0,00	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-4 821,56	-3,13		0,00	4 821,56	3,13	4 821,56							30.09.2015	365			28.09.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
336	Município Lisboa	Administração Local	1057/2015	Instalação da Escola da Baixa (JI +EB1) - Adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora - Financiamento Piparu	Edifícios/Reabilitação	Educação	2 279 213,41	CCP-DL 149/2012, de 12.07	5	19 118,83	0,08	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-1 075,05	-0,05	11 028,29	0,48	8 090,54	0,35		19 118,83						30.07.2015	540			26.01.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
337	Município Lisboa	Administração Local	1367/2015	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona norte de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	3 099 986,21	CCP-DL 149/2012, de 12.07	15	88 351,45	2,85	Trabalhos a mais		0,00	88 351,45	2,85		0,00	88 351,45							10.08.2015	730			09.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional / Os trabalhos a mais correspondem a 38,72% e os erros e omissões a 2,41%	
338	Município Estremoz	Administração Local	568/2013	Execução de infraestruturas da Zona Industrial de Arcos	Infraestruturas	Infraestruturas	2 237 769,22	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	107 409,63	4,80	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	107 409,63	4,80	107 409,63							08.10.2015	365			15.10.2016	Sem inf.		
339	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 313 - Escola Secundária de Mem Martins e Escola Secundária de Henriques Nogueira	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	21	2 315,40	0,01	Trabalhos a mais		0,00	2 315,40	0,01		0,00		2 315,40							08.10.2010	540			...	17.10.2016	Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra
340	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 313 - Escola Secundária de Mem	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	20	-2 349,41	-0,01	Trabalhos a mais e a menos	-10 634,37	-0,04	8 284,96	0,03		0,00		8 284,96							08.10.2010	540			...	17.10.2016	Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por: - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra



N.º Dossê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Valor indicado no Adicional (€)	% Contrato inicial	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsab. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensão de prazo concedida (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.		
364	Município Lisboa	Administração Local	2231/2014	Reconstrução/reabilitação do edifício sito na rua da Mouraria 36-40, freguesia do Socorro - Piparu	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	480 231,98	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	7 390,16	1,54	Trabalhos a mais e a menos	-527,12	-0,11	7 390,16	1,54	0,00							Não			13.11.2014	240	25		24.09.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
365	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	804/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Viana do Castelo	Vias de comunicação	Estradas	5 622 046,05	CCP-DL 149/2012, de 12.07	5	-45,79	0,00	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-166 822,67	-2,97	0,00		166 776,88	2,97	166 776,88					Não			02.07.2014	1095			01.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
366	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1102/2015	ção Rodoviária 2015	Vias de comunicação	Estradas	557 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	11 959,81	-0,01	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-39 160,53	-7,03	0,00		51 120,34	9,18	51 120,34					Não			12.08.2015	180		240	05.10.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
367	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3L3 - Escola Secundária de Mem	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	22	-57 161,73	-0,20	Trabalhos a menos	-57 161,73	-0,20	0,00		0,00							Não	1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540			17.10.2016		Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra	
368	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3L3 - Escola Secundária de Mem	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão Inicial	23	-52 503,94	-0,19	Trabalhos a menos	-52 503,94	-0,19	0,00		0,00							Não	1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540			17.10.2016		Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância. Multas por incumprimento do prazo de execução da obra	
369	Universidade do Porto	Fundação	2649/2015	Museus da UP - Intervenção Parcial I	Edifícios/Reabilitação	Educação	525 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	11 179,75	2,13	Trabalhos a mais e a menos	-10 462,89	-1,99	8 791,30	1,67	0,00	2 545,00	8 634,75					Não			26.01.2016	240	39		31.10.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
370	Universidade do Porto	Fundação	1114/2016	Requalificação da envolvente exterior dos edifícios da FAUP	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	395 062,95	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	43 505,06	11,01	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-105 065,73	-26,59	14 281,52	3,61	29 223,54	7,40	32 019,03	11 486,03					Não			16.05.2016	224			27.12.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional
371	Município Lisboa	Administração Local	1309/2015	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Sul de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 800 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	12	59 235,16	2,12	Trabalhos a mais		0,00	59 235,16	2,12	0,00		59 235,16					Não			24.08.2015	730			23.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
372	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1236/2016	EN 256 Variante à ponte do Albardeiro, incluindo nova ponte sobre o rio Degêbe	Vias de comunicação	Estradas	2 605 654,08	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	6 903,91	0,26	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	0,00		6 903,91	0,26	6 903,91					Não			05.08.2016	300			01.06.2017	Sem inf.		
373	Município Lisboa	Administração Local	2231/2014	Reconstrução/reabilitação do edifício sito na rua da Mouraria 36-40, freguesia do Socorro - Piparu	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	480 231,98	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	8 542,54	1,78	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	7 240,25	1,51	1 302,29	0,27	6 602,38	1 943,16					Não			13.11.2014	240	25		24.09.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional
374	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	652/2015	EN 118, Km 43+400, Ponte da Vela - Reforço estrutural dos pilares	Vias de comunicação	Estradas	414 160,72	CCP-DL 149/2012, de 12.07	4	-5 084,78	-1,23	Trabalhos a menos	-5 084,78	-1,23	0,00		0,00							Não			09.03.2015	170	345		24.12.2015			
375	Município Cuba	Administração Local	2125/2016	Requalificação e valorização da casa Fialho de Almeida	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	629 692,90	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	16 819,83	2,67	Trabalhos a mais		0,00	16 819,83	2,67	0,00		16 819,83					Não			19.09.2016	270	30		28.02.2017			
376	Município Lisboa	Administração Local	684/2016	Requalificação de espaço público nos Largos da Graça, Santos e na Rua de Campolide	Obras de urbanização	Arranjos exteriores	4 275 104,66	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	124 220,10	2,91	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-75 400,30	-1,76	30 902,73	0,72	93 317,37	2,18							Não			09.05.2016	150			06.10.2016		Não foi celebrado contrato adicional
377	Município Lisboa	Administração Local	685/2016	Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	6 991 276,76	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	111 217,27	1,59	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-49 943,97	-0,71	0,00		111 217,27	1,59		111 217,27				Não			02.05.2016	365			02.05.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
379	SMAS Almada	Administração Local	1597/2015	Construção e remodelação de infraestruturas da ETAR do Valdeão	Infraestruturas	Saneamento básico	1 032 374,04	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	19 727,00	1,91	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	0,00		19 727,00	1,91						Não			29.10.2015	210	61		30.12.2016			
													-31 084 721,34			16 974 812,00			17 996 283,52			22 080 457,28			8 369 142,45			367 901,80			26 193,01			

Cor azul nos quadros significa valores repetidos

Total dossiês 359

Tmenos -31 084 721,34  
Tmais 16 974 812,00  
E/O 17 996 283,52  
Preços contratuais 22 080 457,28  
Preços novos 8 369 142,45  
E/O - Dono Obra 367 901,80  
E/O - Empreit 26 193,01

#REF!

34 971 095,52

30 449 599,45

394 094,81



N.º Dossê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Valor compensado	% compensada	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou respons. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indenização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensões de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.	
244	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	805/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Faro	Vias de comunicação	Estradas	4 254 342,38	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	-414 850,70	-9,75	15 804,00	0,37	399 022,44	9,38			399 022,44	15 804,00			Não			21.07.2014	1095		20.07.2017	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
192	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1103/2015	Marcação rodoviária 2015 - Lote III	Vias de comunicação	Estradas	896 576,68	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos	-82 575,06	-9,21		0,00	82 568,98	9,21			82 568,98				Não			22.06.2015	180	222	—	28.07.2016		Foi efetuada a compensação de trabalhos	
301	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1155/2015	Sinalização vertical 2015 - Lote II - COGP	Vias de comunicação	Estradas	886 588,36	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-142 420,42	-16,06	61 038,00	6,88	81 382,40	9,18			81 382,40	61 038,00			Não			04.09.2015	365		03.09.2016	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
279	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1105/2015	Marcação rodoviária 2015 - Lote V	Vias de comunicação	Estradas	773 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-70 736,57	-9,15		0,00	69 396,40	8,98			69 396,40				Não			17.06.2015	180	120	—	10.08.2016		Foi efetuada a compensação de trabalhos	
360	Município Lisboa	Administração Local	1402/2015	Obras de remodelação do edifício municipal sito na rua do Arsenal n.ºs 44/54, Torneja para a praça do Município n.ºs 1/7 - Financiamento Piganu	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	978 837,64	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-3 663,02	-0,37	51 180,49	5,23	83 249,19	8,50			70 753,06	63 676,62			Não			07.09.2015	180		—	27.11.2016		Não foi celebrado contrato adicional	
350	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	935/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Beja	Vias de comunicação	Estradas	8 305 648,49	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2 e 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-669 100,24	-8,06	110 289,28	1,33	688 283,33	8,29			688 283,33	110 289,28			Não			01.08.2014	1095		31.07.2017	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
271	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	934/2014	EN 10 - Ponte de Sacavém sobre o Rio Trancão	Vias de comunicação	Estradas	2 549 067,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3 a 5	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-211 969,08	-8,32		0,00	209 510,99	8,22			87 251,31	122 259,68			Não			09.02.2015	365	34	26.05.2016	Sem Inf.			
190	Município Lisboa	Administração Local	1369/2015	Emprelhada n.º 2505/14/DMHDS/DP H - Renovação de fogos e zonas comuns das torres do Alto da Eira - Financiamento	Edifícios/Reabilitação	Social	524 316,04	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-31 658,18	-6,04	4 515,00	0,86	40 137,51	7,66			15 581,30	29 071,21	3 006,60	3 006,60	Não			06.08.2015	150	195	03.06.2016	Sem Inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
321	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1827/2015	Reparação e manutenção de equipamentos semafóricos 2015 - Lote I - COGP	Vias de comunicação	Estradas	75 873,82	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões,	-5 643,71	-7,44		0,00	5 643,71	7,44			5 643,71				Não			28.09.2015	365		27.09.2016	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
370	Universidade do Porto	Fundação	1114/2016	Requalificação da envolvente exterior dos edifícios da FAUP	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	395 062,95	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-107 228,94	-27,14	14 281,52	3,61	29 223,54	7,40			32 019,03	11 486,03			Não			16.05.2016	224		27.12.2016	Sem Inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
344	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1018/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Viseu	Vias de comunicação	Estradas	5 943 239,18	CCP-DL 149/2012, de 12.07	4 e 5	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-439 076,39	-7,39		0,00	439 073,58	7,39			439 073,58				Não			01.08.2014	1095		31.07.2017	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
352	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	917/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Coimbra	Vias de comunicação	Estradas	6 435 113,75	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3 e 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-413 944,36	-6,43		0,00	413 935,97	6,43			413 935,97				Não			01.08.2014	1095		31.07.2017	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
149	Universidade de Coimbra	Administração Central	1229/2014	Reabilitação das estufas e espaço Cência in Situ do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra	Edifícios/Reabilitação	Educação	953 470,76	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	61 262,92	6,43				61 262,92				Não			15.09.2014	180	282	—	21.12.2015		
377	Município Lisboa	Administração Local	685/2016	Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	6 991 276,76	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-160 398,52	-2,29	6 000,00	0,09	418 158,29	5,98			196 474,23	130 167,27			Não			02.05.2016	365		02.05.2017	Sem Inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
282	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1104/2015	Marcação rodoviária 2015 - Lote IV	Vias de comunicação	Estradas	616 995,06	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2,3 e 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-173 849,84	-28,18	134 665,02	21,83	36 646,91	5,94			164 809,95	4 523,37			Não			18.05.2015	180	150	90	—	12.05.2016		
332	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	789/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Leiria	Vias de comunicação	Estradas	6 083 859,58	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-484 757,02	-7,97	135 021,54	2,22	349 681,45	5,75			484 702,99				Não			15.07.2014	1095		14.07.2017	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
358	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	946/2014	Conservação corrente por contrato 2013/2016 Distrito de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	5 840 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	5 e 6	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-773 561,48	-13,25	462 276,53	7,92	311 281,50	5,33			773 558,03				Não			28.07.2014	1095		27.07.2017	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
57	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	327/2012	Manutenção nas especialidades de via e catenária - Lote 5	Vias de comunicação	Caminhos de ferro	26 682 184,57	CCP - Versão inicial	1	Trabalhos a mais		0,00	218 332,71	0,82		0,00	218 332,71	0,82					Não			16.07.2012	1080		—	16.07.2015			
156	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1897/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Évora	Vias de comunicação	Estradas	5 625 833,18	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-342 946,03	-6,10	48 087,84	0,85	294 855,80	5,24			293 456,30	49 487,34			Não			01.10.2014	1095		30.09.2017	Sem Inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
272	Município Lisboa	Administração Local	1822/2015	Promoção da acessibilidade e segurança para todos na rede pedonal	Infraestruturas	Infraestruturas	2 100 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00		0,00	107 967,98	5,14				107 967,98				Não			05.10.2015	730		04.10.2017	Sem Inf.	Não foi celebrado contrato adicional	

N.º Dossiê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Valor compensado	% compensada	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsabil. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensão de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.		
329	Município Lisboa	Administração Local	1833/2015	Reabilitação urbana da zona de alvaranas do Bairro Padre Cruz - Quarteirão Piloto (lote 2) - Financiamento PIPARU	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	1 089 699,82	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-25 367,94	-2,33	0,00		53 948,19	4,95			6 408,08	47 540,11			Não			07.10.2015	365			02.11.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
371	Município Lisboa	Administração Local	1309/2015	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Sul de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 800 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2 a 12	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	894 586,77	31,95	137 470,76	4,91			894 586,77	137 470,76			Não			24.08.2015	730			23.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional		
195	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1518/2013	EN3 - 2 - Ponte do Reguengo sobre a vala da Azambuja ao Km 4+260. Substituição da obra de arte	Vias de comunicação	Estradas	1 024 140,85	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	-22 747,76	-2,22	0,00			0,00							Não			06.01.2014	365	311		13.11.2015	Sem inf.			
82	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Setor Empresarial do Estado	1268/2014	Construção das infraestruturas de rega, viárias e de drenagem dos Blocos de Beringel e Álamo	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	7 142 729,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	208 232,82	2,92	344 928,88	4,83								Não			16.09.2014	480			—	24.02.2016		
338	Município Estremoz	Administração Local	568/2013	Execução de infraestruturas da Zona Industrial de Arcos	Infraestruturas	Infraestruturas	2 237 769,22	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	0,00		107 409,63	4,80			107 409,63					Não			08.10.2015	365			15.10.2016	Sem inf.		
221	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Setor Empresarial do Estado	1786/2014	Construção das infraestruturas de rega, viárias e de drenagem do Bloco Roxo-Sado	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	12 998 538,77	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	10 276,00	0,08	622 782,60	4,79			397 806,89	235 251,70				Não			27.10.2014	510	96		—	31.07.2016		
5	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	162/2015	EN 108, Km 34+000, Km 34+950, Km 35+800, Km 37+000, Km 38+000, Km 59+500. EN 101, Km 142+800, Km 149+000. Estabilização e proteção de taludes de escavação. Intempéries 2012-2013	Vias de comunicação	Estradas	567 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	Trabalhos a mais e de suprimento de erros e omissões	-47 685,68	-8,41	161,67	0,03	24 823,00	4,38			24 984,67					Não			16.03.2015	140	85		27.10.2015	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
127	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1019/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Castelo Branco	Vias de comunicação	Estradas	4 688 122,04	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-200 610,19	-4,28	0,00		200 606,05	4,28			200 606,05					Não			01.08.2014	1095			31.07.201	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
347	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1071/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Vila Real	Vias de comunicação	Estradas	5 623 449,52	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3 e 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-231 789,05	-4,12	0,00		231 724,05	4,12			231 724,05					Não			01.08.2014	1095			31.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
253	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1697/2014	IPM(A4) - Sublance Túnel do Marão/Nó de Parada de Cunhos	Vias de comunicação	Estradas	28 800 100,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2 e 3	Trabalhos a mais e a menos	-2 329 416,03	-8,09	627 957,74	2,18		0,00			334 795,74	293 162,00				Não			23.09.2014	450	89		15.03.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
87	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1217/2015	Conclusão das obras de modernização da escola secundária do Castelo da Maia, na Maia	Edifícios/Reabilitação	Educação	3 750 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos	-20 245,30	-0,54	0,00		152 485,86	4,07				152 485,86				Não			09.07.2015	165	56		—	31.05.2016		Foi efetuada a compensação de trabalhos
177	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1147/2015	EN306 - PH do Ribeiro das Pias ao Km 14+419 e ponte ao Km 24+667. EN202 - PH ao Km 18+587 e ponte de Ferreira ao Km 23+759. Reabilitação e alargamento ou substituição das obras de arte	Vias de comunicação	Estradas	383 613,80	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-1 700,00	-0,44	0,00		13 737,93	3,58			13 737,93					Não			11.08.2015	210	118		01.07.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
47	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Setor Empresarial do Estado	1296/2014	Construção das infraestruturas de rega, viárias e de drenagem do Bloco de Beja	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	19 002 753,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	13 671,25	0,07	678 819,95	3,57			391 723,86	300 767,34				Não			22.09.2014	540			—	12.02.2016		
337	Município Lisboa	Administração Local	1367/2015	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona norte de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	3 099 986,21	CCP-DL 149/2012, de 12.07	4 a 15	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	1 059 614,75	34,18	105 276,28	3,40			1 025 646,24	139 244,79				Não			10.08.2015	730			09.08.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional / Os trabalhos a mais correspondem a 38,73% e os erros e omissões a 2,41%	
120	Libeo Ocidental, SRU, EM, S.A.	Setor Empresarial Local	1798/2013	Reabilitação do espaço público e renovação das infraestruturas da Calçada da Ajuda, em Lisboa	Infraestruturas	Infraestruturas	1 625 922,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	6 a 9	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-261 790,58	-16,10	308 677,44	18,98	51 604,83	3,17			98 876,24					Não			18.06.2014	540	56		29.02.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional, nem foi remetido Anexo	
270	Município Lisboa	Administração Local	2380/2014	Construção de creche no Beco do Loureiro 16 - Alfama Financiamento de PIPARU	Edifícios	Educação	1 225 521,77	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	0,00		37 259,74	3,04								Não			26.03.2015	450			—	19.08.2016		Não foi celebrado contrato adicional
80	Município Santo Tirso	Administração Local	936/2013	Parque urbano da Rabada - Área Desportiva	Infraestruturas	Desporto e atividades	1 572 117,71	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e trabalhos a menos	-102 605,46	-6,53	143 742,44	9,14	43 225,27	2,75					41 905,00	1 320,27		Não			12.08.2013	180	60	480	—	16.11.2015		

N.º Dossiê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Valor compensado	% compensada	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsabil. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensão de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.		
122	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1544/2014	Conservação corrente por contrato 2013-2016 Distrito de Guarda	Vias de comunicação	Estradas	4 733 285,53	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-129 313,16	-2,73	0,00		129 305,20	2,73			129 305,20				Não			18.09.2014	1095			19.09.2017	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
281	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	161/2015	Eletificação do troço Caste-Marco-Linha do Douro	Vias de comunicação	Caminhos de ferro	6 171 486,91	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-110 747,41	-1,79	0,00		162 263,79	2,63			19 262,61	8 026,59	111 153,64		Não			18.05.2015	450			10.08.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos		
142	Município Lisboa	Administração Local	1299/2013	Consolidação estrutural de 3 edifícios em Alameda Rua S. João da Praça 6-8 com Beco do Guedes 2-4, Rua S. João da Praça 2-4 com Rua da Adça 1 e Rua da Adça 3-3A Freguesia de S. Miguel - Financiamento de Piparu	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	396 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	5	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-14 724,59	-3,72	12 103,06	3,06	9 981,15	2,52								Não			03.10.2013	180	454			15.09.2015	Não foi celebrado contrato adicional	
124	Município Odemira	Administração Local	1577/2015	Requalificação e valorização de Vila Nova de Milfontes - Zona 1B	Vias de comunicação	Estradas	617 525,85	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos		0,00	0,00		14 705,46	2,38			14 705,46		7 468,68	7 468,68	Não			09.08.2015	210			04.06.2016	Sem inf.			
131	Município Alandroal	Administração Local	1060/2013	Reabilitação e ampliação de edifício para forças de segurança	Edifícios/Reabilitação	Edifícios	489 526,39	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-30 143,71	-6,16	41 382,38	8,45	11 492,96	2,35			22 658,93	30 216,41	5 746,48	5 746,48	Não			16.12.2014	365			05.08.2016	Sem inf.			
200	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	2136/2014	ER385 - Safara (Km 37+070) e Vila Verde de Ficalho (Km 56+510) - Reabilitação	Vias de comunicação	Estradas	3 110 614,26	CCP-DL 149/2012, de 12.07	6	Trabalhos a menos	-151 484,98	-4,87	0,00			0,00							Não			26.01.2015	270			23.10.2015	Sem inf.			
254	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1317/2015	EN1/C2 P.S. ao caminho-de-ferro, ao km 235,459 da linha do Norte - substituição do tabuleiro	Vias de comunicação	Estradas	667 952,51	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1,2 e 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-75 182,71	-11,26	160 795,00	24,07	14 647,50	2,19			43 908,67	131 533,83				Não			09.09.2015	120			30.06.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
376	Município Lisboa	Administração Local	684/2016	Requalificação de espaço público nos Largos da Graça, Santos e na Rua de Campolide	Obras de urbanização	Arranjos exteriores	4 275 104,66	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-75 400,30	-1,76	30 902,73	0,72	93 317,37	2,18								Não			09.05.2016	150			06.10.2016		Não foi celebrado contrato adicional. Não foi celebrado contrato adicional e também não foram quantificados os trabalhos a mais que decorrem de achados arqueológicos no Largo da Graça	
144	Município Oeiras	Administração Local	2135/2014	Construção do Centro de Saúde de Carnaxide	Edifícios	Saúde	2 099 800,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-61 729,29	-2,94	0,00		42 720,06	2,03							Não			04.05.2015	270	81		31.05.2016	Sem inf.			
165	Município Ovar	Administração Local	1513/2015	Beneficiação da Rua Camilo Castelo Branco, Rua dos Irmãos Oliveira Lopes e envolventes Ovar	Vias de comunicação	Estradas	435 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-5 102,50	-1,17	1 630,90	0,37	8 750,00	2,01			3 654,00	6 726,90				Não			27.08.2015	300			25.06.2016			
21	Município Aveiro	Administração Local	1612/2011	Ampliação/Requalificação da EB1 da Vera Cruz	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 245 000,00	CCP - Versão inicial	4,5 e 6	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-6 256,80	-0,50	18 908,72	1,52	23 884,08	1,92	36 536,00	2,93						Não			01.07.2013	540			31.07.2015	15.09.2015		
374	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	652/2015	EN 118, Km 43+400, Ponte de Vab - Reforço estrutural dos pilares	Vias de comunicação	Estradas	414 160,72	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2 a 4	Trabalhos a mais e a menos	-68 388,38	-16,51	130 731,48	31,57		0,00			21 051,00	109 680,48				Não			09.03.2015	170	345		24.12.2015			
245	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	663/2014	Uniformização, Reparação e Manutenção de equipamentos Semafóricos - 2014 - lote III	Vias de comunicação	Estradas	177 150,06	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3	Trabalhos a menos	-9 210,77	-5,20	0,00			0,00								Não			01.04.2014	365			29.08.2015	Sem inf.		
379	SMAS Almada	Administração Local	1597/2015	Construção e remodelação de infraestruturas da ETAR do Valdeão	Infraestruturas	Saneamento básico	1 032 374,04	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	30 832,64	2,99	19 727,00	1,91								Não			29.10.2015	210	61		30.12.2016			
315	Município Aveiro	Administração Local	1001/2010	Construção do Centro de Alto Rendimento/CAR-SURF de São Jacinto	Edifícios	Desporto	875 407,55	CCP - Versão inicial	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	13 733,21	1,57	16 672,66	1,90	30 405,87	3,47						Não			30.03.2011	365			31.12.2015		Houve um contrato de cessão da posição contratual, no valor de 282.013,96 €, consignada em 11.11.2015, enviado ao TdC em 03.12.2015	
38	Município Lisboa	Administração Local	500/2014	Reabilitação e adaptação dos edifícios municipais sítos na Av. Da Índia, n.º 110 e 110A e Travesa dos Algarves, n.ºs 2, 3, 4 e 5, com vista à instalação da Casa da América Latina e UCCIA	Edifícios/Reabilitação	Cultura	2 429 297,08	CCP-DL 149/2012, de 12.07	4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-9 214,86	-0,38	0,00		45 034,45	1,85					45 034,45				Não			04.06.2014	270	338		15.02.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional
356	Município Lisboa	Administração Local	380/2016	Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento - Zona Oriental de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 761 918,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 7	Trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais		0,00	856 908,71	31,03	50 685,56	1,84			445 732,40	46 666,28				Não			17.03.2016	365			07.04.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
316	Universidade do Porto	Fundação	1446/2014	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Edifícios/Reabilitação	Educação	1 173 722,17	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3 a 15	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-31 259,94	-2,66	69 847,68	5,95	20 721,57	1,77			18 917,44	71 651,82	7 027,30	3 097,63	Não			26.06.2014	365	193		27.05.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional		

N.º Dossiê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Valor compensado	% compensada	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou respons. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indenização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação s/suspensão s de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.	
162	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1893/2016	EN 13 - Entre LC Mais/Vila do Conde (Km 9+600) e ligação IC1/A28 (Km 18+200) - Reabilitação	Vias de comunicação	Estradas	1 648 288,62	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-22 240,15	-1,35	0,00		28 145,52	1,71			28 145,52				Não			24.11.2014	180		70	—	31.07.2015	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
361	Município Lisboa	Administração Local	395/2015	Beneficiação geral, ampliação e espaços exteriores da EB1/3 Mestre Querubim Lapa - Financiamento Piparu	Edifícios/ Reabilitação	Educação	1 459 999,98	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais		0,00	10 839,22	0,74	23 651,41	1,62			3 355,71	9 673,95			Não			24.04.2015	300	332		29.12.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
341	Município Lisboa	Administração Local	1057/2015	Instalação da Escola da Baixa (JI +EB1) - Adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora - Financiamento Piparu	Edifícios/ Reabilitação	Educação	2 279 213,41	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 6	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-5 252,73	-0,23	69 022,61	3,03	34 713,72	1,52				58 284,41				Não			30.07.2015	540			26.01.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional
30	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	568/2015	Conclusão da empreitada de execução das obras de modernização da Escola Secundária D. Dinis, em Santo Tirso	Edifícios/ Reabilitação	Educação	4 838 545,59	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	0,00		73 228,81	1,51							Não			27.04.2015	240			—	23.01.2016		
218	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	2669/2015	Conclusão da empreitada de execução das obras de modernização da Escola Secundária de Ponte de Lima	Edifícios/ Reabilitação	Educação	9 948 068,08	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-45 842,50	-0,46	0,00		126 969,97	1,28				123 048,80				Não			28.01.2016	450	251		—	28.04.2017	Foi efetuada a compensação de trabalhos
369	Universidade do Porto	Fundação	2649/2015	Museus da UP - Intervenção Parcial I	Edifícios/ Reabilitação	Educação	525 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-41 593,61	-7,92	74 180,77	14,13	6 279,80	1,20			8 824,80	19 995,28			Não			26.01.2016	240	39		31.10.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
216	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	350/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EN3 - Escola Secundária Soares de Basto, em	Edifícios/ Reabilitação	Educação	17 192 156,36	CCP - Versão inicial	5 a 8	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-463 476,88	-2,70	213 346,87	1,24	169 716,65	0,99	-80 413,36	-0,47		383 063,52				Não	415 309,72		22.02.2011	720		180	31.01.2016	Sem inf.	Reequilíbrio financeiro por suspensão da obra e juros de mora
241	Município Chaves	Administração Local	1194/2016	Remodelação e beneficiação do estádio municipal Eng.º Branco Teixeira - 1ª fase	Edifícios/ Reabilitação	Desporto	669 900,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-4 250,53	-0,63	90 084,84	13,45	6 116,59	0,91			4 409,09	91 792,34			Não			17.05.2016	75	7		04.08.2016	Sem inf.		
295	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1820/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3E54 - Escola Secundária Lousa	Edifícios/ Reabilitação	Educação	12 587 000,00	CCP - Versão inicial	5 a 7	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-1 497 820,85	-11,90	326 967,46	2,60	114 527,54	0,91	-1 056 325,85	-8,39		424 683,23			Não	507 733,59	618 536,65	24.01.2011	540	185		29.11.2016	Sem inf.	Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por: custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - trabalhos executados e não pagos. Multas por incumprimento de prazo.	
40	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Setor Empresarial do Estado	1267/2014	Continuação das infraestruturas de rega, várias e de drenagem dos Blocos 3 e 4 de São Matias	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	16 885 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	72 152,67	0,43	150 713,62	0,89			64 174,09	158 692,20			Não			16.09.2014	450			—	06.01.2016		
18	DGRDN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	Administração Central	1833/2014	Construção do Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica - Campus de Saúde Militar	Edifícios	Saúde	1 217 424,49	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-15 970,13	-1,31	56 690,56	4,66	10 349,41	0,85			57 881,72	9 158,25			Não			20.10.2014	270			—	19.07.2015	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
157	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	225/2013	EN15 Penafiel (Km31+600) e Amarante (Km57+800) - Reabilitação	Vias de comunicação	Estradas	3 699 625,89	CCP - Versão inicial	6	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-59 056,16	-1,60	0,00		28 345,15	0,77	-30 711,01	-0,83	28 345,15				Não			21.05.2013	270			31.07.2015	Sem inf.	Compensação legalmente admissível	
154	Município Lisboa	Administração Local	2230/2014	Reabilitação de conjunto de edifícios - Pátio José Pereira - Rua do Reconhecimento 35 e Beco do Leão 2-4, Freguesia do Castelo	Edifícios/ Reabilitação	Social	414 500,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	8 e 9	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-1 705,79	-0,41	356,07	0,09	3 068,89	0,74			1 710,92	800,17			Não			27.01.2015	180		153	—	30.07.2016	Não foi celebrado contrato adicional	
292	Município Lisboa	Administração Local	547/2015	Requalificação e conservação do Palácio das Galveias Financiamento Piparu	Edifícios/ Reabilitação	Cultura	1 787 812,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-18 709,77	-1,05	77 634,64	4,34	12 392,24	0,69				71 349,57				Não			24.04.2015	330	161		—	11.11.2016	Não foi celebrado contrato adicional
90	IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	Administração Central	100/2015	Obras de remodelação e ampliação do Palácio da Justiça de Loures, no âmbito da Reforma da Organização Judiciária	Edifícios/ Reabilitação	Justiça	2 848 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais		0,00	707,45	0,02	19 242,84	0,68				19 242,84				Não			14.04.2015	304	10		26.04.2016	Sem inf.	
320	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1319/2015	Conservação corrente e operação na rede de alta prestação Norte 2015-2018	Vias de comunicação	Estradas	6 856 870,59	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	-43 636,86	-0,64	274 989,31	4,01	44 799,40	0,65			44 799,40	274 989,31			Não			04.09.2015	1093			01.09.2018	Sem inf.		



N.º Dossiê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Valor compensado	% compensada	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsabil. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensão de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.	
26	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	887/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3ECA - Escola Secundária de Dr. Mário Sacramento, em Aveiro e EB e Secundária de Oliveira de Frades	Edifícios/Reabilitação	Educação	32 498 930,00	CCP - Versão inicial	18	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	-84 407,79	-0,26	0,00	180 746,22	0,56	96 338,43	0,30	180 746,22					Não	139 840,84		27.05.2011	540		Diversos	09.2014	Sem inf.	Juros por atraso de pagamentos	
53	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Setor Empresarial do Estado	939/2013	Construção do circuito hidráulico Amoreira-Caliços do Empedimento de Fins Múltiplos de Alqueva	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	19 730 000,00	CCP - Versão inicial	1	Trabalhos a mais e a menos	-52 687,15	-0,27	82 564,41	0,42			29 877,26	0,15	24 075,86	58 488,55			Não			09.08.2013	540			—	31.03.2016		
111	Município Aveiro	Administração Local	89/2014	Construção da Unidade de Saúde Familiar de Cacia	Edifícios	Saúde	618 380,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-12 832,20	-2,08	0,00	3 054,50	0,49								Não			11.11.2014	365			11.11.2015	20.04.2016		
134	IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	Administração Central	947/2015	Remodelação e ampliação do Palácio da Justiça do Funchal, no âmbito da reforma da organização judiciária	Edifícios/Reabilitação	Justiça	1 965 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais	0,00		1 882,83	0,10	8 696,58	0,44							Não			06.07.2015	420			29.08.2016	Sem inf.		
28	Município Lisboa	Administração Local	2379/2014	Beneficiação geral da EB1 e n.º 2 do Parque Silva Porto-PIPARU	Edifícios/Reabilitação	Educação	2 198 484,70	CCP-DL 149/2012, de 12.07	6	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-22,33	0,00	2 670,31	0,12	9 167,82	0,42					5 379,94	3 787,88	Não			26.03.2015	300			—	12.02.2016	Não foi celebrado contrato adicional	
193	Município Aveiro	Administração Local	315/2012	Parque da sustentabilidade /PDS/Ponte pedonal Ligação Baixa de Santo António ao Parque Infante D. Pedro	Obras de urbanização	Arranjos exteriores	658 921,90	CCP - Versão inicial	2	Trabalhos a mais e a menos	-20 565,59	-3,12	20 565,59	3,12			0,00	0,00					Não			12.03.2012	365		890	—	09.05.2016		
129	Município Aveiro	Administração Local	1109/2014	Construção da Unidade de Saúde Familiar de Esqueva	Edifícios	Saúde	662 651,61	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-7 166,23	-1,08	0,00	2 749,85	0,41								Não			02.02.2015	360			18.12.2015	Sem inf.		
81	Universidade do Porto	Fundação	2503/2015	Ampliação e Reconversão da cafeteria e construção da guarda nas instalações do ICBAS e FFUP	Edifícios/Reabilitação	Educação	399 727,38	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	0,00		0,00	1 636,99	0,41				1 636,99				Não			23.11.2015	150			21.04.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
286	Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	Setor Empresarial Local	2736/2015	Construção de um edifício habitacional na Rua da Aliança Operária, n.º 28-30, em Lisboa	Edifícios	Social	504 659,06	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	0,00		4 673,90	0,93	1 963,74	0,39				5 296,16	1 341,48			Não			08.01.2016	300			30.11.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional, nem foi remetido Anexo
42	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Setor Empresarial do Estado	1529/2014	Construção das infraestruturas de rega, viárias e de drenagem dos Blocos de Baronia e Alvitto Altos e Alvitto Baixo	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	10 732 117,75	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	0,00		4 030,00	0,04	38 902,55	0,36			34 240,19	8 692,36			Não			22.09.2014	540			—	21.03.2016		
313	Município Águeda	Administração Local	833/2015	Construção do Centro de Artes de Águeda	Edifícios	Cultura	3 980 432,54	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-10 725,71	-0,27	191 339,47	4,81	12 863,57	0,32			55 658,87	148 544,17			Não			12.02.2015	720			11.02.2017	Sem inf.		
314	Município Lisboa	Administração Local	900/2016	Reforço dos pilares e fundações do viaduto da Av. General Norton de Matos Frente ao C.C. Fonte Nova	Vias de comunicação	Estradas	400 000,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 3	Trabalhos a mais e a menos	-185 517,22	-46,38	207 521,09	51,88			22 003,87	5,50		196 208,52			Não			02.05.2016	180			—	29.10.2016	Não foi celebrado contrato adicional / Os trabalhos a mais correspondem a 51,88%	
170	Município Beja	Administração Local	1219/2015	Centro de arqueologia e artes	Edifícios	Cultura	2 236 215,86	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais	-1 036 736,65	-46,36	894 486,35	40,00			-142 250,30	-6,36					Não			16.10.2015	270	155	15.12.2016	Sem inf.			
252	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	693/2013	Marcação Rodoviária - Lote IV- COCS	Vias de comunicação	Estradas	998 537,42	CCP - Versão inicial	5	Trabalhos a menos	-1 996,02	-0,20	0,00				-1 996,02	-0,20					Não			15.07.2013	180			23.10.2014	Sem inf.		
50	Município Lisboa	Administração Local	1056/2015	Reabilitação de pavimentos na cidade de Lisboa - II	Vias de comunicação	Estradas	667 681,44	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3 e 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	0,00		41 621,19	6,23			0,00		41 621,19				Não			08.06.2015	365			07.06.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
64	Município Ponte de Lima	Administração Local	1234/2015	Reconstrução de açude no Rio Lima	Obras hidráulicas	Obras fluviais	447 250,16	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais	0,00		171 645,10	38,38			0,00						Não			19.06.2015	120	40	—	30.11.2015			
119	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1154/2015	Sinalização vertical 2015 - Lote I	Vias de comunicação	Estradas	809 565,66	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-299 180,87	-36,96	299 066,32	36,94			0,00		261 710,32				Não			11.08.2015	365			10.08.2016	Sem inf.	Foi efetuada a compensação de trabalhos	
183	IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	Administração Central	867/2012	Construção do novo edifício do Instituto Nacional de Medicina Legal em Coimbra	Edifícios	Justiça	5 771 641,83	CCP - Versão inicial	4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	0,00		16 004,00	0,28	17 996,56	0,31	34 000,56	0,59	7 012,19	26 958,37			Não			20.12.2012	900		70	18.08.2016	Sem inf.		

N.º Dossiê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Valor compensado	% compensada	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de cocontrante (€)	Acionou respons. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indemnização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação s/suspensões de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.	
83	Município Lisboa	Administração Local	1294/2015	Reabilitação de pavimentos na cidade de Lisboa - I	Vias de comunicação	Estradas	648 045,34	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3 a 5	Trabalhos a mais		0,00	244 283,95	37,70		0,00			219 119,13	25 164,82			Não			20.07.2015	365			19.07.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
306	Município Lisboa	Administração Local	1295/2015	Reabilitação de pavimentos e estruturas de drenagem na cidade de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	3 204 890,92	CCP-DL 149/2012, de 12.07	3 a 9	Trabalhos a mais		0,00	1 116 676,27	34,84		0,00			1 116 676,27				Não			31.07.2015	730			30.07.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
2	Município Mealhada	Administração Local	857/2014	Centro Escolar da Mealhada	Edifícios	Educação	2 774 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	7 e 8	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	0,00	0,00	7 806,22	0,28			6 808,18	998,04	804,89	804,85	Não			11.08.2014	450	4	22	26.11.2015	Sem inf.		
217	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral	Setor Empresarial do Estado	360/2015	Qualificação e valorização dos Portinhos de Odemira	Obras marítimas	Proteção costeira	501 949,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos a mais		0,00	154 610,85	30,80		0,00				138 470,90				Não			22.04.2015	240	110	133	29.08.2016	Sem inf.	
293	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1826/2015	EN225 - P5 350 Km 17+400, EN109 - PH ao Km 34+400 e ponte ao Km 53+324 a 68+320, EN 100 Km	Vias de comunicação	Estradas	541 985,01	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-33 980,71	-6,27	15 638,58	2,89	1 476,86	0,27			7 311,84	9 803,60			Não			12.10.2015	150	81		09.07.2016			
351	Município Lisboa	Administração Local	379/2016	Reabilitação de arranjos e estruturas de saneamento - Zona Ocidental de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	2 761 918,97	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 3	Trabalhos a mais		0,00	708 973,66	25,67		0,00			708 973,66				Não			17.03.2016	365			07.04.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
227	Município Lisboa	Administração Local	1310/2015	Conservação de pavimentos betuminosos na zona oriental da cidade de Lisboa	Vias de comunicação	Estradas	597 796,96	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 a 3	Trabalhos a mais		0,00	129 519,39	21,67		0,00			129 519,39				Não			06.07.2015	365			07.07.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
17	DGRN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	Administração Central	1386/2014	Adaptação/remodelação do edifício H07 do Hospital das Forças Armadas - HFAR - sito no Campus de Saúde Militar do Lumiar	Edifícios/ Reabilitação	Saúde	419 032,50	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais e a menos	-22 780,46	-5,44	84 720,09	20,22		0,00			46 197,56	38 522,53			Não			25.09.2014	150			23.11.2015		Foi efetuada a compensação de trabalhos	
274	Município Ponte de Lima	Administração Local	118/2016	Construção e conservação de passeios e outros espaços públicos - Requalificação do Largo Domingos Pereira de Araújo e execução de passeios na EN 306	Vias de comunicação	Estradas	668 670,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais	-55 709,78	-8,33	133 050,37	19,90		0,00							Não			18.01.2016	180			11.08.2016	Sem inf.		
323	Município Mafra	Administração Local	435/2016	Reabilitação e adaptação do edifício das futuras instalações da GNR da Ericeira	Edifícios/ Reabilitação	Edifícios	649 727,76	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais e a menos	-8 323,08	-1,28	97 150,20	14,95		0,00							Não			15.02.2016	240	18		31.10.2016	Sem inf.		
289	Município Mafra	Administração Local	2606/2015	Remodelação do antigo edifício dos serviços municipalizados de Mafra e da EDP	Edifícios/ Reabilitação	Serviços	479 850,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais e a menos	-10 037,29	-2,09	64 143,07	13,37		0,00			13 981,34	50 161,73			Não			03.12.2015	180	132		10.10.2016	Sem inf.		
373	Município Lisboa	Administração Local	2231/2014	Reconstrução /reabilitação do edifício sito na rua da Mouraria 38-40, freguesia do Socorro - Pijaru	Edifícios/ Reabilitação	Edifícios	480 231,98	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais	-527,12	-0,11	14 630,41	3,05	1 302,29	0,27			6 602,38	1 943,16			Não			13.11.2014	240	25		24.09.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
69	Município Vila Nova de Cerveira	Administração Local	2245/2014	Beneficiação do Edifício da Piscina Municipal - Requalificação global da piscina municipal e da área envolvente	Edifícios/ Reabilitação	Lazer	1 530 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais e a menos	-204 240,84	-13,35	199 545,81	13,04		0,00				199 545,81				Não			15.12.2014	180	144		23.10.2015		
372	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1236/2016	EN 256 Variante à ponte do Albardeiro, incluindo nova ponte sobre o rio Degilbe	Vias de comunicação	Estradas	2 605 654,08	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	0,00	0,00	6 903,91	0,26			6 903,91				Não			05.08.2016	300			01.06.2017	Sem inf.		
121	Metropolitano de Lisboa, EPE	Setor Empresarial do Estado	869/2015	Acabamentos do prolongamento à Reboleira da Linha Azul	Vias de comunicação	Estação / Metropolitano	8 795 074,38	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2 e 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		0,00	2 656,50	0,03	22 124,40	0,25				10 540,90				Não			11.06.2015	242	70		18.04.2016	Sem inf.	
12	DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	Administração Central	963/2015	Porto da Ericeira - Recuperação e estabilização da arriba da praia dos Pescadores	Obras marítimas	Proteção costeira	396 600,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais e a menos	-8 832,00	-2,23	46 883,00	11,82		0,00			46 883,00				Não			22.04.2015	100	106		10.11.2015		Foi efetuada a compensação de trabalhos	
178	Município Lisboa	Administração Local	898/2015	Reabilitação de edifício municipal sito na Rua Nova do Almada n.º 47 a 57	Edifícios/ Reabilitação	Serviços	969 940,18	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais e a menos	-9 513,69	-0,98	113 876,74	11,74		0,00			20 212,74	93 664,00			Não			14.07.2015	330	128		23.02.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional	
29	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, SA	Setor Empresarial do Estado	2142/2014	Manutenção e reforço do Cordão Dunar da Restinga de Ofir	Obras marítimas	Proteção costeira	1 278 223,89	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais		0,00	145 897,10	11,41		0,00			145 897,10				Não			09.01.2015	180	105		30.11.2015			
215	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	291/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EN7 - Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva e Escola Básica e Secundária de Vale de Cambra	Edifícios/ Reabilitação	Educação	33 304 536,76	CCP - Versão inicial	21 a 23	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a menos	-1 607 773,75	-5,10	0,00	0,00	79 205,86	0,24	-1 618 567,89	-4,86		79 205,86				Não	138 686,38		21.02.2011	720			31.01.2016	Sem inf.	Juros por atraso de pagamentos



N.º Dossier (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Valor compensado	% compensada	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsabil. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indenização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação/suspensão de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.
311	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	Setor Empresarial do Estado	797/2016	Execução de obras de beneficiação e remodelação do Serviço de esterilização no hospital do Barreiro	Edifícios/Reabilitação	Saúde	588 500,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos a mais	-1 093,92	-0,19	8 737,28	1,48			0,00						Não			17.06.2016	90			—	15.09.2016	Foi efetuada a compensação de trabalhos
79	Município Santa Maria da Feira	Administração Local	878/2015	Eficiência energética na iluminação pública	Instalações elétricas e mecânicas	Instalações elétricas	894 256,51	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais		0,00	7 212,79	0,81			0,00						Não			05.06.2015	180	15	55	28.03.2016	Sem inf.	
287	Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	Setor Empresarial Local	1488/2016	Beneficiação geral e adaptação a Jardim de infância da EB1, n.º 60 - Alexandre Rodrigues Ferreira, em Lisboa	Edifícios/Reabilitação	Educação	684 000,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais e a menos	-3 036,29	-0,44	2 859,50	0,42			0,00			2 859,50			Não			15.07.2016	365			15.07.2017	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional
167	Município Moita	Administração Local	1225/2015	Ampliação da Escola EB1/JI n.º 2 de Alhos Vedros	Edifícios/Reabilitação	Educação	618 945,15	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais		0,00	1 599,00	0,26			0,00						Não			01.07.2015	410			—	14.08.2016	
362	Município Oeiras	Administração Local	1679/2015	Passeio Marítimo - Troço entre a Baía dos Gólfinhos e a Praia da Cruz Quebrada	Obras de urbanização	Arranjos exteriores	2 535 088,03	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais		0,00	5 279,00	0,21			0,00						Não			Não refere				—	Sem inf.	Não remeteram o Anexo e não enviaram os trabalhos a mais objeto do adicional
331	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	2279/2015	Linha do Norte - Modernização do subtrço 2.3 Alfaiões - Pampilhosa, renovação integral de via entre as estações de Alfaiões (PK 49+000) e Pampilhosa (PK 50+000)	Vias de comunicação	Caminhos de ferro	30 542 288,25	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1 e 2	Trabalhos a mais e de suprimento de erros e omissões		0,00	1 136,00	0,00	52 070,66	0,17			52 070,66	48 271,01	4 935,65		Não			15.03.2016	750			04.04.2018	Sem inf.	
290	Município Águeda	Administração Local	74/2016	Condição de trânsito em Agueda - Intervenção nas secções de vazão da Ponte de Ois da Ribeira e no Canal Secundário do Rio Águeda "by-pass"	Obras hidráulicas	Obras fluviais	723 277,59	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-8 125,44	-1,12	19 314,03	2,67	788,00	0,11			8 490,80	11 611,23			Não			03.02.2016	210	15		02.09.2016	Sem inf.	
91	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Setor Empresarial do Estado	1020/2013	Construção do circuito hidráulico São Pedro - Balação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	19 952 550,00	CCP - Versão inicial	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-337 012,91	-1,69	346 776,18	1,74	19 165,05	0,10	28 928,32	0,14	174 257,70	191 683,53			Não			02.09.2013	510			—	18.08.2015	
161	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1742/2014	IP4(A4) - Subalçamento de ligação ao IP4 / Tunnel do Marão	Vias de comunicação	Estradas	29 470 384,74	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2 e 4	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-1 962 197,62	-6,66	1 747 029,20	5,93	22 283,33	0,08			1 370 907,35	398 405,18			Não			23.09.2014	450		89	—	15.03.2016	Foi efetuada a compensação de trabalhos
180	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	489/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote	Edifícios/Reabilitação	Educação	31 140 550,00	CCP - Versão inicial	17	Trabalhos a menos	-282 879,70	-0,91		0,00			0,00		-282 879,70	-0,91			Não	6 685 837,45		11.04.2011	540			01.12.2014	Sem inf.	
256	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	14/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote	Edifícios/Reabilitação	Educação	31 974 896,00	CCP - Versão inicial	8 e 9	Trabalhos a mais e a menos	-408 070,26	-1,28	41 630,15	0,13			0,00		-366 440,11	-1,15			Não	498 873,17		24.01.2011	450	30		11.11.2015	Sem inf.	Juros por anulação de multas aplicadas pela Parque Escolar, EPE
342	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	2322/2015	EN234 Pontes Criz 1 e Criz II, EN234-6 Ponte São João das Áreas, intervenção de reforço estrutural em pilares e fundações	Vias de comunicação	Obras de arte	6 992 031,33	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais		0,00	9 604,80	0,14			0,00		9 604,80				Não			07.03.2016	600			28.10.2017	Sem inf.	
299	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	349/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote	Edifícios/Reabilitação	Educação	28 999 874,73	CCP - Versão inicial	10	Trabalhos a menos	-369 930,66	-1,28		0,00			0,00		-369 930,66	-1,28			Não	747 335,18		01.03.2011	540			31.07.2015	Sem inf.	Reequilíbrio financeiro e juros
105	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1381/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote	Edifícios/Reabilitação	Educação	23 720 842,00	CCP - Versão inicial	25 e 26	Trabalhos a menos	-349 428,34	-1,47		0,00			0,00		-349 428,34	-1,47			Não	439 868,76		08.10.2010	540			—	11.11.2015	Reequilíbrio financeiro por suspensão da obra
88	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1317/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote	Edifícios/Reabilitação	Educação	25 522 596,53	CCP - Versão inicial	17	Trabalhos a menos	-482 940,01	-1,89		0,00			0,00		-482 940,01	-1,89			Não	307 464,96		07.10.2010	540			—	21.05.2015	Reequilíbrio financeiro por suspensão da obra e juros de mora
49	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	487/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 359 103,52	CCP - Versão inicial	17 a 19	Trabalhos a menos	-1 130 555,29	-4,13		0,00			0,00		-1 130 555,29	-4,13			Não	192 322,80		21.03.2011	450			—	30.11.2015	Juros por atraso de pagamentos
147	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1732/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote	Edifícios/Reabilitação	Educação	35 995 206,72	CCP - Versão inicial	13 e 14	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-17 714,27	-0,05	2 582,51	0,01	11 340,15	0,03			-3 791,61	-0,01		13 922,66	Não	4 525 919,66	2 172 096,29	23.11.2010	540	58		31.07.2016	Sem inf.	Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância; - encargos por incumprimento do prazo de execução da obra
368	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	1379/2010	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3/L3 - Escola Secundária de Mem Martins e Escola Secundária	Edifícios/Reabilitação	Educação	27 980 000,00	CCP - Versão inicial	14 a 23	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-538 307,13	-1,92	383 219,36	1,37	8 779,43	0,03			-146 308,34	-0,52	12 133,51	379 865,28	Não	1 182 400,32	696 094,91	08.10.2010	540			—	17.10.2016	Indemnização Litígios que ocasionaram pagamentos por - custos acrescidos de mão de obra, equipamentos e encargos gerais com estaleiros e estrutura central das empresas (valor maior); - juros por pagamentos em atraso; - custos de serviços de vigilância; - encargos por incumprimento do prazo de execução da obra

N.º Dossiê (Ano 2016)	Organismo	Tipo de Entidade	Proc.º Visto	Objeto do contrato	Tipo de obra	Subtipo obra	Valor inicial (€)	Regime aplicável	N.º Adicional	Qualificação dos trabalhos	Trabalhos a menos (€)	%	Trabalhos a mais (€)	%	Erros e omissões (€)	%	Valor compensado	% compensada	Trabalhos a preços contratuais (€)	Trabalhos a preços novos (€)	Resp. E/O do dono da obra (€)	Responsabilidade de do cocontratante (€)	Acionou responsab. de terceiros/autor do projeto (Sim/Não)	Valor da indenização/juros a pagar pelo dono da obra (€)	Multas aplicadas pelo dono da obra	Data de consignação da obra	Prazo de execução contratual (dias)	Prazo de execução dos trabalhos adicionais (dias)	Prorrogação s/suspensão de prazo concedidas (dias)	Data prevista para o termo da execução física da obra	Data do termo da execução física da obra	OBS.							
268	Parque Escolar, EPE	Setor Empresarial do Estado	304/2011	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3EL8 - Escola Secundária de D. João V e Escola Secundária Seomara Costa Primo	Edifícios/Reabilitação	Educação	28 512 253,92	CCP - Versão inicial	30 a 34	Trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e a menos	-147 767,81	-0,52	73 970,57	0,26	1 795,31	0,01	-72 001,93	-0,25	1 299,23	73 970,57			Não		641 563,60	22.02.2011	540			—	30.09.2016	Tribunal Arbitral pendente							
284	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1227/2013	ER224 - Estabilização e proteção de taludes do Km 109+000 ao Km 111+000	Vias de comunicação	Estradas	539 931,56	CCP - Versão inicial	3	Trabalhos a menos	-144 537,03	-26,77		0,00		0,00	-144 537,03	-26,77					Não			16.08.2013	120			—	14.12.2013								
43	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueve, SA	Setor Empresarial do Estado	1264/2014	Construção das infraestruturas de rega, viárias e de drenagem do Bloco de Pias	Obras hidráulicas	Aproveitamento hidráulico	21 947 209,32	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais		0,00	27 988,08	0,13		0,00				27 988,08			Não			17.09.2014	540			—	28.12.2015								
171	Município Lisboa	Administração Local	772/2015	Conservação e manutenção da rede pública de saneamento na zona oriental da cidade de Lisboa	Infraestruturas	Infraestruturas	414 208,20	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais		0,00	55,00	0,01		0,00			55,00				Não			13.04.2015	365			12.04.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional							
23	Secretaria Geral da Presidência da República	Administração Central	2104/2014	Reabilitação de Gabinetes no Convento do Sacramento	Edifícios/Reabilitação	Serviços	386 139,77	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2	Trabalhos a mais e a menos	-2 279,21	-0,59	10 284,05	2,66		0,00			1 479,17	8 804,88			Não			14.11.2014	450			—	06.02.2016								
224	Município Lisboa	Administração Local	1681/2015	Conservação e manutenção da rede pública de saneamento nas zonas centro e centro histórico	Vias de comunicação	Estradas	523 611,73	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a mais		0,00	14,15	0,00		0,00			14,15				Não			07.09.2015	365			06.09.2016	Sem inf.	Não foi celebrado contrato adicional							
22	Casa Pia de Lisboa, IP - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Administração Central	1617/2015	Substituição das coberturas do Palácio Marques de Niza - CED D. Maria Pia	Edifícios/Reabilitação	Serviços	394 349,27	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a menos	-60 913,11	-15,45		0,00		0,00							Não			01.09.2015	120			31.12.2015	Sem inf.								
230	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1849/2015	EN120 - Ponte sobre a ribeira do Torgal / ER267 - Ponte do rio Oeiras. Reabilitação e reforço das obras de arte	Vias de comunicação	Estradas	463 563,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a menos	-2 192,59	-0,47		0,00		0,00							Não			07.09.2015	180	7		12.03.2016	Sem inf.								
11	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1889/2014	Marcação rodoviária 2014 - Lote III	Vias de comunicação	Sinalização	187 516,41	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	-5 994,57	-3,20		0,00		0,00							Não			01.10.2014	180		98	—	07.07.2015								
269	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	1106/2015	Marcação rodoviária 2015 - Lote VI	Vias de comunicação	Estradas	637 662,78	CCP-DL 149/2012, de 12.07	2 e 3	Trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos	-33 153,50	-5,20		0,00	20 755,27	0,00			20 755,27				Não			30.06.2015	180			—	27.12.2015								
294	Infraestruturas de Portugal, SA	Setor Empresarial do Estado	226/2014	EN2 - Km 404+920, Ponte metálica de Abrantes sobre o rio Tejo. Reabilitação da obra de arte	Vias de comunicação	Estradas	2 992 455,14	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a menos	-33 818,80	-1,13		0,00		0,00							Não			30.01.2014	540	255		—	05.08.2016								
267	Município Ourém	Administração Local	1895/2014	Implementação do sistema integrado de mobilidade da Cova da Iria, em Fátima	Vias de comunicação	Estradas	819 749,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a menos	-119 110,00	-14,53		0,00		0,00							Não			08.09.2014	90			08.12.2014	Sem inf.								
61	Município Tondela	Administração Local	598/2015	Circular de Tondela - Acesso E.R. 230 Alto Pendão I.P. 3 - 3.ª fase	Vias de comunicação	Estradas	949 800,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a menos	-38 993,41	-4,11		0,00		0,00							Não			05.03.2015	150			04.08.2015	Sem inf.								
56	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM S.A.	Setor Empresarial Local	1445/2014	Sistema de adução e armazenamento de água de Monte Gordo	Infraestruturas	Saneamento básico	4 746 384,00	CCP-DL 149/2012, de 12.07	1	Trabalhos a menos	-10 203,90	-0,21		0,00		0,00							Não			29.09.2014	240			—	31.12.2015								
											-31 084 721,34		16 974 812,00		17 996 283,52				22 080 457,28	8 369 142,45	367 901,80	26 193,01																	

ANEXO IV - SÍNTESE DE EMPREITADAS COM ADICIONAIS

Tipo enti.	Entidade	N.º Obras	Valor inicial	N.º adicionais	Tmais	E/O	Total positivos	Tmenos	%	Compensado	Preços contratuais	Preços novos	Total preços
AC	ARS Alentejo, IP	1	1 522 000,00	1	0,00	0,00	0,00	-29 285,64	-1,92	-29 285,64	0,00	0,00	0,00
AC	Casa Pia de Lisboa	1	394 349,27	1	0,00	0,00	0,00	-60 913,11	-15,45	-60 913,11	0,00	0,00	0,00
SEE	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	1	588 500,00	2	8 737,28	0,00	8 737,28	-1 093,92	-0,19	7 643,36	0,00	0,00	0,00
SEE	Centro Hospitalar do Porto, EPE	1	34 299 900,00	2	102 278,47	68 087,35	170 365,82	-94 624,23	-0,28	75 741,59	170 365,82	0,00	170 365,82
AC	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	1	457 057,89	1	24 727,24	0,00	24 727,24	0,00	0,00	24 727,24	5 443,20	19 284,04	24 727,24
AC	DGRDN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	3	2 620 213,99	3	225 600,69	10 349,41	235 950,10	-39 379,51	-1,50	196 570,59	142 705,11	93 244,99	235 950,10
AC	DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	2	780 383,75	2	77 682,23	0,00	77 682,23	-8 832,00	-1,13	68 850,23	46 883,00	30 799,23	77 682,23
SEE	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	9	145 343 603,22	10	861 863,50	1 893 200,68	2 755 064,18	-524 522,86	-0,36	2 230 541,32	1 163 503,85	1 038 398,62	2 201 902,47
SEE	Hospital Garcia de Orta, EPE	1	398 787,52	2	14 276,87	0,00	14 276,87	0,00	0,00	14 276,87	0,00	0,00	0,00
AC	IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	3	10 584 641,83	3	18 594,28	45 935,98	64 530,26	0,00	0,00	64 530,26	7 012,19	26 958,37	33 970,56
SEE	Infraestruturas de Portugal, SA	61	276 787 377,94	107	4 980 440,78	13 276 347,82	18 256 788,60	-19 817 928,06	-7,16	-1 561 139,46	14 631 680,37	3 025 951,36	17 657 631,73
AC	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	2	1 598 275,00	2	101 422,87	0,00	101 422,87	-5 819,27	-0,36	95 603,60	19 140,21	37 357,86	56 498,07
SEL	Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	4	3 925 833,32	10	376 046,50	53 568,57	429 615,07	-274 337,35	-6,99	155 277,72	106 608,06	61 600,98	168 209,04
SEE	Metropolitano de Lisboa, EPE	1	8 795 074,38	2	2 656,50	22 124,40	24 780,90	0,00	0,00	24 780,90	0,00	10 540,90	10 540,90
AL	Município Águeda	2	4 703 710,13	3	210 653,50	13 651,57	224 305,07	-18 851,15	-0,40	205 453,92	64 149,67	160 155,40	224 305,07
AL	Município Alandroal	1	489 526,39	1	41 382,38	11 492,96	52 875,34	-30 143,71	-6,16	22 731,63	22 658,93	30 216,41	52 875,34
AL	Município Albufeira	1	2 060 000,00	1	157 317,75	0,00	157 317,75	0,00	0,00	157 317,75	147 018,37	10 299,38	157 317,75
AL	Município Arronches	1	2 450 000,00	1	151 345,68	0,00	151 345,68	0,00	0,00	151 345,68	0,00	151 345,68	151 345,68
AL	Município Aveiro	5	4 060 361,06	6	53 207,52	46 361,09	99 568,61	-46 820,82	-1,15	52 747,79	0,00	0,00	0,00
AL	Município Beja	1	2 236 215,86	1	894 486,35	0,00	894 486,35	-1 036 736,65	-46,36	-142 250,30	0,00	0,00	0,00
AL	Município Chaves	1	669 900,00	2	90 084,84	6 116,59	96 201,43	-4 250,53	-0,63	91 950,90	4 409,09	91 792,34	96 201,43
AL	Município Cuba	1	629 692,90	1	16 819,83	0,00	16 819,83	0,00	0,00	16 819,83	16 819,83	0,00	16 819,83
AL	Município Estremoz	1	2 237 769,22	1	0,00	107 409,63	107 409,63	0,00	0,00	107 409,63	107 409,63	0,00	107 409,63
AL	Município Figueira da Foz	1	1 987 625,88	1	77 198,45	0,00	77 198,45	-84 912,00	-4,27	-7 713,55	8 675,25	68 523,20	77 198,45
AL	Município Ilhavo	1	1 873 309,09	1	143 680,87	0,00	143 680,87	-14 967,75	-0,80	128 713,12	0,00	0,00	0,00
AL	Município Lisboa	29	48 750 991,23	95	5 717 424,92	1 266 782,84	6 984 207,76	-558 564,86	-1,15	6 425 642,90	4 966 961,33	1 203 928,07	6 170 889,40
AL	Município Mafra	2	1 129 577,76	2	161 293,27	0,00	161 293,27	-18 360,37	-1,63	142 932,90	13 981,34	50 161,73	64 143,07
AL	Município Mealhada	1	2 774 000,00	2	0,00	7 806,22	7 806,22	0,00	0,00	7 806,22	6 808,18	998,04	7 806,22
AL	Município Moita	2	1 414 788,41	2	14 402,16	0,00	14 402,16	0,00	0,00	14 402,16	0,00	0,00	0,00
AL	Município Monção	1	671 062,96	1	46 505,19	0,00	46 505,19	-49 548,78	-7,38	-3 043,59	0,00	0,00	0,00
AL	Município Odemira	1	617 525,85	1	0,00	14 705,46	14 705,46	0,00	0,00	14 705,46	14 705,46	0,00	14 705,46
AL	Município Oeiras	2	4 634 888,03	2	5 279,00	42 720,06	47 999,06	-61 729,29	-1,33	-13 730,23	0,00	0,00	0,00
AL	Município Ourém	1	819 749,00	1	0,00	0,00	0,00	-119 110,00	-14,53	-119 110,00	0,00	0,00	0,00
AL	Município Ovar	1	435 000,01	2	1 630,90	8 750,00	10 380,90	-5 102,50	-1,17	5 278,40	3 654,00	6 726,90	10 380,90
AL	Município Pombal	1	423 159,80	1	24 476,65	0,00	24 476,65	-2 682,58	-0,63	21 794,07	0,00	24 476,65	24 476,65
AL	Município Ponte de Lima	2	1 115 920,16	2	304 695,47	0,00	304 695,47	-55 709,78	-4,99	248 985,69	0,00	0,00	0,00
AL	Município Santa Maria da Feira	1	894 256,51	1	7 212,79	0,00	7 212,79	0,00	0,00	7 212,79	0,00	0,00	0,00

Não tem descrição nem de objeto nem de

1 adicional não tem descrição nem de objeto

Tipo enti.	Entidade	N.º Obras	Valor inicial	N.º adicionais	Tmais	E/O	Total positivos	Tmenos	%	Compensado	Preços contratuais	Preços novos	Total preços
AL	Município Santo Tirso	3	4 485 895,24	3	252 090,45	43 225,27	295 315,72	-135 297,68	-3,02	160 018,04	0,00	0,00	0,00
AL	Município Tondela	1	949 800,00	1	0,00	0,00	0,00	-38 993,41	-4,11	-38 993,41	0,00	0,00	0,00
AL	Município Vila Nova de Cerveira	1	1 530 000,00	1	199 545,81	0,00	199 545,81	-204 240,84	-13,35	-4 695,03	0,00	199 545,81	199 545,81
SEE	Parque Escolar, EPE	16	375 324 560,21	43	1 041 716,92	918 795,80	1 960 512,72	-7 537 160,54	-2,01	-5 576 647,82	194 178,96	1 671 875,93	1 866 054,89
SEE	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, SA	1	1 278 223,89	1	145 897,10	0,00	145 897,10	0,00	0,00	145 897,10	145 897,10	0,00	145 897,10
SEE	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	1	501 949,00	2	154 610,85	0,00	154 610,85	0,00	0,00	154 610,85	0,00	138 470,90	138 470,90
AC	Secretaria Geral da Presidência da República	1	386 139,77	1	10 284,05	0,00	10 284,05	-2 279,21	-0,59	8 004,84	1 479,17	8 804,88	10 284,05
AL/SEL	SMAS Almada	1	1 032 374,04	3	30 832,64	19 727,00	50 559,64	0,00	0,00	50 559,64	0,00	0,00	0,00
AL/SEL	SMAS Sintra	1	359 700,00	1	17 899,85	0,00	17 899,85	0,00	0,00	17 899,85	0,00	0,00	0,00
AC	Universidade de Coimbra	1	953 470,76	2	0,00	61 262,92	61 262,92	0,00	0,00	61 262,92	0,00	61 262,92	61 262,92
FUND.	Universidade do Porto	4	2 493 512,50	20	158 309,97	57 861,90	216 171,87	-180 082,49	-7,22	36 089,38	61 398,26	103 133,13	164 531,39
SEL	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM S.A.	2	6 944 289,75	2	50 199,63	0,00	50 199,63	-22 440,45	-0,32	27 759,18	6 910,90	43 288,73	50 199,63

Não tem descrição nem de objeto nem de fundamentos. Há muitas situações que se

Entidades	49	Cor azul Só tem empreitadas com adicionais
Valor inicial	971 414 943,52	
Empreitadas	184	
Adicionais	359	
Tmenos	-31 084 721,34	
Tmais	16 974 812,00	3,60
E/O	17 996 283,52	-3,20
Total	34 971 095,52	0,40
Preços contratuais	22 080 457,28	
Preços novos	8 369 142,45	
Total	30 449 599,73	
	3 886 374,18	

Setor	N.º Entid.	N.º Obras	Valor inicial	TMais	%	Erros/Omissões	%	Acréscimo	%	Tmenos	%	Saldo global	%	Preços Cont.	%	Preços Novos	%
AL	28	67	95 436 799,53	8 619 466,27	9,03	1 588 748,69	1,66	10 208 214,96	10,70	-2 486 022,70	-2,60	7 722 192,26	8,09	5 377 251,08		1 998 169,61	
AC	9	15	19 296 532,26	458 311,36	2,38	117 548,31	0,61	575 859,67	2,98	-146 508,74	-0,76	429 350,93	2,23	222 662,88		277 712,29	
SEL	2	6	10 870 123,07	426 246,13	3,92	53 568,57	0,49	479 814,70	4,41	-296 777,80	-2,73	183 036,90	1,68	113 518,96		104 889,71	
Fund.	1	4	2 493 512,50	158 309,97	6,35	57 861,90	2,32	216 171,87	8,67	-180 082,49	-7,22	36 089,38	1,45	61 398,26		103 133,13	
SEE	9	92	843 317 976,16	7 312 478,27	0,87	16 178 556,05	1,92	23 491 034,32	2,79	-27 975 329,61	-3,32	-4 484 295,29	-0,53	16 305 626,10		5 885 237,71	
	<b>49</b>	<b>184</b>	<b>971 414 943,52</b>	<b>16 974 812,00</b>		<b>17 996 283,52</b>		<b>34 971 095,52</b>		<b>-31 084 721,34</b>		<b>3 886 374,18</b>					

TOTAL PC+PN

30 449 599,73



ANEXO V - SÍNTESE POR SETORES COM ADICIONAIS

Setor	Contratos iniciais	Valor inicial (€)	Acréscimos (€)	Supressão (€)	"Compensação" (€)
SEE	92	843 317 976,16	23 491 034,32	-27 975 329,61	-4 484 295,29
AL	67	95 436 799,53	10 208 214,96	-2 486 022,70	7 722 192,26
AC	15	19 296 532,26	514 596,75	-146 508,74	368 088,01
SEL	6	10 870 123,07	479 814,70	-296 777,80	183 036,90
Fund.	4	2 493 512,50	277 434,79	-180 082,49	97 352,30
<b>Totais</b>	<b>184</b>	<b>971 414 943,52</b>	<b>34 971 095,52</b>	<b>-31 084 721,34</b>	<b>3 886 374,18</b>

Entidade	Contratos iniciais	Valor inicial (€)	N.º adicionais	Acréscimos (€)	Supressão (€)
Infraestruturas de Portugal, SA	61	276 787 377,94	107	18 256 788,60	-19 817 928,06
Parque Escolar, EPE	16	375 324 560,21	43	1 960 512,72	-7 537 160,54
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	9	145 343 603,22	10	2 755 064,18	-524 522,86
Centro Hospitalar do Porto, EPE	1	34 299 900,00	2	170 365,82	-94 624,23
Metropolitano de Lisboa, EPE	1	8 795 074,38	2	24 780,90	
Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, SA	1	1 278 223,89	1	145 897,10	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	1	588 500,00	2	8 737,28	-1 093,92
Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	1	501 949,00	2	154 610,85	
Hospital Garcia de Orta, EPE	1	398 787,52	2	14 276,87	

Tipo obra	Nº contratos iniciais	Valor inicial (€)	Valor acréscimo (€)	% Acréscimo	Valor supressão (€)	% Supressão	Valor global (€)	% Valor global
Vias de comunicação	81	315 472 083,91	24 527 440,95	7,77	-20 449 193,07	-6,48	4 078 247,88	1,29
Edifícios/Reabilitação	55	414 292 167,23	3 967 556,91	0,96	-8 239 613,18	-1,99	-4 272 056,27	-1,03
Obras hidráulicas/obras marítimas	15	149 074 687,61	3 325 001,49	2,23	-541 480,30	-0,36	2 783 521,19	1,87
Edifícios	18	65 142 783,60	2 022 475,37	3,10	-1 286 720,41	-1,98	735 754,96	1,13
Infraestruturas	10	17 082 224,19	894 144,87	5,23	-386 836,49	-2,26	507 308,38	2,97
Obras de urbanização	4	9 456 740,47	227 263,14	2,40	-180 877,89	-1,91	46 385,25	0,49
Instalações elétricas e mecânicas	1	894 256,51	7 212,79	0,81	0,00	0,00	7 212,79	0,81
	<b>184</b>	<b>971 414 943,52</b>	<b>34 971 095,52</b>	<b>3,60</b>	<b>-31 084 721,34</b>	<b>-3,20</b>	<b>3 886 374,18</b>	<b>0,40</b>

ANEXO VI - SÍNTESE DO TIPO DE EMPREITADAS COM ADICIONAIS

Tipos de obra	N.º contratos	Distribuição por setores					Valor Inicial (€)
		Adm. Central	Adm. Local	SEE	SEL	Fund.	
Vias de comunicação	81	0	19	62	0	0	315 472 083,91
Edifícios/Reabilitação	55	9	22	18	2	4	414 292 167,23
Obras hidráulicas/obras marítimas	15	2	2	11	0	0	149 074 687,61
Edifícios	18	4	12	1	1	0	65 142 783,60
Infraestruturas	10	0	7	0	3	0	17 082 224,19
Obras de urbanização	4	0	4	0	0	0	9 456 740,47
Instalações elétricas e mecânicas	1	0	1	0	0	0	894 256,51
	<b>184</b>	<b>15</b>	<b>67</b>	<b>92</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>971 414 943,52</b>

### Vias de Comunicação

Área a que se destinam	Nº contratos iniciais	Valor inicial (€)	Valor acréscimo (€)	% Acréscimo	Valor supressão (€)	% Supressão	Valor global (€)	% Valor global
Estradas	74	235 947 666,01	24 031 466,94	10,19	-20 304 570,53	-8,61	3 726 896,41	1,58
Caminhos de ferro	4	63 549 795,78	461 588,31	0,73	-138 627,97	-0,22	322 960,34	0,51
Estação metropolitana	1	8 795 074,38	24 780,90	0,28	0,00	0,00	24 780,90	0,28
Obras de arte	1	6 992 031,33	9 604,80	0,14	0,00	0,00	9 604,80	0,14
Sinalização	1	187 516,41	0,00	0,00	-5 994,57	-3,20	-5 994,57	-3,20
<b>Totais</b>	<b>81</b>	<b>315 472 083,91</b>	<b>24 527 440,95</b>	<b>7,77</b>	<b>-20 449 193,07</b>	<b>-6,48</b>	<b>4 078 247,88</b>	<b>1,29</b>

### Edifícios/Reabilitação

Área a que se destinam	Nº contratos iniciais	Valor inicial (€)	Valor acréscimo (€)	% Acréscimo	Valor supressão (€)	% Supressão	Valor global (€)	% Valor global
Educação	26	386 862 123,76	2 391 758,84	0,01	-7 624 582,24	-0,02	-5 232 823,40	-1,35
Edifícios	10	7 270 026,69	553 078,94	0,08	-205 308,15	-0,03	347 770,79	4,78
Saúde	5	2 847 134,91	216 651,52	7,61	-24 503,30	-0,86	192 148,22	6,75
Cultura	4	7 130 886,61	243 409,34	3,41	-60 616,85	-0,85	182 792,49	2,56
Serviços	4	2 230 279,22	188 303,86	8,44	-82 743,30	-3,71	105 560,56	4,73
Social	2	938 816,04	48 077,47	5,12	-33 367,97	-3,55	14 709,50	1,57
Desporto	1	669 900,00	96 201,43	14,36	-4 250,53	-0,63	91 950,90	13,73
Lazer	1	1 530 000,00	199 545,81	13,04	-204 240,84	-13,35	-4 695,03	-0,31
Justiça	2	4 813 000,00	30 529,70	0,63	0,00	0,00	30 529,70	0,63
<b>Totais</b>	<b>55</b>	<b>414 292 167,23</b>	<b>3 967 556,91</b>	<b>0,96</b>	<b>-8 239 613,18</b>	<b>-1,99</b>	<b>-4 272 056,27</b>	<b>-1,03</b>

ANEXO VII - BASE DE DEFICIÊNCIAS

Entidade	N.º Dossê (Ano 2016)	Objeto do contrato	Informação (Sim/Não)	Arquitetura	Rede águas / drenagem / esgotos	Movimentos de terras	Instalações elétricas e telecomunicações	Pavimentações	Fundações e estruturas	Betão	Drenagem	Obras de arte especiais	Arranjos exteriores	Demolições	Redes de gás	Instalações eletromecânicas	Diversos	Obras acessórias	I. Projeto de execução incompleto-TIPO	II. Falta de rigor dos projetos de execução-TIPO	II. Falta de rigor dos projetos de execução-VALOR Positivo(€)	II. Falta de rigor dos projetos de execução-VALOR Neg.(€)	III. Incompatibilidades entre os projetos-TIPO	III. Incompatibilidades entre os projetos-VALOR (€)	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-TIPO	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-VALOR (€)	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-VALOR Neg.(€)	V. Alterações e/ou modificações do projeto-TIPO	V. Alterações e/ou modificações do projeto-VALOR (€)	V. Alterações e/ou modificações do projeto-VALOR Neg.(€)	Circunstâncias imprevistas-TIPO	Circunstâncias imprevistas-VALOR (€)	Circunstâncias imprevistas-VALOR Neg.(€)	Outras situações-TIPO	Outras situações-VALOR (€)	Notas						
Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	257	Centro de Saúde de Sines	Sim	X						X																																
Casa Pia de Lisboa, IP- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	22	Substituição das coberturas do Palácio Marques de Niza - CED D. Maria Pia	Sim	X			X														0,00	-60 913,11																				
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	250	Execução de obras de beneficiação e remodelação do Serviço de esterilização no hospital do Barreiro	Sim	X																	7 422,28	-1 093,92																				
Centro Hospitalar do Porto, EPE	212	Construção do Centro Materno Infantil do Norte, Hospital Maria Pia, Maternidade Júlio Dinis	Sim	X			X		X												162 191,40	-94 624,23																				
DGRN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	16	Adaptação/remodelação do edifício H03 do Hospital das Forças Armadas - HFAAR - sito no Campus de Saúde Militar do Lumiar	Sim	X	X		X		X	X				X		X					84 190,04	-628,92																				
DGRN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	17	Adaptação/remodelação do edifício H07 do Hospital das Forças Armadas - HFAAR - sito no Campus de Saúde Militar do Lumiar	Sim	X	X		X		X					X		X					84 720,09	-22 780,46																				
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	311	Execução de obras de beneficiação e remodelação do Serviço de esterilização no hospital do Barreiro	Sim	X			X														1 315,00																					
Centro Hospitalar do Porto, EPE	211	Construção do Centro Materno Infantil do Norte, Hospital Maria Pia, Maternidade Júlio Dinis	Sim	X										X							8 174,42																					
DGRN, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	18	Construção do Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica - Campus de Saúde Militar	Sim	X			X									X					67 039,97	-15 970,13																				
DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	12	Porto da Ericeira - Recuperação e estabilização da arriba da praia dos Pescadores	Sim							X																												38. Sistema de proteção de arribas, pragagens, drenagem e injeções de consolidação do maciço rochoso	46 883,00			
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	27	Beneficiação do Sistema de Aquecimento do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	Sim				X								X						24 727,24																					
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	259	Construção do Circuito Hidráulico de Calços - Machados do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	Sim			X		X	X		X		X				X				134 060,12	-134 822,80																				
Infraestruturas de Portugal, SA	3	Conservação corrente por contrato 2013-2016 - Distrito de Viana do Castelo	Sim					X													123 215,09	-123 274,33																				
Infraestruturas de Portugal, SA	4	Marcação rodoviária 2015- Lote I	Sim					X													135 021,54	-135 058,26																				
Infraestruturas de Portugal, SA	5	EN 108, Km 34+000, Km 34+950, Km 35+800, Km 37+000, Km 38+000, Km 59+500, EN 101, Km 142+800, Km 149+000. Estabilização e proteção de taludes de escavação. Intempéries 2012-2013	Sim						X	X							X				24 984,67	-47 685,68																				
Infraestruturas de Portugal, SA	11	Marcação rodoviária 2014 - Lote III	Sim					X																																		
Infraestruturas de Portugal, SA	14	ENG Estrada Marginal - Reforço da proteção marítima do troço adjacente ao Hospital de Santana na Parede	Sim					X									X	X			23 250,00	-152 062,61																				
Infraestruturas de Portugal, SA	19	Conservação corrente por contrato 2013-2016 - Distrito de Santarém	Sim					X													792 440,74	-792 470,40																				
Infraestruturas de Portugal, SA	20	Conservação corrente por contrato 2013-2016 - Distrito de Aveiro	Sim					X													162 792,39	-162 792,45																				
DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	13	Navegabilidade do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Alcoutim	Sim						X																															38. Aumento do comprimento das estacas metálicas	30 799,23	





Entidade	N.º Dossiê (Ano 2016)	Objeto do contrato	Informação (Sim/Não)	Arquitetura	Rede águas / drenagem esgotos	Movimentos terras	Instalações elétricas e telecomunicações	Pavimentações	Fundações e estruturas	Betão	Drenagem	Obras de arte especiais	Arranjos exteriores	Demolições	Redes de gás	Instalações eletromecânicas	Diversos	Obras acessórias	I. Projeto de execução incompleto-TIPO	II. Falta de rigor dos projetos de execução-TIPO	II. Falta de rigor dos projetos de execução-VALOR Positivo(€)	II. Falta de rigor dos projetos de execução-VALOR Neg.(€)	III. Incompatibilidades entre os projetos-TIPO	III. Incompatibilidades entre os projetos-VALOR (€)	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-TIPO	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-VALOR (€)	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-VALOR Neg.(€)	V. Alterações e/ou modificações do projeto-TIPO	V. Alterações e/ou modificações do projeto-VALOR (€)	V. Alterações e/ou modificações do projeto-VALOR Neg.(€)	Circunstâncias imprevistas-TIPO	Circunstâncias imprevistas-VALOR (€)	Circunstâncias imprevistas-VALOR Neg.(€)	Outras situações-TIPO	Outras situações-VALOR (€)	Notas										
Município Lisboa	59	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Norte de Lisboa	Sim			X		X		X	X										229 062,97																									
Infraestruturas de Portugal, SA	109	Conservação corrente por contrato 2013-2016 - Distrito de Vila Real	Sim						X		X	X						X			96 723,85	-96 768,85																								
Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	120	Reabilitação do espaço público e renovação das infraestruturas da Calçada da Ajuda, em Lisboa	Sim	X																	4 098,00																									
Município Lisboa	63	Reabilitação de pavimentos na cidade de Lisboa - I	Sim			X	X	X			X										116 370,31																									
Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	233	Reabilitação do edifício municipal Teatro Luís de Camões, na Calçada da Ajuda, n.º 76 a 80, em Lisboa	Sim						X												2 435,66																									
Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	234	Reabilitação do edifício municipal Teatro Luís de Camões, na Calçada da Ajuda, n.º 76 a 80, em Lisboa	Sim														X																						Ensaio de resistografia das asnas de madeira	2 400,00						
Infraestruturas de Portugal, SA	110	Conservação corrente por contrato 2013-2016 - Distrito de Viana do Castelo	Sim					X	X		X	X	X					X			317 277,03	-317 332,41																								
Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	286	Construção de um edifício habitacional na Rua da Aliança Operária, n.º 28-30, em Lisboa	Sim	X					X												5 296,16																									
Infraestruturas de Portugal, SA	112	Marcação rodoviária 2015 - Lote VI	Sim					X													20 755,27	-21 598,47																								
Infraestruturas de Portugal, SA	114	Marcação rodoviária 2015 - Lote V	Sim					X													34 553,22	-35 732,30																								
Município Lisboa	70	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Norte de Lisboa	Sim			X					X										21 824,94																									
Metropolitano de Lisboa, EPE	98	Acabamentos do prolongamento à Reboleira da Linha Azul	Sim				X									X	X				2 656,50							24. Instalações elétricas (alteração à alimentação das escadas mecânicas e respetivas alterações ao QE)	7 884,40																	
Metropolitano de Lisboa, EPE	121	Acabamentos do prolongamento à Reboleira da Linha Azul	Sim				X																					6. Instalações elétricas	14 240,00																	
Município Águeda	24	Construção do Centro de Artes de Águeda	Sim						X																																38. Estruturas (movimento de terras, betão)	51 570,03	-6 070,49			
Município Lisboa	74	Promção da acessibilidade e segurança para todos na rede pedonal	Sim										X								87 199,00																									
Município Lisboa	75	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Norte de Lisboa	Sim					X		X							X				26 591,16																									
Município Lisboa	76	Conservação de pavimentos betuminosos na zona ocidental de Lisboa	Sim		X			X													10 904,42																									
Infraestruturas de Portugal, SA	115	Marcação rodoviária 2015 - Lote VI	Sim					X													81 761,65	-84 952,70																								
Infraestruturas de Portugal, SA	116	Marcação rodoviária 2015 - Lote III	Sim					X													277 921,81	-277 938,42																								
Infraestruturas de Portugal, SA	118	Sinalização vertical 2015 - Lote I	Sim					X													37 356,00	-37 400,66																								
Infraestruturas de Portugal, SA	119	Sinalização vertical 2015 - Lote I	Sim					X													261 710,32	-261 780,21																								
Município Albufeira	86	Construção de edifício administrativo em Vale Pedras	Sim	X		X			X	X											157 317,75																									
Município Arronches	62	Construção de um Centro Escolar Municipal J.I., E.B. 1,2,3 de Arronches	Sim						X	X																																		38. Fundações (escavação) e estrutura de betão armado	151 345,68	



















Entidade	N.º Dossiê (Ano 2016)	Objeto do contrato	Informação (Sim/Não)	Arquitetura	Rede águas / drenagem esgotos	Movimentos terras	Instalações elétricas e telecomunicações	Pavimentações	Fundações e estruturas	Betão	Drenagem	Obras de arte especiais	Arranjos exteriores	Demolições	Redes de gás	Instalações eletromecânicas	Diversos	Obras acessórias	I. Projeto de execução incompleto-TIPO	II. Falta de rigor dos projetos de execução-TIPO	II. Falta de rigor dos projetos de execução-VALOR Positivo(€)	II. Falta de rigor dos projetos de execução-VALOR Neg.(€)	III. Incompatibilidades entre os projetos-TIPO	III. Incompatibilidades entre os projetos-VALOR (€)	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-TIPO	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-VALOR (€)	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-VALOR Neg.(€)	V. Alterações e/ou modificações do projeto-TIPO	V. Alterações e/ou modificações do projeto-VALOR (€)	V. Alterações e/ou modificações do projeto-VALOR Neg.(€)	Circunstâncias imprevistas-TIPO	Circunstâncias imprevistas-VALOR (€)	Circunstâncias imprevistas-VALOR Neg.(€)	Outras situações-TIPO	Outras situações-VALOR (€)	Notas						
Município Lisboa	263	Reforço dos pilares e fundações do viaduto da Av. General Norton de Matos Frente ao C.C. Forte Nova	Sim						X											6. Reforço dos pilares e fundações do viaduto	11 312,57																					
Parque Escolar, EPE	368	Execução das obras de modernização para a fase 3 do programa de modernização das escolas com ensino secundário - lote 3L3 - Escola Secundária de Mem Martins e Escola Secundária de Henriques Nogueira	Não																																							
Infraestruturas de Portugal, SA	374	EN 118, Km 43+400, Ponte da Vala - Reforço estrutural dos pilares	Sim						X	X										6. Betão, microestacas		-5 084,78																				
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	327	Edifício das Otaías - Remodelação dos Pisos 1 e 2	Sim	X	X		X							X						6. Demolições, arquitetura, rede de águas e esgotos, instalações elétricas	56 498,07	-5 819,27																				
Polis Litoral Norte Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, SA	29	Manutenção e reforço do Cordão Dunar da Restinga de Otr	Sim															X																			36. Reforço dunar	145 897,10				
Polis Litoral Sudoeste Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	65	Qualificação e valorização dos Portinhos de Odemira	Sim															X																				38. Alteração da estabilização do quebramar do portinho	138 470,90			
Município Lisboa	377	Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa	Sim										X															Alteração de anores e do processo de enervamento de espaço verde	111 217,27	-49 943,97												
Município Lisboa	270	Construção de creche no Beco do Loureiro 16 - Alfama - Financiamento de PIPARU	Sim	X												X				6. Arquitetura (cobertura), AVAC	37 259,74																					
Infraestruturas de Portugal, SA	271	EN 10 - Ponte de Sacavém sobre o Rio Trancão	Sim						X											6. Compatibilização e reforço para ligação da ponte (betão, aço, diversos)	11 652,31																					
Município Lisboa	272	Promoção da acessibilidade e segurança para todos na rede pedonal	Sim					X		X										6. Betão, chapa galvanizada, pavimento em blocos de encaixa	9 326,10																					
POBIS Litoral Sudoeste Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste	217	Polis Litoral Sudoeste Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	Sim					X												6. Alteração das tajetas pré-fabricadas	16 139,95																					
Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	102	Reabilitação do espaço público e renovação das infraestruturas da Calçada da Ajuda, em Lisboa	Sim		X															7. Alteração do traçado do coletor	261 406,03	-174 223,12																				
Infraestruturas de Portugal, SA	277	Linha do Norte - Modernização do subtroço 2.3 Alfaiões - Pampilhosa, renovação integral de via entre as estações de Alfaiões (PK 194,500) e Pampilhosa (PK 230,030), excluindo a estação de Coimbra B (PK 216,800-218,000)	Sim				X							X						6. Demolição e construção de caixa de visita para fibra ótica	1 136,00																					
Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	235	Reabilitação do edifício municipal Teatro Luís de Camões, na Calçada da Ajuda, n.º 76 a 80, em Lisboa	Sim	X																6. Conservação e restauro de tetos	55 000,00	-9 510,48																				
Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	287	Beneficiação geral e adaptação a Jardim de Infância da EBI, n.º 60 - Alexandre Rodrigues Ferreira, em Lisboa	Sim											X						6. Demolição de tajeta armada com malhasol	2 859,50	-3 036,29																				
Infraestruturas de Portugal, SA	280	Conservação corrente por contrato 2013-2016 - Distrito do Porto	Sim								X									6. Intervenção nos passeios do tabuleiro inferior da Ponte Luiz I	5 331,06																					
Município Águeda	290	Controlo de cheias em Águeda- Intervenções nas secções de vazio da Ponte do Campo, da Ponte de Ois da Ribeira e no Canal Secundário do Rio Águeda "By-pass" em Águeda - Canal secundário do Rio Águeda	Sim		X		X		X								X			6. Fundações indiretas, equipamentos e acabamentos, drenagem, rede de águas, infra-estruturas elétricas, de telecomunicações, diversos	20 102,03	-8 125,44																				
Município Águeda	313	Construção do Centro de Artes de Águeda	Sim	X	X				X								X			6. Estruturas, instalações e equipamentos hidráulicos, arquitetura (alvenarias, impermeabilização e isolamentos, serralhas), diversos, arquitetura de cena	152 633,01	-4 655,22																				
Município Alandroal	131	Reabilitação e ampliação de edifício para forças de segurança	Sim		X											X	X	X		6. Impermeabilização, muro de suporte, rede pluvial, rede de água e incêndios, equipamento sanitário, cobertura, AVAC,	52 875,34	-30 143,71																				
Município Aveiro	21	Ampliação/Requalificação da EBI da Vera Cruz	Sim	X	X		X									X				6. Arquitetura, rede de águas e esgotos, instalações elétricas, diversos	32 642,80	-6 256,80																		42. Cortina e porta corta-fogo por exigência da ANPC	10 150,00	











Entidade	N.º Dossiê (Ano 2016)	Objeto do contrato	Informação (Sim/Não)	Arquitetura	Rede águas / drenagem esgotos	Movimentos terras	Instalações elétricas e telecomunicações	Pavimentações	Fundações e estruturas	Betão	Drenagem	Obras de arte especiais	Arranjos exteriores	Demolições	Redes de gás	Instalações eletromecânicas	Diversos	Obras acessórias	I. Projeto de execução incompleto-TIPO	II. Falta de rigor dos projetos de execução-TIPO	II. Falta de rigor dos projetos de execução-VALOR Positivo(€)	II. Falta de rigor dos projetos de execução-VALOR Neg.(€)	III. Incompatibilidades entre os projetos-TIPO	III. Incompatibilidades entre os projetos-VALOR (€)	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-TIPO	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-VALOR (€)	IV. Desajustamento dos projetos às necessidades-VALOR Neg.(€)	V. Alterações e/ou modificações do projeto-TIPO	V. Alterações e/ou modificações do projeto-VALOR (€)	V. Alterações e/ou modificações do projeto-VALOR Neg.(€)	Circunstâncias imprevistas-TIPO	Circunstâncias imprevistas-VALOR (€)	Circunstâncias imprevistas-VALOR Neg.(€)	Outras situações-TIPO	Outras situações-VALOR (€)	Notas				
Município Tondela	61	Circular de Tondela - Acesso E.R. 230 Alto Pendão I.P. 3 - 3.ª fase	Sim		X		X															-38 993,41																		
Município Lisboa	360	Obras de remodelação do edifício municipal sito na rua do Arsenal n.ºs 44/54, Torreja para a praça do Município n.ºs 1/7 - Financiamento Piparu	Sim	X	X		X									X					52 293,95																			
Município Lisboa	361	Beneficiação geral, ampliação e espaços exteriores da EB1/II Mestre Querubim Lçapa - Financiamento Piparu	Sim														X				17 284,10																			
Secretaria Geral da Presidência da República	23	Reabilitação de Gabinetes no Convento do Sacramento	Sim	X			X														10 284,05	-2 279,21																		
Universidade do Porto	117	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Sim	X	X		X			X											38 191,21	-24 493,59																		
Universidade do Porto	204	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Sim														X				178,95	-40,78																		
Universidade do Porto	261	Requalificação da envolvente exterior dos edifícios da FAUP	Sim	X																		-1 438,81																		
Universidade do Porto	262	Requalificação da envolvente exterior dos edifícios da FAUP	Sim	X																		-724,40																		
Universidade do Porto	316	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Sim				X																				24.Analisadores de energia	3 510,00												
Universidade do Porto	273	Museus da UP - Intervenção Parcial I	Sim	X	X					X											54 028,94	-28 526,72																		
Universidade do Porto	325	Museus da UP - Intervenção Parcial I	Sim	X	X		X														17 640,33	-2 604,00																		
Universidade do Porto	369	Museus da UP - Intervenção Parcial I	Sim	X													X				8 791,30	-10 462,89																		
Município Lisboa	371	Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Sul de Lisboa	Sim		X	X		X													59 235,16																			
Infraestruturas de Portugal, SA	372	EN 256 Variante à ponte do Albarde, incluindo nova ponte sobre o rio Dêgêbe	Sim								X										6 903,91																			
Município Lisboa	373	Reconstrução /reabilitação do edifício sito na rua da Mouraria 38-40, freguesia do Socorro - Piparu	Sim			X			X												8 542,54																			
Universidade do Porto	370	Requalificação da envolvente exterior dos edifícios da FAUP	Sim	X																	43 505,06	-105 065,73																		
Universidade do Porto	66	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Sim	X																	12 980,98							15. AVAC (alteração das grelhas e condutas)	3 902,74	-2 022,60										
Universidade do Porto	203	Remodelação do Centro de Competências - edifício de Apoio às Estufas (antigo museu) e do Centro de Formação do Campus Agrícola de Vairão	Sim	X																							Alteração da manta acústica sob o vinílico	2 476,33	-1 105,65											
VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM S.A.	6	Sistema de adução e armazenamento de água de Santa Rita e reforço do sistema de abastecimento e distribuição de água com origem no reservatório do Pocinho	Sim					X			X																25. trabalhos acessórios, muros de gabões, condutas, levantamento e reposição de pavimentos, travessias hidráulicas, outros	50 199,63	-12 236,55											
VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM S.A.	56	Sistema de adução e armazenamento de água de Monte Gordo	Sim	X																		-10 203,90																		

Sem Informação;

Parque Escolar, EPE  
2 Hospital Garcia da Orta, EPE  
1 Município de Oeiras - nº 362/2016  
2 dossiês com valor 0 - nºs 50 e 326/2016

28 180 577,29 -19 167 951,59  
611 404,36 -470 599,37  
1 825 600,21 -2 182 770,93  
2 373 445,07 -1 726 238,91  
32 991 026,93  
-23 547 560,80



## ANEXO IX - PARQUE ESCOLAR, EPE - SÍNTESE DE ALGUNS VALORES DECIDIDOS POR TRIBUNAIS ARBITRAIS

N.º Proc. Visto	Dossiê (2016)	Indem. p/ reequilíbrio (pagar PE)	Indem. p/ litígios (pagar PE)	Juros (pagar PE)	Multa/Pedido no TArb (receber PE)	Multa/Decidido TArb (receber PE)
1317/2010	88/2016	294 890,97		12 573,99		
1379/2010	368/2016		1 182 400,32		2 773 937,20	696 094,91
1381/2010	105/2016	439 868,76				
1732/2010	147/2016		4 525 919,66		7 199 041,34	2 172 096,29
1820/2010	295/2016		507 733,59		2 517 400,86	618 536,65
14/2011	256/2016			498 873,17	2 578 521,00	
291/2011	215/2016			138 686,38	2 996 843,19	pendente
304/2011	268/2016				6 720 729,69	641 563,60
349/2011	299/2016	604 692,88		142 642,30		
350/2011	216/2016	377 578,05		37 731,67		
487/2011	49/2016			192 322,80		
489/2011	180/2016					6 685 837,45
887/2011	26/2016			139 840,84		
		<b>1 717 030,66</b>	<b>6 216 053,57</b>	<b>1 162 671,15</b>	<b>24 786 473,28</b>	<b>10 814 128,90</b>

Valores constantes do ultimo dossiê de 2016 de cada empreitada

Considera-se que os valores a pagar de indemnização foram decididos pelo Tribunal Arbitral (ref a litígios)

A azul, sem indicação de valores a pagar ou a receber por litígios

Multas são devidas por incumprimentos dos prazos de execução das obras















ANEXO XI - SÍNTESE DE EMPREITADAS SEM ADICIONAIS

Tipo	Entidade	N.º contratos	Valor
AC	Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.	1	586 089,67
SEE	Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A.	2	2 532 500,00
AC	Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.	4	4 399 264,11
AC	Agência para a Modernização Administrativa, I. P.	2	1 840 627,28
AC	Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.	6	5 378 916,58
SEE	Águas do Algarve, S. A.	2	24 249 000,00
AL	AMC - Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga	1	1 134 000,00
SEE	APA - Administração do Porto de Aveiro, S. A.	1	1 099 455,99
SEE	APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.	1	115 226,46
SEE	APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A.	1	9 342 400,00
SEL	AR - Águas do Ribatejo, E. M., S. A.	4	9 200 629,75
Assoc	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark - Bragança	1	374 989,99
AC	Autoridade Tributária e Aduaneira	1	456 669,38
SEE	Centro Hospitalar de São João, E.P.E. - Porto	1	862 722,18
SEE	Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E. - Aveiro	1	560 282,30
SEE	Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. - Coimbra	1	1 839 706,76
SEL	CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do P	12	16 865 860,88
AC	Comando da Logística - Exército	3	2 207 476,26
SEE	CostaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da	1	600 000,01
AC	Departamento Geral de Administração - Secretaria-Geral do Ministério dos Neg	1	2 449 750,00
AC	Direção de Aquisições - Exército	1	431 107,56
AC	Direção de Finanças da Força Aérea	2	2 865 468,07
AC	Direção Regional de Cultura do Algarve	2	1 154 807,53
AC	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	2	3 369 802,10
AC	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	3	2 239 150,00
SEE	DOCAPESCA - Portos e Lotas, S. A.	1	416 601,49
SEE	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.	2	29 399 812,92
SEE	EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A.	3	5 465 422,82
SEL	EMARVR - Água e Resíduos de Vila Real, E. M., S. A.	3	6 486 048,34
SEL	EMAS - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja, E. M.	1	421 617,23
SEL	EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S.	1	8 899 249,82
SEE	EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A.	1	12 858 250,10
SEL	ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão de Património, E. M.	1	512 000,01
AC	Estado-Maior-General das Forças Armadas	1	1 417 996,84
AL	Freguesia de Alvalade - Lisboa	1	747 000,00
AL	Freguesia de Campo de Ourique - Lisboa	1	468 721,00
AL	Freguesia de Marvila - Lisboa	1	767 857,48
AL	Freguesia de Santa Maria Maior - Lisboa	1	408 999,09
Fund	Fundação INATEL	2	1 511 230,66
SEL	GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, E. M	2	1 414 258,38
SEL	GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, E. I. M.	1	2 749 257,89
SEL	Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E. M.	4	2 375 173,03
SEE	Hospital de Garcia de Orta, E.P.E. - Almada	1	898 374,92
SEE	Hospital Distrital de Santarém, E.P.E. - Santarém	1	216 444,00
SEE	Infraestruturas de Portugal, S. A.	19	48 223 314,14
SEL	INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E. M	4	3 318 353,87
AC	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.	1	879 931,77
AC	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.	1	404 753,45
AC	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.	2	769 498,25
AC	Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.	1	359 767,25
AC	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.	3	1 528 608,08
AC	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.	1	2 024 034,49
AC	Instituto Politécnico de Leiria	1	504 799,30
AC	Instituto Politécnico de Tomar	1	997 500,00
AC	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	1	1 992 990,72
AC	Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E. - Lisboa	1	585 000,00
AC	Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E. - Coimbra	1	1 388 353,92
AC	Instituto Português do Desporto e da Juventude, I. P.	1	1 839 987,96
AC	Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade de Lisboa	1	568 998,88
AC	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.	1	677 615,61
SEL	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	2	7 111 499,53
AL	Município Abrantes	1	3 124 398,26

Tipo	Entidade	N.º contratos	Valor
AL	Município Águeda	4	2 597 044,93
AL	Município Albergaria-a-Velha	1	1 414 313,14
AL	Município Alcanena	1	5 884 351,72
AL	Município Alcobaça	3	2 300 297,40
AL	Município Almada	4	2 201 353,37
AL	Município Almeida	1	537 000,00
AL	Município Almeirim	2	1 046 197,57
AL	Município Almodôvar	2	1 242 183,74
AL	Município Alvito	1	393 802,90
AL	Município Amadora	14	6 007 157,50
AL	Município Amarante	2	2 608 772,02
AL	Município Anadia	1	549 856,84
AL	Município Arcos de Valdevez	1	520 412,51
AL	Município Aveiro	1	749 003,80
AL	Município Barcelos	3	2 756 056,82
AL	Município Barreiro	2	819 464,13
AL	Município Batalha	1	495 306,50
AL	Município Beja	2	1 148 422,06
AL	Município Belmonte	1	438 994,20
AL	Município Braga	2	1 945 180,00
AL	Município Bragança	3	4 585 721,31
AL	Município Cabeceiras de Basto	1	594 898,68
AL	Município Caldas da Rainha	6	3 197 148,29
AL	Município Caminha	2	1 134 361,01
AL	Município Campo Maior	1	947 250,59
AL	Município Carraceda de Ansiães	2	1 576 898,58
AL	Município Cascais	2	1 147 257,01
AL	Município Castelo Branco	22	16 377 515,32
AL	Município Celorico de Basto	1	1 090 320,03
AL	Município Cinfães	2	1 615 494,33
AL	Município Coimbra	7	7 408 517,73
AL	Município Coruche	1	454 770,86
AL	Município Elvas	1	387 036,55
AL	Município Espinho	2	1 554 796,77
AL	Município Esposende	1	665 823,89
AL	Município Estarreja	1	1 788 271,63
AL	Município Fafe	3	1 525 637,09
AL	Município Felgueiras	2	1 139 151,63
AL	Município Figueira da Foz	4	2 224 097,93
AL	Município Fundão	2	1 907 948,10
AL	Município Gondomar	2	1 693 896,71
AL	Município Guarda	1	636 695,19
AL	Município Guimarães	7	12 596 033,78
AL	Município Ílhavo	2	1 035 974,99
AL	Município Lagoa	3	1 371 563,84
AL	Município Lamego	2	961 537,62
AL	Município Leiria	4	5 143 442,18
AL	Município Lisboa	12	18 120 956,21
AL	Município Loulé	4	5 244 419,72
AL	Município Loures	5	5 702 555,25
AL	Município Lousã	1	539 842,30
AL	Município Lousada	1	515 438,79
AL	Município Mafra	4	4 088 889,70
AL	Município Maia	5	4 996 452,64
AL	Município Marinha Grande	1	793 042,63
AL	Município Matosinhos	17	27 831 816,67
AL	Município Mêda	1	16 945,08
AL	Município Mértola	2	1 388 920,48
AL	Município Miranda do Corvo	1	556 327,15
AL	Município Mogadouro	4	2 165 804,47
AL	Município Moimenta da Beira	1	737 874,00
AL	Município Monção	1	39 771,44
AL	Município Monchique	1	367 078,53
AL	Município Montemor-o-Velho	1	577 639,88

<b>Tipo</b>	<b>Entidade</b>	<b>N.º contratos</b>	<b>Valor</b>
AL	Município Mortágua	1	687 722,27
AL	Município Murtosa	3	1 630 951,60
AL	Município Nelas	1	484 910,44
AL	Município Nisa	1	858 899,76
AL	Município Oeiras	8	5 979 566,00
AL	Município Oleiros	1	528 360,73
AL	Município Oliveira de Azeméis	1	1 787 149,43
AL	Município Oliveira de Frades	2	1 015 046,69
AL	Município Ovar	3	2 392 687,62
AL	Município Pampilhosa da Serra	1	599 606,08
AL	Município Penafiel	1	947 719,55
AL	Município Peniche	1	529 990,00
AL	Município Pinhel	1	1 562 000,00
AL	Município Pombal	18	16 990 671,24
AL	Município Ponte da Barca	1	1 699 955,30
AL	Município Ponte de Lima	7	6 581 299,88
AL	Município Ponte de Sor	2	1 218 269,70
AL	Município Porto de Mós	2	3 876 499,99
AL	Município Póvoa de Varzim	1	398 382,16
AL	Município Proença-a-Nova	1	597 867,59
AL	Município Sabrosa	3	613 698,09
AL	Município Salvaterra de Magos	1	1 975 000,00
AL	Município Santa Maria da Feira	7	4 351 634,69
AL	Município Santarém	1	1 249 000,00
AL	Município Santiago do Cacém	1	858 300,04
AL	Município Santo Tirso	2	1 150 477,01
AL	Município São Pedro do Sul	1	459 383,49
AL	Município Seixal	1	2 055 384,14
AL	Município Sernancelhe	1	508 300,01
AL	Município Sertã	1	658 682,64
AL	Município Sesimbra	1	377 600,00
AL	Município Setúbal	1	382 490,00
AL	Município Silves	1	532 071,84
AL	Município Sintra	5	5 610 505,07
AL	Município Sousel	1	394 766,20
AL	Município Tabuaço	1	598 600,00
AL	Município Tavira	2	852 372,97
AL	Município Tondela	2	1 496 111,57
AL	Município Torre de Moncorvo	1	497 154,31
AL	Município Torres Novas	1	2 485 000,00
AL	Município Torres Vedras	1	491 373,00
AL	Município Trancoso	1	418 335,12
AL	Município Valença	1	496 000,00
AL	Município Valongo	1	712 614,59
AL	Município Valpaços	3	1 328 325,00
AL	Município Viana do Castelo	3	2 125 870,50
AL	Município Vidigueira	1	945 887,38
AL	Município Vieira do Minho	1	1 114 018,61
AL	Município Vila de Rei	1	553 226,67
AL	Município Vila Franca de Xira	4	3 860 522,80
AL	Município Vila Nova de Famalicão	9	6 419 945,39
AL	Município Vila Nova de Foz Côa	1	1 144 466,63
AL	Município Vila Nova de Gaia	7	3 824 852,39
AL	Município Vila Nova de Paiva	1	664 275,10
AL	Município Vila Real	2	1 144 424,76
AL	Município Vila Velha de Ródão	1	974 999,79
AL	Município Vimioso	1	810 000,00
AL	Município Viseu	3	1 641 056,42
AL	Município Vouzela	1	368 171,83
SEE	Parque Escolar, E.P.E.	1	9 439 272,77
SEE	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ri	7	4 348 529,23
SEE	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral No	6	5 446 359,30
SEE	Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria	8	8 149 893,04
SEE	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudo	5	2 650 622,69



Tipo	Entidade	N.º contratos	Valor
AL	Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora	1	600 000,01
AL	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Leiria	1	889 238,60
AL	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Sintra	7	14 509 470,90
AL	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Torres Vedras	1	404 716,99
AL	Serviços Municipalizados de Saneamento Básico do Município de Viana do Castelo	1	357 907,43
Assoc	TAGUSVALLEY - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopólo	1	623 521,10
SEE	Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. - Guarda	1	479 124,91
AC	Universidade de Aveiro - Reitoria	3	4 696 003,15
AC	Universidade de Coimbra - Reitoria	4	2 366 703,98
AC	Universidade de Lisboa - Reitoria	3	2 347 548,43
AC	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Reitoria	1	1 082 872,91
AC	Universidade do Minho - Reitoria	1	2 398 443,83
SEL	VISEU NOVO - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S. A.	1	446 358,00
SEL	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E. M., S. A.	1	1 700 000,03
		516	603 439 673,47

Cor laranja Também têm empreitadas com adicionais

204 entidades

516 contratos

Valor 603.439.673,47

ANEXO XII - SÍNTESE DO TIPO DE EMPREITADAS SEM ADICIONAIS

Tipos de obra	N.º contratos	Adm. Central	Adm. Local	SEE	SEL	Fund.+Assoc.	Valor Inicial
							(€)
Edifícios/Reabilitação	126	30	69	5	21	1	132 878 440,05
Vias de comunicação	110	0	91	19	0	0	113 503 112,26
Infraestruturas	86	1	68	5	12	0	103 224 219,26
Edifícios	75	15	54	3	1	2	85 653 009,97
Obras de urbanização	53	1	49	1	1	1	30 596 323,65
Obras hidráulicas/obras marítimas	49	11	7	31	0	0	77 850 815,58
Instalações elétricas e mecânicas	17	0	12	3	2	0	59 733 752,70
	516	58	350	67	37	4	603 439 673,47



Tipo ent.	Entidade	N.º Obras Com Adic	Valor Inicial Com Adic	N.º Obras Sem Adic	Valor Inicial Sem Adic	Total contratos	Valor total
AL	Município Salvaterra de Magos			1	1 975 000,00		
AL	Município Santarém			1	1 249 000,00		
AL	Município Santiago do Cacém			1	858 300,04		
AL	Município São Pedro do Sul			1	459 383,49		
AL	Município Seixal			1	2 055 384,14		
AL	Município Sernancelhe			1	508 300,01		
AL	Município Serpã			1	658 682,64		
AL	Município Sesimbra			1	377 600,00		
AL	Município Setúbal			1	382 490,00		
AL	Município Silves			1	532 071,84		
AL	Município Sintra			5	5 610 505,07		
AL	Município Sousel			1	394 766,20		
AL	Município Tabuaço			1	598 600,00		
AL	Município Tavira			2	852 372,97		
AL	Município Torre de Moncorvo			1	497 154,31		
AL	Município Torres Novas			1	2 485 000,00		
AL	Município Torres Vedras			1	491 373,00		
AL	Município Trancoso			1	418 335,12		
AL	Município Valença			1	496 000,00		
AL	Município Valongo			1	712 614,59		
AL	Município Valpaços			3	1 328 325,00		
AL	Município Viana do Castelo			3	2 125 870,50		
AL	Município Vidigueira			1	945 887,38		
AL	Município Vieira do Minho			1	1 114 018,61		
AL	Município Vila de Rei			1	553 226,67		
AL	Município Vila Franca de Xira			4	3 860 522,80		
AL	Município Vila Nova de Famalicão			9	6 419 945,39		
AL	Município Vila Nova de Foz Côa			1	1 144 466,63		
AL	Município Vila Nova de Gaia			7	3 824 852,39		
AL	Município Vila Nova de Paiva			1	664 275,10		
AL	Município Vila Real			2	1 144 424,76		
AL	Município Vila Velha de Ródão			1	974 999,79		
AL	Município Vimioso			1	810 000,00		
AL	Município Viseu			3	1 641 056,42		
AL	Município Vouzela			1	368 171,83		
SEE	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S. A.			7	4 348 529,23		
SEE	Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A.			8	8 145 893,04		
AL	Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora			1	600 000,01		
AL	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Leiria			1	889 236,60		
AL	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Torres Vedras			1	404 716,99		
AL	Serviços Municipalizados de Saneamento Básico do Município de Viana do Castelo			1	357 907,43		
Assoc	TAGUSVALLEY - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopólo do Vale do Tejo			1	623 521,10		
SEE	Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. - Guarda			1	479 124,91		
AC	Universidade de Aveiro - Reitoria			3	4 696 003,15		
AC	Universidade de Lisboa - Reitoria			3	2 347 548,43		
AC	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Reitoria			1	1 082 872,91		
AC	Universidade do Minho - Reitoria			1	2 398 443,83		
SEL	UISEU NOVO - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S. A.			1	446 358,00		
SEE	Infraestruturas de Portugal, SA	61	276 787 877,94	19	48 223 314,14	80	325 010 682,08
AL	Município Freamal	1	423 155,80	18	18 890 671,24	19	17 413 831,04
AL	Município Lisboa	29	48 750 991,23	12	18 120 956,21	41	66 871 947,44
AL	Município Oeiras	4	4 634 888,03	8	5 979 566,00	10	10 614 454,03
AL	Município Ponte de Lima	2	1 115 920,16	7	6 581 299,88	9	7 697 220,04
AL	Município Santa Maria da Feira	1	894 216,51	7	4 351 634,69	8	5 245 851,20
AL/SEL	SMAS Sintra	1	359 700,00	7	14 509 470,90	8	14 869 170,90
SEE	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, SA	1	1 278 223,89	6	5 446 359,30	7	6 724 583,19
SEE	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA	1	501 949,00	5	2 650 622,69	6	3 152 571,69
AL	Município Alqueia	2	4 703 710,13	4	2 597 044,93	6	7 300 755,06
AL	Município Figueira da Foz	1	1 987 625,88	4	2 224 097,93	5	4 211 723,81
AL	Município Mafra	2	1 129 577,26	4	4 088 888,70	6	5 218 466,46
AL	Município Ovar	1	435 000,01	3	2 392 687,63	4	2 827 687,63
AC	Universidade de Coimbra	1	953 470,76	4	2 366 703,98	5	3 320 174,74
AC	DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	2	780 383,75	3	2 239 150,00	5	3 019 533,75
AC	Instituto do Emprego e Formação Profissional, LP	2	1 588 275,00	3	1 528 608,08	5	3 126 883,08
SEE	EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueia, SA	9	145 343 603,22	2	29 999 812,92	11	174 743 416,14
AC	IGFE - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, LP	3	10 584 641,83	2	769 498,25	5	11 354 140,08
SEL	Lisboa Ocidental, SRU, EM, S.A.	4	3 925 833,32	2	7 111 499,53	6	11 037 332,85
AL	Município Beja	1	2 236 215,86	2	1 148 422,06	3	3 384 637,92
AL	Município Beja	1	1 873 309,09	2	1 005 978,99	3	2 879 288,08
AL	Município Santo Tirso	3	4 485 656,24	2	1 150 477,01	5	5 636 133,25
AL	Município Tondela	1	949 800,00	2	1 496 111,57	3	2 445 911,57
SEE	Parque Escolar, EPE	16	375 324 560,21	1	9 439 272,77	17	384 763 832,98
SEL	VYSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM S.A.	2	6 944 289,75	1	1 700 000,03	3	8 644 289,78
SEE	Hospital Garcia de Orta, EPE	1	398 787,52	1	898 374,92	2	1 297 162,44
AL	Município Avenço	5	4 060 361,06	1	749 003,80	6	4 809 364,86
AL	Município Monção	1	671 062,96	1	39 771,44	2	710 834,40
AC	ARS Alentejo, IP	1	1 522 000,00				
AC	Casa Pia de Lisboa	1	394 349,27				
SEE	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	1	588 500,00				
SEE	Centro Hospitalar do Porto, EPE	1	34 299 900,00				
AC	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	1	457 057,89				
AC	DGRM, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	3	2 620 213,99				
SEE	Metropolitano de Lisboa, EPE	1	8 795 074,38				
AL	Município Alandroal	1	489 526,39				
AL	Município Albufeira	1	2 080 000,00				
AL	Município Angra do Heroísmo	1	2 450 000,00				
AL	Município Chaves	1	668 900,00				
AL	Município Cuba	1	629 692,90				
AL	Município Moita	2	1 414 788,41				
AL	Município Odemira	1	617 525,85				
AL	Município Ourém	1	819 749,00				
AL	Município Vila Nova de Cerveira	1	1 530 000,00				
AC	Secretaria Geral da Presidência da República	1	386 139,77				
FUND.	Universidade do Porto	4	2 493 512,50				
AL	Município Estremoz	1	2 237 769,22				
AL	Município Mealhada	1	2 774 000,00				
AL/SEL	SMAS Almada	1	1 032 374,04				